

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

**A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO NO DISTRITO DE LEIRIA**

SÓNIA MARGARIDA MONTEIRO LOUSADA

MESTRADO EM DIREÇÃO E GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE
INTERVENÇÃO SOCIAL

ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO POCINHO

Leiria, setembro de 2023

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

**A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO NO DISTRITO DE LEIRIA**

SÓNIA MARGARIDA MONTEIRO LOUSADA

MESTRADO EM DIREÇÃO E GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE
INTERVENÇÃO SOCIAL

ORIENTAÇÃO: PROFESSOR DOUTOR RICARDO POCINHO

Leiria, setembro de 2023

Inspiração

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

Agradecimentos

Quero agradecer à minha família, sobretudo ao meu marido e aos meus filhos, pois devo a eles tudo o que sou hoje, sempre foram o meu pilar e motivação.

Ao meu marido por me transmitir a determinação necessária para procurar o sucesso, a realização pessoal e a felicidade.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Ricardo Pocinho, pelo incentivo, orientação e conhecimento transmitido.

Às minhas colegas de Mestrado pela partilha de experiências e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Por último, quero também agradecer aos professores do Mestrado em Direção e Gestão de Organizações de Intervenção Social, pelo conhecimento transmitido, sem a vossa ajuda não seria possível empenhar-me neste trabalho.

Resumo

A Economia Social apresenta-se na atualidade como um setor em crescimento nas sociedades mais desenvolvidas, como é o caso da Europa, sendo este setor característico de uma grande diversidade de Instituições no mercado, mas que atravessa algumas dificuldades devido ao facto de não ser previsto na legislação.

Assim, perante estes factos e por forma a enaltecer a Economia Social, surge a necessidade urgente de dar a conhecer as suas potencialidades e contributos, uma vez que se assume de extrema importância tendo em consideração que garante o combate às adversidades e dificuldades atuais das populações.

As Organizações de Economia Social em Portugal apresentam-se como empregadoras importantes e fornecedoras de serviços indispensáveis para a coesão social e o bem-estar das comunidades. Estas exercem um papel fulcral para o desenvolvimento comunitário, uma vez que ajudam na criação de receitas e de emprego.

O tema escolhido para desenvolver em dissertação de mestrado enquadra-se no âmbito das Organizações de Economia Social, nomeadamente no que respeita às IPSS.

As IPSS do distrito de Leiria têm como principais áreas de atuação, a terceira idade e a infância e dão resposta aos seus utentes recorrendo a entidades com as quais mantêm protocolos com autarquias e outras instituições locais. Este estudo tem como objetivo ir ao encontro das IPSS do distrito de Leiria procurando compreender o contributo das instituições da Economia Social no desenvolvimento comunitário. A presente investigação pretende então, realizar um estudo tendo por base a aplicação de um questionário às 350 instituições sociais do distrito.

Aquando da análise das informações recolhidas através dos instrumentos aplicados, designadamente inquérito por questionário pretendeu-se, assim, através de um estudo de natureza quantitativo, perceber os contributos relevantes para a comunidade local das atividades desenvolvidas por parte das instituições, no entanto ainda não são suficientes para as necessidades.

Conclui-se também que o voluntariado surge lado a lado com o emprego, promovendo a empregabilidade local e estabilidade laboral com extrema importância no funcionamento e dinâmica das IPSS do distrito.

Palavras-chave:

Desenvolvimento comunitário, Economia Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social

Abstract

Nowadays Social Economy presents itself as a growing sector in more developed societies, such as Europe. This sector is characterised by a large diversity of Institutions in the market which are experiencing some difficulties since they are not planned in the legislation.

Therefore, in view of these facts and to enhance Social Economy, appears an urgent need to publicise its potential and contributions because this type of economy is extremely important and guarantees the combat to the current adversities and difficulties of the populations.

The Social Economy Organisations in Portugal are important employers and providers of services that are essential for social cohesion and the well-being of communities. They play a key role in community development, as they help to create income and jobs.

The topic chosen for this master's dissertation falls within the scope of Social Economy Organisations, specifically the IPSS.

The main areas of activity of the IPSS in the district of Leiria are the elderly and children, and they respond to their users through organizations with which they have protocols with local authorities and other local institutions. The aim of this study is to find out more about the IPSS in the district of Leiria, in an attempt to understand the contribution of the Social Economy institutions in terms of community development.

The present research intends to conduct a study based on the application of a questionnaire to 350 social institutions in the district.

By analysing the information gathered through the instruments used, namely the questionnaire survey, it was intended to conduct an study, using a quantitative methodology, to realise that there are indeed relevant contributions to the local community of activities carried out by the institutions, however they are still not enough to meet the needs.

It is also concluded that volunteering goes hand in hand with employment, promoting local employability and labour stability, which is extremely important for the functioning and dynamics of the district's IPSS.

Keywords:

Community Development, Private Institution of Social Solidarity,
Social Economy

Índice Geral

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract.....	V
Índice Geral	I
Índice de Gráficos.....	III
Índice de Tabelas	V
Índice de Figuras	VI
Abreviaturas.....	VII
Introdução.....	1
Capítulo 1- Economia Social.....	4
1.1. Breve introdução à Economia Social.....	4
1.2. O conceito de Economia Social	7
1.3. Breve Evolução Histórica	10
1.4. Tipologia das Organizações da Economia Social.....	13
1.5. A Evolução da Economia Social em Portugal	14
1.6. Organizações da Economia Social – OES	18
Capítulo 2 – Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS	24
2.1. Estatutos.....	25
2.2. Constituição	25
2.3. Registo	26
2.4. Cooperação do Estado	26
2.5. Equiparação (Casas do povo e Cooperativas de Solidariedade Social).....	28
2.6. Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal.....	28
2.7. O enquadramento das respostas sociais nas IPSS.....	32
2.8. Principais recursos: Voluntariado e Financiamento	38
2.8.1. Emprego	40
Capítulo 3 - Desenvolvimento Comunitário (Noção e Evolução).....	42
3.1. Perceção da importância das instituições da Economia Social no desenvolvimento comunitário – breve reflexão	49
Capítulo 4 - Caracterização do distrito de Leiria.....	50
4.1. As dimensões	50
4.1.2. Dimensão económica	51

4.2. Caracterização populacional dos concelhos do distrito de Leiria.....	53
Capítulo 5 - Metodologia de Investigação.....	67
5.1. Objetivos.....	67
5.2. Tipo de Estudo.....	69
5.3. Procedimentos adotados na seleção e aplicação do questionário.....	71
5.4. Procedimentos.....	74
5.5. Técnicas de tratamento de dados.....	74
Capítulo 6 - Apresentação e Análise dos Resultados.....	75
6.1. Análise dos dados.....	75
6.1.2. Caracterização dos participantes.....	75
6.1.3. Caraterização das Organizações no distrito de Leiria.....	80
6.1.4. Áreas de Intervenção.....	82
6.1.5. Instalações.....	84
6.1.6. Existência de Protocolos com atores externos.....	85
6.1.7. Número de voluntários.....	87
6.1.8. Número total de utentes da instituição.....	88
6.1.9. Perceção da instituição acerca da sua ação no desenvolvimento comunitário..	89
Capítulo 7 – Discussão de Resultados.....	93
Conclusão.....	98
Bibliografia.....	102
Legislação.....	106
Anexos.....	110
Anexo A.....	110
Anexo B.....	111
Anexo C.....	112
Anexo D.....	113

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016).....	16
Gráfico 2 - Distribuição das remunerações da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.....	17
Gráfico 3 - Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor	17
Gráfico 4 – Conta da Segurança Social.....	27
Gráfico 5 - Conta da Segurança Social.....	27
Gráfico 6 - Conta da Segurança Social.....	28
Gráfico 7 - Importância relativa das IPSS na ES em 2013 e 2016.....	30
Gráfico 8 - Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo 2019.	37
Gráfico 9 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, 2000 a 2019.	37
Gráfico 10 - Percentagem de Concelhos com Equipamentos Sociais das IPSS.....	53
Gráfico 11 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Batalha.	54
Gráfico 12 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Alcobaca.	54
Gráfico 13 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Óbidos.	55
Gráfico 14 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Porto de Mós.	55
Gráfico 15 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Castanheira de Pêra.....	56
Gráfico 16 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho do Bombarral.	56
Gráfico 17 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Figueiró dos Vinhos.....	56
Gráfico 18 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Pombal.	57
Gráfico 19 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Alvaiázere.	57
Gráfico 20 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Nazaré.	57
Gráfico 21- Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Leiria.....	58
Gráfico 22 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Peniche.....	58
Gráfico 23 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Marinha Grande.	58
Gráfico 24 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Ansião.	59
Gráfico 25 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Pedrogão Grande.....	59
Gráfico 26 - Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Caldas da Rainha.....	59
Gráfico 27 - Número de habitantes por concelho.....	60
Gráfico 28 - Número de desempregados no Concelhos de Alvaiázere.	62
Gráfico 29 - Número de desempregados no Concelhos de Castanheira de Pêra.....	63
Gráfico 30 - Número de desempregados no Concelho de Figueiró dos Vinhos.	63
Gráfico 31 - Número de desempregados no Concelhos de Pedrogão Grande.....	64
Gráfico 32 - Tipologia da instituição onde laboram os participantes.....	76
Gráfico 33 - Sexo dos participantes.....	78
Gráfico 34 - Faixa etária dos participantes.....	79
Gráfico 35 - Escolaridade dos participantes.....	79
Gráfico 36 - Distribuição das Instituições por Concelhos.....	80
Gráfico 37 - Percentagem do número de organizações da área social nos concelhos do distrito de Leiria.	82
Gráfico 38 - Áreas de Intervenção.....	83
Gráfico 39 - Instalações das instituições.	84
Gráfico 40 - Protocolos com atores externos.....	86

Gráfico 41 - Organismos Representativos.....	87
Gráfico 42 - Número de voluntários.....	88
Gráfico 43 - Número total de utentes.	89
Gráfico 44 - Perceção da Instituição.....	90
Gráfico 45 l para a Comunidade local.	91
Gráfico 46 - Medidas de resposta às necessidades.	92

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição geográfica IPSS em Portugal em 2017.....	31
Tabela 2 - Respostas Sociais.....	35
Tabela 3 - Número de habitantes por Grupo Etário.....	51
Tabela 4 - Decréscimo e aumento da população.....	65
Tabela 5 - Tipologia da instituição onde laboram os participantes.....	76
Tabela 6 - Cargo/Função na Instituição.....	77
Tabela 7- Cargo/Função na Instituição.....	77
Tabela 8 - Sexo dos participantes.....	78
Tabela 9- Faixa etária dos participantes.....	79
Tabela 10 - Número de organizações da área social nos concelhos do distrito de Leiria. ..	81
Tabela 11 - Áreas de Intervenção.....	84
Tabela 12 - Instalações das instituições.....	85
Tabela 13- Protocolos com atores externos.....	86
Tabela 14 - Organismos Representativos.....	87
Tabela 15 - Número de voluntários.....	88
Tabela 16- Número total de utentes.....	89
Tabela 17 - Perceção da Instituição.....	90
Tabela 18 - Atividades com maior potencial para a Comunidade local.....	91
Tabela 19- Medidas de resposta às necessidades.....	92

Índice de Figuras

Figura 1 – Evolução dos principais indicadores – Cooperativas.....	19
Figura 2 - Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas.	20
Figura 3 - Evolução dos principais indicadores – Misericórdias.....	21
Figura 4 - Evolução dos principais indicadores – Fundações indicadores – Fundações.....	22
Figura 5 – Evolução dos principais indicadores – ACFA	23
Figura 6 - Principais diferenças entre o setor não lucrativo e o setor lucrativo.	32

Abreviaturas

ATL – Atividades de Tempos Livres

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CDSS – Centro Distrital da Segurança Social

CES - Conselho Económico e Social

CIRIEC – Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa

CML – Câmara Municipal de Leiria

CNC- Comissão Nacional de Cooperação

CNES- Conselho Nacional para a Economia Social

CNIS – Confederação Nacional das Instituições Sociais

COLABOR -Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social

CPES -Confederação Portuguesa da Economia Social

CPSS -Comissão Permanente do Setor Social e Solidário

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DC - Desenvolvimento Comunitário

DGSS – Direção Geral da Segurança Social

EAPN – Rede Europeia Anti pobreza

EIPSS – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ES – Economia Social

ETC – Unidades de trabalho a tempo completo

FBC – Formação Bruta de Capital

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

OES – Organizações da Economia Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ACFA – Associações com fins altruístas

RSES – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

Introdução

A escolha do presente tema, deve-se ao facto da autora da presente dissertação trabalhar neste sector e ocupar o cargo de Diretor Técnico numa IPSS. Contudo, apesar de fazer aquilo de que gosta, desempenha uma série de funções para as quais não se sente preparada e acima de tudo para as quais considera que os resultados deste trabalho possam dar de alguma forma um contributo para que se estabeleçam objetivos de carreira, para que haja orientação no desempenho e definição de tarefas em função das competências adquiridas, para que a formação seja orientada para o desenvolvimento de competências e, por fim, que exista uma correspondência entre o que se afigura as funções e responsabilidades assumidas no âmbito do desempenho da profissão.

Esta dissertação de mestrado resulta, assim, de todo um processo de recolha e sistematização de informação, estando a sua estrutura cimentada numa experiência benéfica e enriquecedora, que possibilite o contacto direto e diário com a realidade social envolvente.

A tese de mestrado apresentada é subordinada ao tema “A importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria”.

Perante a informação introdutória apresentada, o presente estudo pretende efetuar uma caracterização das Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Leiria, percebendo qual o seu papel no desenvolvimento comunitário.

Esta motivação assenta na ausência de estudos empíricos referentes a esta temática neste distrito, uma vez que o único documento que as caracteriza os 16 concelhos será o Diagnóstico Social e nem sempre está atualizado.

Após a pesquisa exploratória de literatura realizada previamente, formulou-se a seguinte questão orientadora para o desenvolvimento do trabalho:

“Qual o contributo das IPSS para o desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria?”

Consequencialmente à formulação da questão de partida, delineou-se como objetivo geral “perceber qual o contributo das IPSS no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria.”

Como objetivos específicos foram formulados:

- (i) Analisar o trabalho comunitário desenvolvido pelas IPSS no distrito de Leiria
- (ii) Identificar os benefícios obtidos com a implementação das IPSS no distrito de Leiria
- (iii) Compreender a importância das IPSS no domínio da empregabilidade no distrito de Leiria

Para dar resposta a estes objetivos o presente estudo seguiu uma metodologia do tipo quantitativo com recurso ao inquérito por questionário.

A Dissertação está organizada e composta por vários capítulos, para uma melhor compreensão dos temas abordados.

Primeiramente, no Capítulo 1, são apresentadas todas as bases teóricas necessárias para a exploração do estudo apresentado, desde as raízes da Economia Social e a sua Evolução na Europa e em Portugal, o tipo de Organizações que compõem o Terceiro Setor, até à noção de Desenvolvimento Comunitário e suas características.

Seguidamente, o Capítulo 2 faz referência às características das Instituições Particulares de Solidariedade Social, através de um enquadramento, seguido de uma descrição da sua evolução.

Passando ao Capítulo 3, onde será feita referência ao Desenvolvimento comunitário abordando pontos como Noção e Evolução.

Já no Capítulo 4, onde será feita a caracterização do distrito de Leiria a nível geográfico, demográfico e económico e, consecutivamente, procede-se à identificação das Instituições da Economia Social que compõem o distrito.

Já no Capítulo 5, serão descritos os objetivos e questões do estudo, a elaboração de uma descrição da metodologia de investigação utilizada para a realização do trabalho empírico, através da referência ao tipo de estudo e instrumento de recolha de dados utilizados, seguindo da sua descrição e os procedimentos adotados para a aplicação do questionário, para posterior análise dos resultados no capítulo seguinte.

No Capítulo 6, são revelados os resultados recolhidos através do questionário. O Capítulo 7, apresenta a respetiva discussão dos resultados, realizando comparação com as considerações teóricas dos autores referidos nos capítulos anteriores.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as principais conclusões que o estudo permitirá apurar.

Capítulo 1- Economia Social

1.1. Breve introdução à Economia Social

Nos termos do n.º 1 do art. 2.º da LBES, “ (...) *entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no art. 4.º (...)*” *atividades estas que «têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes».*

O Terceiro Setor pode apresentar, segundo Caeiro (2008),

“(...) um cariz mais abrangente do que o de Economia Social, situando-se numa perspetiva mais alargada de análise da economia e das suas implicações do ponto de vista social(...) (p. 65)”.

O surgimento do Terceiro Setor é atribuído precisamente às transformações e à crise do Estado de Bem-Estar, sendo este associado à atuação no âmbito social. É neste contexto que o Terceiro Setor passa a assumir um papel de destaque, dado que a diversidade de áreas de atuação que inclui e a quantidade de pessoas que envolve permitem uma exploração deste setor de forma a colmatar as falhas do Estado.

Como Silva (2013, p.17) descrevia, houve a necessidade de “transferir algumas das funções do Estado em matéria social quer para o setor privado ou para o chamado «Terceiro Setor»”.

O Terceiro Setor da Economia, considerado o setor da solidariedade ou da caridade, não tem sido suficientemente valorizado perante os restantes setores da economia, os setores nos quais as organizações desempenham atividades económicas com o objetivo da obtenção de lucro.

Na perspetiva de Olins (2003, p.251), a solidariedade assume aqui um papel de destaque uma vez que passará a ser vista não apenas com o valor em si mas também como necessidade a que alguns autores chamam “ economia de vida”. Contudo, as organizações do Terceiro Setor, embora não tendo fins lucrativos, têm aumentado o seu âmbito de atuação, sendo este considerado, atualmente, um setor em desenvolvimento e expansão, contrariando assim muitas visões de ser um setor sem potencialidades a nível de crescimento económico. As organizações de Terceiro Setor constituem assim, como expõe Junqueira (2004), uma das alternativas distintas para fazer face aos problemas sociais que afetam as populações fazendo-se sentir as repercussões positivas da sua ação

sobretudo nas economias locais, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade das comunidades em que se inserem.

Estas organizações, atualmente em fase de crescimento, contribuem para o aumento da empregabilidade no meio onde estão inseridas, disponibilizando novos postos de trabalho para os residentes dessas áreas.

A sua ação não fica circunscrita apenas à criação de emprego; grande parte destas organizações disponibiliza simultaneamente um conjunto de serviços à população, desde serviço social e psicológico, atividades lúdicas, ações de formação, entre outros.

O foco do seu âmbito de intervenção é a ação social, destinada sobretudo a idosos, crianças ou jovens, colmatando necessidades detetadas no meio envolvente, numa sociedade onde os idosos estão cada vez mais isolados e sem retaguarda familiar; as crianças e jovens necessitam de mais acompanhamento e de espaços onde possam desenvolver as suas capacidades físicas e cognitivas.

São organizações que envolvem pessoas em busca do “bem coletivo”, onde a iniciativa de cada um não privilegia interesses individuais, mas sim coletivos (Junqueira, 2004, p. 31) e “orientadas por objetivos gerais comuns, consensualizados e partilhados (Namorado, 2004, p. 13). São assim, em nosso entender, organizações meritórias, com trabalho realizado reconhecido e desenvolvido com elevado profissionalismo.

Como exemplo desta realidade temos o Centro Social da Lomba, situado no Concelho de Gondomar, com atualmente 26 postos de trabalho e que se encontra em fase de ampliação. Após o aumento da capacidade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas de 16 para 38 utentes, serão criados novos postos de trabalho.

Para colmatar as necessidades detetadas no meio em que se insere, esta Instituição Particular de Solidariedade Social é constituída por um Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, que poderá ter carácter permanente. Além disso, disponibiliza um conjunto de serviços aos residentes da freguesia, desde Serviço Social e de Psicologia, Ginástica, Programa de Estimulação Física e Cognitiva, Gabinete de Inserção na Vida Ativa, Empresa de Inserção – Eisol, entre outros.

Como se pode verificar, as organizações do Terceiro Setor têm vindo a aumentar o seu impacto no mercado, tornando-se organizações de referência no mercado social, demonstrando sustentabilidade e contribuindo para o desenvolvimento económico e

social do país. Tal como sustenta Olins (2003, p. 253), “o Terceiro Setor já existe há mais de um século sob diversas formas. Mas está a crescer depressa e a desenvolver-se com grande notoriedade.”

Este “fenómeno” deve-se sobretudo ao facto da impossibilidade dos estados em manterem as suas funções tradicionais, essencialmente em termos de financiamento, o que leva a que abduquem da sua posição, quer na saúde, na educação, e é esta lacuna que está a ser progressivamente preenchida pelo Terceiro Setor (idem). Esta realidade é reforçada por Caeiro (2008, p. 70) que sustenta, “os Estados estão cada vez mais incapazes de acudir a todas as necessidades sociais que se apresentam aos indivíduos”.

A designação de Terceiro Setor, segundo França (2002, p.18) citado em Namorado (2004), é uma definição minimalista que pretende apenas transmitir a ideia que existe um setor que nem é público nem privado, “um setor à parte” mas este não é apenas o setor da caridade, o setor que preenche um espaço vago deixado pelos restantes setores, mas sim um setor que não se pode descurar nem menosprezar, quer em termos de empregabilidade e sustentabilidade económica quer em termos de respostas sociais, tão indispensáveis nos dias de hoje.

O Terceiro Setor deve ser interpretado de modo a “reconhecer, avaliar e compreender de modo mais adequado o que se produz fora do circuito do Estado e do mercado, muitas vezes de maneira não-monetarizada” (França, 2004, p. 18), o que origina uma avaliação depreciativa visto que os resultados não são contabilizáveis em termos lucrativos.

As crises económico-financeiras, o aumento do desemprego e as desigualdades sociais resultantes da incapacidade do Estado em redistribuir equitativamente a riqueza, levando ao aumento da clivagem entre pobres e ricos aumentando a exclusão social, têm contribuído para o papel predominante que a Economia Social tem desempenhado para dar respostas a estas necessidades (Caeiro, 2008). Assim, o Terceiro Setor, segundo França (2004), não deve ser visto como um setor independente, à parte dos restantes setores, mas sim como um setor que interage com as esferas do Estado e do mercado e as complementa.

1.2. O conceito de Economia Social

O conceito Economia Social resulta da terminologia francesa e remonta ao séc. XIX, período da Revolução Industrial, iniciada no Reino Unido em meados do séc. XVIII. Os movimentos socialistas da época deram origem ao surgimento das cooperativas, das mutualidades e das associações como referem Caeiro, (2008), Namorado, (2004), França, (2002) e Lechat, (2002).

A Economia Social é desenvolvida na Europa num contexto de momentos históricos marcantes, pelas mudanças que originaram e pelos cenários de violência, onde foi imprescindível um olhar atento para a esfera social, para os mais desfavorecidos, para as crescentes desigualdades, tentando proteger as classes operárias e mais desprotegidas, fazendo prevalecer os seus direitos, pois assistia-se, como refere França (2002, p. 12), “à sobre-exploração do trabalho”.

Assim, a Economia Social situa-se “numa perspetiva metodológica diferente da economia ortodoxa face à definição do problema económico, em que desaparece a dicotomia homem económico-homem social e em conjunto com os problemas de afetação de recursos se analisam também os relativos à distribuição, condições de produção, pobreza e qualidade de vida” (Monzón, citado em Caeiro, 2008, p. 64).

De um ponto de vista operacional, pode definir-se a Economia Social como o “grupo de empresas e instituições que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína” (Barea & Monzón, citado por Caeiro, 2008, p. 64).

A Economia Social dá resposta a um contexto económico e social específico, ao qual nem o Estado nem o mercado conseguem dar solução e não pode ser reduzida “a uma simples instância de contenção e compensação dos estragos que a sociedade capitalista provoca no tecido social” (Namorado, 2004, p. 13). Por isso, a Economia Social ou o Terceiro Setor, não pode ser encarado como o setor que apenas preenche as lacunas deixadas pelos restantes setores, é necessário compreender a importância, cada vez mais abrangente, do seu âmbito de intervenção, não só em termos económicos como em termos sociais. O seu papel é fundamental na nossa sociedade, na satisfação de necessidades globais, que o Estado não pretende resolver, muito menos o setor privado visto que não acarretam interesses lucrativos.

Segundo Nunes et al, (citado em Caeiro, 2008, p. 66) a Economia Social reflete duas realidades que se interligam, nomeadamente “uma forma alternativa de estar na economia, que não é nem pública nem privada capitalista; e o trabalho social ou assistencial sobre as camadas da população em processo de exclusão.”

Uma outra abordagem complementar deve-se a Rui Namorado (2014, p. 9), para quem a economia social assenta em três grandes princípios ou valores: cooperação, reciprocidade e solidariedade que, independentemente da maior proximidade com uma ou outra forma jurídica, estão presentes em todas elas. Por cooperação entende-se “(...) um fenómeno social que funciona, em muitas circunstâncias, como tecido conjuntivo das sociedades humanas (...)” tendo sido inclusive “(...) condição de sobrevivência e da evolução da espécie humana”, constituindo a base do cooperativismo. Por reciprocidade entende-se uma “(...) prática organizada e sistemática de uma ajuda mútua, especialmente vocacionada para a partilha de certos riscos sociais relevantes”, constituindo a base do mutualismo. Por solidariedade entende-se o “apoio dado a quem dele precisa, sem contrapartidas ostensivas ou equivalentes”, constituindo a base das instituições particulares de solidariedade social.

A base da existência da Economia Social assenta em princípios de solidariedade, inclusão e bem-estar social e desenvolvimento socioeconómico local. Promovendo a inclusão daqueles que não são capazes de desenvolver uma atividade económica no mercado de trabalho.

A Economia Social, para além de desenvolver organizações eficientes do ponto de vista económico simultaneamente promove “a inclusão social, o desenvolvimento social e a coesão social” (Caeiro, 2008, p. 70). São organizações que lidam com pessoas, com as fraquezas do ser humano, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade estável, onde se privilegie o bem-estar social, buscando “a sua razão de ser em realidades e problemas concretos” (Namorado, 2004, p. 1). Acompanham, diariamente, “centenas de milhar de pessoas em situação de fragilidade, como por exemplo idosos, crianças, portadores de deficiência, desempregados, vítimas de violência doméstica, ex-reclusos, doentes, etc.” (Economia Social, 2010, n.º 109, p. 23).

Uma análise evolutiva mostra-nos que, ao longo dos tempos, a visão sobre a economia social e o seu próprio posicionamento na sociedade foram sofrendo alterações. Esta ideia é reforçada por Quintão (2012, p.141) que entende que as organizações de economia social passaram de uma fase de reconhecimento político para uma fase de

desvalorização e instrumentalização. Porém, nas últimas décadas, face à “nova questão social”, a economia social voltou a ganhar importância e destaque, pelo que é pertinente uma breve abordagem à sua contemporaneidade

Falar de economia social hoje é diferente de falar de economia social no passado. Como nos refere Demoustier, a economia social mais antiga não é um grupo homogéneo, mas sim um conjunto de “(...) vagas sucessivas de empresas que aceitaram os desafios da sua época” (Defourny, 2009, p. 159). Apesar das várias diferenças entre as gerações de economia social, existe uma identidade partilhada entre as organizações que a integram uma vez que, independentemente da sua natureza, são a expressão da sociedade civil em responder às necessidades da população, acreditando que existem formas económicas para além da economia do mercado e da economia pública.

Os tempos mudaram, os contextos transformaram-se e a sociedade adaptou-se. Enquanto no Séc. XIX a “questão social” recaía sobretudo na dimensão laboral dos operários, nas condições das famílias e na sua habitabilidade, centrando-se nas consequências da Revolução Industrial e da economia de mercado, no Séc. XX surgem novas preocupações sociais decorrentes da economia de mercado, da crise do Estado Social, dos riscos ambientais, da pobreza, da exclusão, entre outras.

Em Portugal, a preocupação com o “sector social e cooperativo” é visível em vários domínios: na Constituição, onde estão consagrados direitos sociais e de liberdade de associação; nos enquadramentos legais específicos (código cooperativo, lei das associações e lei das fundações) e, em 2013, na criação da Lei de Bases da Economia Social.

No caso português, a Conta Satélite resulta de um Protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), constituindo um projeto-piloto ao trabalho voluntário 2012.¹

¹ A publicação Conta satélite da economia social (CSES) foi elaborada no âmbito do protocolo de cooperação entre o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL (CASES).

1.3. Breve Evolução Histórica

As primeiras manifestações de Economia Social datam do séc. XIX, mas o seu ressurgimento teve origem nos anos 80 do séc. XX, em França (Namorado, 2004).

Segundo Caeiro (2008), o conceito de Economia Social surgiu em meados de 1830, quando Charles Dunoyer publicou em Paris um Tratado de Economia Social (Nouveau traité d'économie sociale), época durante a qual surgiu na Universidade de Lovaina um curso com a designação de Economia Social Caeiro (2008, pp. 62-63) distingue cinco períodos na evolução da Economia Social:

I. “A génese da Economia Social (1791-1848).”

Este período é marcado pela Revolução Francesa, e pelos ideais da liberdade, da fraternidade e da igualdade. Inicia-se o movimento associativo ligado ao “proletariado” e às “organizações obreiras” e as cooperativas começam a dar os seus primeiros passos na defesa dos direitos dos operários, promovendo o emprego e tentando atenuar as desigualdades sociais.

O fim deste período é assinalado pela tomada de Paris (Comuna de Paris), onde se intentou criar um governo assente no pensamento de alguns idealistas como Louis Blanc, no sentido de promover as associações proletárias e as cooperativas.

II. “A questão social e o movimento operário (1850-1900).”

Após o fim da Comuna de Paris, a repressão voltou a fazer-se sentir e o Estado volta a assumir o seu papel “secular”. O Papa Leão XIII vê-se forçado a intervir e a propor o regresso ao associativismo das profissões, às corporações. No entanto vão-se desenvolvendo movimentos associativos operários.

III. “Os regimes totalitários e a contestação ao liberalismo (1901-1945).”

Os primeiros anos do séc. XX foram marcados por dois momentos: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917. Os movimentos totalitários, que contestavam o liberalismo e defendiam o papel determinante do Estado na governação da sociedade, assumem uma importante posição.

Após a Segunda Guerra Mundial o núcleo cooperativista e mutualista sofre uma fragmentação, as cooperativas são estruturadas em ramos setoriais devido à dificuldade de continuidade do movimento operário e às dificuldades criadas pelas

duas guerras mundiais. O movimento associativo é assim dividido em várias direções.

IV. “O Estado-providência e os direitos sociais (1945-1975).”

Com o final da Segunda Guerra Mundial e à medida que se vai implementando o Estado-providência o conceito de Economia Social vai sendo “relegado para segunda instância em termos de importância”, uma vez que é o Estado que passa por si só a intervir no mercado e a corrigir as suas falhas, sem intervenção de outras entidades.

Todavia, a partir de 1970, com a crise do Estado-providência, a problemática da Economia Social volta a colocar-se, com acuidade e de forma predominante em França, com o objetivo de aproximar os movimentos cooperativos e mutualistas franceses, impulsionando a perceção da existência de interesses mútuos, originado assim a adesão destes ao grupo do movimento associativo.

V. “A crise do Estado-providência e o redimensionamento da Economia Social (1975-2006).”

Devido ao crescimento dos movimentos cooperativo, associativo e mutualista, a Economia Social volta a adquirir de novo dimensão e importância. São atribuídos apoios financeiros à Economia Social e às suas organizações, verifica-se um aumento do emprego e do desenvolvimento das associações locais e de cooperativas, assim como tentativas de inclusão social através da criação de associações de âmbito social.

Em 1975, é constituído o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativas e Associativas (Cnlamca), que lançou em 1978, em Bruxelas, um debate europeu sobre Economia Social.

Em 1981, foi reconhecido o seu poder político através da criação, pelo governo francês, de uma Delegação Interministerial para a Economia Social (DIES).

Namorado (2004) frisa que foi durante a década de 80 do séc. XX que se iniciaram as Conferências Europeias de Economia Social, e segundo Defourny (citado em Lechat, 2002) entre 1980 e 1985 desenvolveram-se por toda a Europa cooperativas de trabalhadores.

Em Portugal, a tradição da evolução da Economia Social reflete-se, essencialmente, nas misericórdias, que desde o séc. XVIII assumiram um papel de intervenção junto das populações mais desfavorecidas; e também nas mutualidades que no decorrer do séc. XIX e início do séc. XX tiveram grande intervenção no âmbito socioeconómico (Caeiro, 2008).

Neste contexto, de acordo com aquilo que foi desenvolvido anteriormente, nas tipologias de Estado Providência, Portugal tem vindo a ser enquadrado no modelo do Sul da Europa (conjuntamente com a Itália, a Espanha e a Grécia). Na literatura nacional sobre o Estado Providência português este foi considerado um quase Estado Providência, em virtude de uma evolução tardia marcada pelo contexto da revolução democrática, da crise económica e social provocada pela Crise Petrolífera e dos debates de redução do Estado Providência dos anos 80, bem como do exemplo dos modelos de proteção social dos Estados Providência desenvolvidos e dos efeitos da integração na Europa comunitária (Santos 1993, p. 2-10). Segundo Monteiro (2004), citado por Melo (2005, p.13), podemos identificar quatro fórmulas de relacionamento entre as organizações do Terceiro Sector e o Estado:

- 1) A “Orientação militante” que defende a separação entre o Estado e as organizações, de acordo com o princípio da autonomia e da separação de poderes;
- 2) A “Orientação para pública” que defende que a intervenção associativa prolonga a ação do Estado, agindo no quadro de modelos e princípios por estes defendidos;
- 3) A “Orientação instrumental” -segundo o lema “fazer mais, fazer melhor”- em que o Estado é tido como fonte de financiamento, às instituições compete a liderança e a execução local, com uma intervenção multidimensional, menos burocrática e mais ágil, mais próxima das necessidades das pessoas, mais eficiente e mais eficaz;
- 4) A “Orientação autónoma e solidária” que defende e reclama um exercício mais democrático, solidário e aberto por parte do Estado, um projeto político autónomo, em articulação com as orientações pragmáticas do Estado; uma aposta na solidariedade, participação, parceria, e no empowerment.

Com o primeiro choque petrolífero no Inverno de 1973-1974 e com o segundo choque petrolífero de 1979 (Lopes, 2002, pp. 22-23), a Economia Social começou novamente a

ressurgir em força, pois o mercado e o Estado (Segurança Social pública), deixaram de funcionar convenientemente, o desemprego aumentou bastante, os salários não acompanharam o aumento dos preços dos produtos, enfim, o modelo de crescimento económico implantado, deixou de funcionar como tinha funcionado até aqui. Constatase que no século XX a separação do mercado e da redistribuição estatal, levou à “marginalização progressiva da reciprocidade e da domesticidade” (Laville, 1992, p. 131). Neste contexto, a Economia Social é perspectivada como um conjunto de organizações surgidas através dos movimentos cooperativo, mutualista e associativo com início no século XIX, sendo vistas como uma forma de organização de coletividade da sociedade civil que se expressa e participa, no seio das sociedades democráticas, procurando desenvolver respostas a problemas e necessidades sociais gerados pelos desequilíbrios da ação do mercado. Ao longo do século XX, estas iniciativas institucionalizaram-se e desenvolveram-se de forma interdependente com a evolução do Estado Social e das tendências de crescente competitividade e globalização da economia de mercado (Quintão, 2004, p.2).

1.4. Tipologia das Organizações da Economia Social

Os critérios de classificação das organizações da Economia Social, como expõe Caeiro (2008, p. 68), são os seguintes:

- “São organizações autónomas em relação ao Estado, do ponto de vista da sua gestão;

A propriedade é institucional e não é objeto de repartição entre os participantes;

- São organizações cujo objetivo não é a maximização do lucro, prevendo alguns casos restrições à distribuição dos excedentes (o mais usual é a ausência de relação entre o capital e a participação nos lucros);
- Têm gestão democrática e participativa;
- Há o predomínio do fator trabalho sobre o capital, dando ênfase à qualidade do serviço a prestar e ao desenvolvimento dos seus trabalhadores;
- Possuem modelo organizacional idêntico aos dos restantes setores;
- As suas formas organizacionais são muito diversificadas;
- O seu objetivo fundamental é a prossecução do bem-estar e do equilíbrio social.”

Salomon e Anheier (citado em França, 2002) consideram como características fundamentais destas organizações o facto de serem formais, privadas, independentes, não distribuírem lucros e conterem um certo grau de participação voluntária.

1.5. A Evolução da Economia Social em Portugal

A União Europeia (UE) tem vindo a reconhecer um papel socioeconómico cada vez mais importante por parte da Economia Social, promovendo várias iniciativas que visam a criação de estatutos condizentes para cooperativas, mutualidades e associações. Na Resolução do Parlamento Europeu sobre a Economia Social, (de 19 de Fevereiro de 2009, publicada no Jornal Oficial da UE de 25 de Março de 2010), é sublinhado que “a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica.” A Economia Social compreende, no contexto da UE, cerca de 10% do conjunto das empresas, um universo de 2 milhões de empresas, representando cerca de 6,45% do emprego total e 7,78% do emprego por conta de outrem (CIRIEC, 2007). É consensual o reconhecimento do seu elevado potencial para gerar e manter empregos estáveis, já que pela sua própria natureza, as empresas que constituem a vasta e complexa rede que constitui o setor não são suscetíveis de forma geral, a serem deslocalizadas. Em Portugal, o volume de emprego criado pela Economia Social, assume menor preponderância relativamente a outros países da Europa, no entanto não deixa de ser significativo particularmente na era atual, onde as organizações da Economia Social são chamadas a intervir como auxiliares das políticas sociais, a nível da inserção de grupos excluídos (ao abrigo por exemplo das iniciativas do Mercado Social de Emprego). O emprego pode ser criado pela Economia Social de duas formas: direta e indireta. A criação de emprego de forma indireta, com características do chamado emprego clássico, pode surgir como um meio da Economia Social, já que não constitui uma finalidade imediata destas organizações, mas um meio necessário para as edificar e possibilitar uma atividade produtiva de natureza mercantil ou não mercantil, sendo recrutados trabalhadores com vínculo de trabalhadores efetivos (nomeadamente na área social). Por outro lado, o emprego pode surgir como finalidade, como via direta

e intencional para criar emprego, apoiada na maioria das vezes por medidas de política pública.

Segundo dados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), recolhidos num estudo elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no âmbito do Protocolo de cooperação assinado entre o INE e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), apurou-se que em Portugal o setor da Economia Social é composto por uma diversidade, tanto quantitativa como qualitativa, de atividades desenvolvidas.

No ano de 2010, a Economia Social Portuguesa era constituída por 55.383 unidades, onde cerca de 50% das organizações deste setor realizavam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. Já os cultos e congregações e a ação social também apresentavam um peso bastante significativo no âmbito das organizações da Economia Social, 15,8% e 14%, respetivamente.

Dados mais recentes da Conta Satélite da Economia Social (CSES, 2019), apontam um aumento no ano de 2016, pelo que existiam cerca de 71 885 organizações de cariz social no mercado português, das quais a cultura, comunicação e atividades de recreio concentravam-se em 46,9% das unidades da ES, as entidades da religião e dos serviços sociais apresentavam no conjunto de entidades da ES, respetivamente, 11,9% e 9,7% do total de unidades (Gráfico 1)².

No emprego remunerado (ETC) a ES concentrou-se maioritariamente na saúde (25%), seguindo-se os serviços sociais (26,3%) e a educação (15,2%) (Gráfico 3) (CSES, 2019, pp.7-8).

Relativamente à produção nacional a ES representou 2,7% e 3,0% do VAB nacional no referido ano. Já a necessidade líquida de financiamento da ES agravou-se, passando de 412,0 milhões de euros (0,2% do PIB), em 2013, para 598,4 milhões de euros, em 2016. (0,3% do PIB). Comparativamente, nesse período, a economia nacional registou uma redução da capacidade líquida de financiamento de 3 945,6 milhões de euros em 2013 para 1 951,6 milhões de euros em 2016 (CSES, 2019).

Deste modo, a ES tem vindo nas últimas décadas a afirmar a sua capacidade de colaborar de uma forma eficaz para a resolução dos novos problemas sociais, reforçando a sua posição como indispensável para o desenvolvimento económico

² Fonte: CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

sustentável e estável, adequando os serviços às necessidades, valorizando as atividades económicas ao serviço das necessidades sociais e fortalecendo a democracia económica (CIRIEC, 2007).

Seguidamente iremos evidenciar as características e a vários tipos de natureza jurídica das Organizações da Economia Social (OES).

Gráfico 1

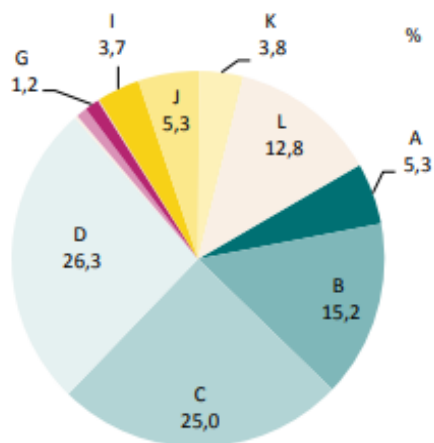
Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016).



Fonte. CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

Gráfico 2

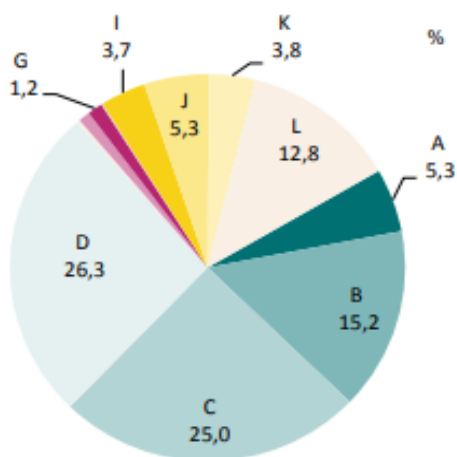
Distribuição das remunerações da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor³.



Fonte. CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

Gráfico 3

Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.



Fonte. CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

³ Fonte: CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

1.6. Organizações da Economia Social – OES

Perante o Comité Económico e Social Europeu, no relatório “A Economia Social na União Europeia”, as Organizações da Economia Social devem apresentar sete características, tais como serem (CIRIEC, 2007):

- i. Privadas: institucionalmente separadas do setor público, pois apesar de receberem apoio financeiro do Estado não fazem parte, nem são controladas pelo mesmo;
- ii. Organizadas formalmente: com personalidade jurídica;
- iii. Autonomia de decisão: com poder para eleger e destituir os seus órgãos dirigentes e para controlar e organizar todas as suas atividades;
- iv. Liberdade de filiação: Estas organizações são caracterizadas por uma posição significativa de recursos humanos em regime de voluntariado;
- v. Distribuição de eventuais lucros entre os usuários: em função da sua atividade ou participação no seio da organização;
- vi. Realização de um trabalho económico: com o objetivo de satisfazer as carências dos seus associados, nomeadamente, pessoas individuais ou famílias. Consideradas como organizações de pessoas e não de capital.
- vii. São organizações democráticas: as organizações da Economia Social aplicam o princípio de “uma pessoa, um voto”.

Apresentando as características mencionadas, as Organizações assumem um papel relevante no desenvolvimento da Economia Social. Conforme o *Decreto-Lei n.º 58/2013 de 8 de Maio, art.º 4 da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio*, existem vários tipos de natureza Jurídica das Organizações sociais presentes em Portugal (Diário da República, 2013), tais como:

I. Cooperativas de Solidariedade Social

As cooperativas na sua constituição e funcionamento são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e ajuda dos seus membros, obedecem aos seguintes princípios cooperativos: adesão voluntária e livre, administração democrática pelos associados, participação económica dos membros, autonomia e independência, intercooperação, educação e informação e interesse pela sociedade. Estas visam, sem fins lucrativos, satisfazer as necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos sócios (Diário da República, 1996).

As cooperativas são consideradas, de acordo com Caeiro (2008, p. 68), como “o setor historicamente mais importante”. Continuam atualmente a afirmar-se no contexto socioeconómico, apresentando um “forte cariz popular” e independência na atividade económica que podem exercer.

Em 2016, observou-se um aumento de 10,7% no número de Cooperativas, face a 2013, tendo sido consideradas no universo da ES um total de 2 343 Cooperativas. As principais atividades desenvolvidas foram o comércio (17,3%) (inserido em outras atividades (L)) e a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (14,3%). O VAB, remunerações e o emprego remunerado aumentaram em relação a 2013.

Figura 1

Evolução dos principais indicadores – Cooperativas.

	2013	2016
Número de Cooperativas (N.º)	2 117	2 343
VAB (10 ⁶ euros)	489,5	604,2
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	564,4	572,2
Emprego remunerado - ETC (N.º)	24 316	24 402
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	88,5	179,1

Fonte. Conta Satélite da Economia Social (CASES) 2016

Em termos de estrutura do VAB, destacaram-se as atividades financeiras e de seguros (L60) que, correspondendo a apenas 3,9% do total de Cooperativas, foram responsáveis por 42,4% do VAB, em 2016. A estrutura de remunerações foi semelhante à do VAB, com as atividades financeiras e de seguros (L60) a suportarem quase 1/3 das remunerações deste grupo da ES. No que respeita ao emprego remunerado (ETC), destacaram-se as entidades da educação (B) com 22,5% do total de emprego remunerado deste grupo. Em 2016, a capacidade líquida de financiamento das Cooperativas mais do que duplicou face a 2013, cifrando-se em 179,1 milhões de euros, refletindo não só o aumento do saldo da conta de exploração, mas também a diminuição da formação bruta de capital.

II. Associações Mutualistas

As mutualistas encontram-se reguladas pelo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 72/90 de 3 de Março*, definindo a sua natureza como sendo instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de

associados, capital indefinido e duração indeterminada, no qual o objetivo primordial é o auxílio recíproco dos seus associados e familiares (Diário da República, 1990).

Em 2016, o número de Associações Mutualistas diminuiu 12,6% face a 2013, para um total de 97 unidades. Destas, 71,1% atuavam na área dos serviços sociais (D) e 19,6% desenvolviam atividades financeiras e de seguros (L60). Contrariamente ao VAB, as remunerações evidenciaram um ligeiro decréscimo (-2,0%), tal como o emprego remunerado (-1,1%).

Figura 2

Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas.

	2013	2016
Número de Associações Mutualistas (N.º)	111	97
VAB (10 ⁶ euros)	352,2	388,0
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	216,4	212,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4 896	4 842
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento (10 ⁶ euros)	50,8	-124,0

Fonte. Conta Satélite da Economia Social (CASES) 2016

As atividades financeiras e de seguros (L60) representaram 90,2% do total do VAB e 90,4% das remunerações deste grupo da ES. Na distribuição do emprego remunerado (ETC), as atividades financeiras e de seguros (L60) concentraram 74,6% do total do emprego remunerado deste grupo, seguindo-se os serviços sociais (D), com 17,4% do total. As Associações Mutualistas passaram de uma capacidade líquida na ordem dos 51 milhões de euros em 2013 para uma necessidade líquida de financiamento de 124 milhões de euros em 2016, contribuindo assim significativamente (175 milhões de euros) para o aumento da necessidade de financiamento observada no conjunto da ES.

III. Misericórdias

As Santas Casas da Misericórdia ou as Irmandades da Misericórdia são associações

Constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristã.

A esta família da Economia Social pertencem todas as Santas Casas da Misericórdia, as Irmandades das Santas Casas das Misericórdias e Misericórdias existentes em Portugal,

à exceção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que tem um Estatuto especial e pertence ao Setor Institucional das Administrações Públicas (não incluída, portanto, no universo da Economia Social) (*Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro*).

Em 2016, este grupo da ES incluiu um total de 387 unidades, mantendo-se praticamente inalterado face a 2013 (-0,5%). Quase 80% das Misericórdias desenvolviam a sua atividade na área da saúde (C), enquanto 17,6% atuavam na área dos serviços sociais (D). Como já referido, note-se que, com a nova nomenclatura, as atividades de apoio social com alojamento, onde se incluem, nomeadamente, os lares de terceira idade e unidades de cuidados continuados, passaram a estar incluídos nas atividades da saúde, o que teve particular impacto neste grupo da ES (v. notas metodológicas). Relativamente a 2013, o VAB das Misericórdias aumentou 10,2% e as remunerações aumentaram 16,3%, em linha com o aumento do emprego remunerado.

Figura 3

Evolução dos principais indicadores – Misericórdias.

	2013	2016
Número de Misericórdias (N.º)	389	387
VAB (10 ⁶ euros)	541,2	596,6
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	477,5	555,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	35 469	39 445

Fonte. Conta Satélite da Economia Social (CASES) 2016

A saúde (C) foi a atividade mais relevante em termos de VAB, de remunerações e de emprego remunerado, com 86,1% do total do VAB, 85,8% das remunerações e 87,1% do emprego remunerado. Os serviços sociais (D) constituíram a segunda atividade mais relevante das Misericórdias, tendo gerado 12,5% do total do VAB, 12,9% do total de remunerações e 11,9% do emprego remunerado deste grupo da ES.

IV. Fundações

Uma fundação é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos, atribuída de um património razoável e irrevogavelmente destinado à prossecução de um fim de interesse social. São considerados como fins de interesse social aqueles que se traduzem num benefício para a sociedade e não em favor do seu fundador ou pessoas das suas relações.

O número de Fundações aumentou 7,1% face a 2013, para 619 unidades. Quase 30% das Fundações desenvolveram atividade nos serviços sociais (D), seguindo-se a cultura,

comunicação e atividades de recreio (A) (21,2%) e a saúde (C) (17,1%). O VAB das Fundações cresceu 32,4%, face a 2013, fixando-se em 332,3 milhões de euros. Entre 2013 e 2016, observou-se igualmente um aumento de 28,8% nas remunerações de 28,8% e de 29,8% no emprego remunerado.

Figura 4

Evolução dos principais indicadores – Fundações.

	2013	2016
Número de Fundações (N.º)	578	619
VAB (10 ⁶ euros)	250,9	332,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	236,3	304,3
Emprego remunerado - ETC (N.º)	10 871	14 113

Fonte. Conta Satélite da Economia Social (CASES) 2016

A educação (B), apesar de congregar apenas 8,6% das Fundações, foi a atividade mais relevante na estrutura do VAB deste grupo (27,8%) e nas remunerações (28,1%). Em termos de emprego remunerado, a atividade mais importante foi a saúde (C), com 32,4% do emprego remunerado, que constituiu igualmente a segunda atividade com mais peso no VAB (23,0%) e nas remunerações (21,1%).

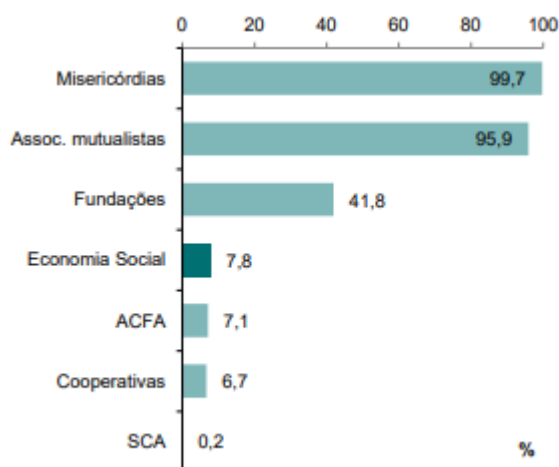
V. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

As IPSS estão reguladas pelo Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro*. Este define-as como sendo fundadas por iniciativa de particulares, sem qualquer finalidade lucrativa, uma administração própria e com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos (Diário da República, 1983).

Em 2016, foram identificadas 5 622 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado, observando-se um acréscimo de 0,7% face a 2013. Assim, em 2016, 7,8% do total de entidades da ES detinham o estatuto de IPSS ou equiparado, sendo estas maioritariamente constituídas por ACFA (84,0%), seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (4,6%), as Cooperativas (2,8%) e as Associações Mutualistas (1,7%). Mais de 95% das Misericórdias e Associações Mutualistas e menos de 10% do total de Cooperativas e de ACFA possuem estatuto de IPSS.

Figura 5

Evolução dos principais indicadores – ACFA.



Fonte. Conta Satélite da Economia Social (CASES) 2016

No que respeita ao VAB, as atividades mais relevantes foram os serviços sociais (D) (34,5%), seguindo-se a saúde (C) (19,9%) e a educação (B) (16,2%). A atividade com maior número de unidades das ACFA (cultura, comunicação e atividades de recreio) representou, porém apenas 5,9% do VAB deste grupo. Os serviços sociais (D) foram igualmente mais relevantes em termos de remunerações (34,4% do total) e de emprego remunerado (38,0%) das ACFA.

As organizações de Economia Social, tendo como propósito a solidariedade social nos domínios da saúde, da educação, da habitação, e de outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta na generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado organizado, podem obter por parte da Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS) o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

Capítulo 2 – Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS

O presente ponto pretende expor o enquadramento das IPSS, visto estas organizações serem o alvo de estudo, começando por se analisar a estrutura legislativa que regula a atividade das IPSS, e posteriormente, fazemos referências aos sus objetivos sociais, seguidamente referindo as suas dificuldades perante os desafios do cumprimento dos objetivos sociais, bem como, as suas contribuições. Como consequência do aumento da mulher no mercado de trabalho, do envelhecimento acelerado da população, da alteração da estrutura do familiar e de uma propensão para uma maior urbanização da população, houve uma alteração nas políticas e estruturas sociais de apoio à população, nomeadamente, no que se refere às crianças e aos idosos, promovendo este tipo de instituições um número crescente.

Perante o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro*, “são instituições particulares de solidariedade social (IPSS) as constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, mediante a concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente: apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações. Para além das atividades referidas, as instituições podem ainda prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que com aqueles sejam compatíveis”, (Diário da República, 1983).

Para Caeiro (2008), em conjugação com o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS têm a possibilidade de natureza associativa ou de natureza fundacional e podem revestir as seguintes formas jurídicas (Diário da República, 1983):

- 1) Associações de Solidariedade Social;
- 2) Associações de Voluntários de Ação Social;

- 3) Associações de Socorros Mútuos ou Associações Mutualistas (Mutualidades);
- 4) Irmandades da Misericórdia (ou Santas Casas da Misericórdia);
- 5) Fundações de Solidariedade Social.

Podem ainda agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações. Perante o artigo 3º do EIPSS, as IPSS deliberam livremente as suas áreas de atividade, de acordo com a legislação aplicável e prosseguem autonomamente a sua ação e organização interna (artigo 2º, ponto 2, do EIPSS) (Diário da República, 1983).

Desta forma, começamos por analisar a estrutura legislativa que regula a atividade das IPSS, e posteriormente fazemos uma caracterização destas relativamente à forma jurídica que podem revestir, aos estatutos, à sua constituição, registo e quanto à cooperação do Estado.

2.1. Estatutos

Relativamente aos estatutos, segundo o *artº 10º do Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro*, as IPSS regem-se por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições deste Estatuto e demais legislação aplicável. Nos estatutos devem constar obrigatoriamente: a denominação, que não pode confundir-se com denominação de instituições já existentes; a sede e âmbito de ação; os fins e atividades da instituição; a denominação, a composição e a competência dos corpos gerentes; a forma de designar os respetivos membros e o regime financeiro (Diário da República, 1983).

Os Centros Distritais de Segurança Social (CDSS) dispõem de “modelos” de estatutos, elaborados em conjunto com as Uniões representativas das instituições, que constituem instrumentos de apoio para adequação dos Estatutos ao Estatuto das IPSS.

2.2. Constituição

De acordo com o Instituto da Segurança Social (I.S.S), “relativamente ao modo de constituição, as IPSS adquirem personalidade jurídica no ato de constituição, do qual deve constar a escritura pública onde deverá estar explícito: as quotas, donativos ou serviços com que os associados concorrem para o património social; a denominação, fim e sede da pessoa coletiva; a sua forma de funcionamento; a duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado, resultando daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos

(prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública).” (Autoridade Tributaria e Aduaneira, 2015).

2.3. Registo

Desde que legalmente constituídas, as IPSS devem/podem requerer o seu registo junto dos serviços competentes para a respetiva tutela, passando a ser consideradas como pessoas coletivas de utilidade pública, cuja competência para o registo é da responsabilidade da Direção-Geral da Segurança Social.

O registo é pedido gratuitamente, através de requerimento (modelo Mod. GIP8/2010 – DGSS), devidamente assinado pelo(s) representante(s) do órgão de administração e posteriormente entregue no centro distrital de segurança social da área da sede da instituição.

Finalidades do registo das IPSS:

- Comprovar a natureza e os fins das instituições;
- Comprovar os factos jurídicos respeitantes às instituições especificados no Regulamento de Registo;
- Reconhecer a utilidade pública das instituições;
- Facultar o acesso às formas de apoio e cooperação previstas na lei.

Uma vez registadas, as IPSS adquirem o estatuto de pessoas coletivas de utilidade pública, advindo daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos (prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública) – art.º 8.º do EIPSS.

2.4. Cooperação do Estado

Mediante apresentação das necessidades locais e para levar em frente os objetivos da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social, pode celebrar com as IPSS acordos de cooperação, artº 4.º do EIPSS, através dos quais garantem a concessão direta de prestações em equipamentos e serviços à população, ou acordos de gestão através dos quais transferem a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado.

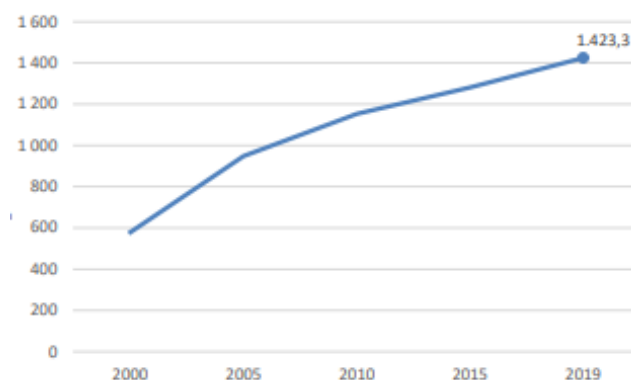
Os referidos acordos apontam ainda que “além dos apoios financeiros previstos nestes acordos, que concorrem para o funcionamento de estabelecimentos de equipamento social, são-lhe ainda concedidos apoio técnico específico e outros apoios financeiros

destinados a investimentos na criação ou remodelação dos estabelecimentos, através de vários programas e medidas” (Diário da República, 1983).

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação, celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

Gráfico 4

Conta da Segurança Social.

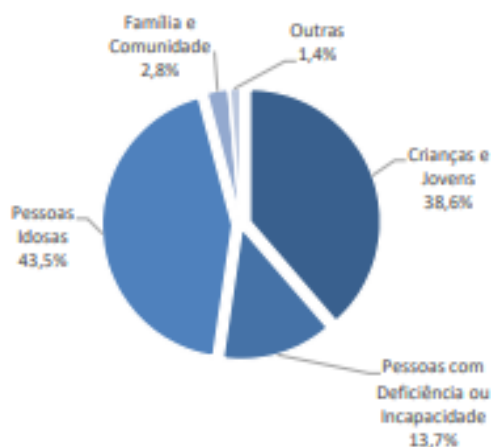


Fonte. GEP-MTSS, Carta Social 2019

A despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de 145,8 %, no período 2000-2019, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. (Carta Social, 2019).

Gráfico 5

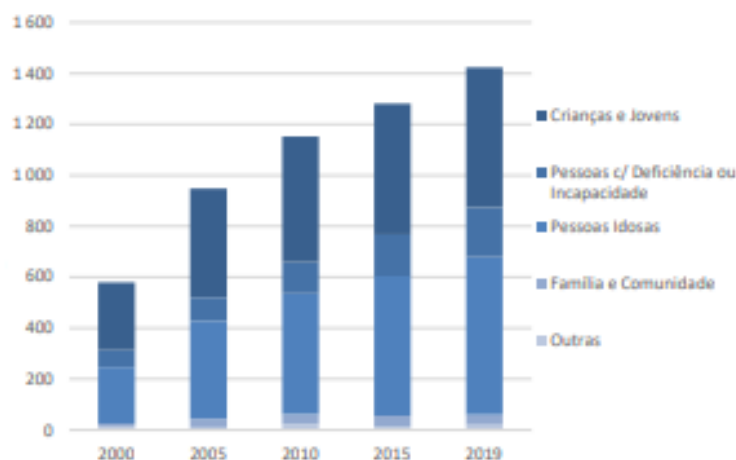
Conta da Segurança Social.



Fonte. GEP-MTSS, Carta Social 2019

Gráfico 6

Conta da Segurança Social



Fonte. GEP-MTSS, Carta Social 2019

A despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de 145,8 %, no período 2000-2019, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. Em 2019, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1 423 milhões de euros, sendo que 43,5 % visava o apoio a Pessoas Idosas e 38,6 % a Crianças e Jovens. (Carta Social, 2019).

2.5. Equiparação (Casas do povo e Cooperativas de Solidariedade Social)

As Casas do Povo e as Cooperativas de Solidariedade Social que prossigam os objetivos previstos no art.º 1 do Estatuto das Instituições particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo *Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro*, podem ser equiparadas a estas instituições mediante reconhecimento expresso de que prosseguem aqueles objetivos, aplicando-lhes o mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais.

2.6. Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, em todo o território nacional, alicerçado no quadro axiológico da

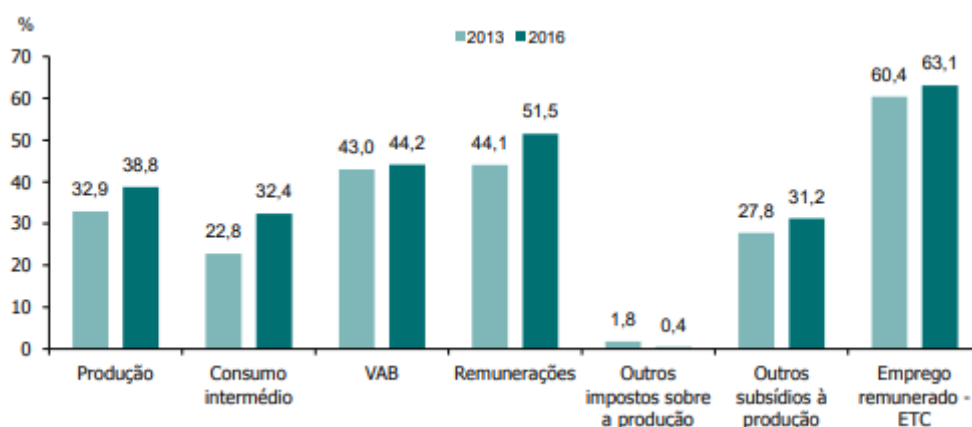
solidariedade social e desenvolvendo -se num modelo de atuação que é revelador de uma abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos. Este setor, ao longo destas três décadas, não só cresceu exponencialmente em número de IPSS constituídas, como fundamentalmente passou a assumir, na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas, por via da sua atuação. Com efeito, a ação de solidariedade social exercida pelas IPSS não se encerra, apenas, no setor da segurança social, abrangendo igualmente outros domínios, como a saúde, a educação ou, ainda, em áreas em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta. Por via da sua proximidade junto da sociedade, as IPSS têm demonstrado, pela sua ação, possuir capacidade para responder com elevada eficácia às situações de emergência social e de apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. A promoção solidária destas mesmas instituições constitui, assim, a raiz da sua ação, assente na capacidade de inovação e adaptação, face às respostas sociais necessárias. Importa referir que, para além da importância que o setor social e solidário possui no apoio aos cidadãos, as IPSS adquirem uma outra e especial importância na dinamização das economias locais onde estão implementadas, constituindo -se, assim, como agentes da dita economia social. A sua capacidade de dinamização económica e social é, hoje, reconhecida e valorizada por todos, desde logo, pelo peso que possui no emprego em Portugal, cerca de 5,5 %, e porque em momentos de crise é uma economia que se comporta de forma expansionista e em contraciclo, quando comparado com os outros setores tradicionais da economia. Uma economia que é das pessoas, para as pessoas e que respeita as comunidades. É de justiça salientar que, por via de uma iniciativa inovadora, em termos internacionais, o Governo em parceria com o Instituto Nacional de Estatística, I. P., desenvolveu a Conta Satélite da Economia Social, a qual, pela primeira vez e de forma rigorosa, retratou todo este setor, dando-lhe uma visibilidade e importância económica que até então não possuía. Hoje, sabemos, em concreto, que este setor possui uma dimensão tão ou mais importante do que outros setores tradicionais da nossa economia, não apenas pelo universo de 55 mil organizações que o constituem, pelas 227 mil pessoas que emprega, como também por ser responsável por 5,5 % do emprego remunerado nacional e por 2,8 % do Valor Acrescentado Bruto.

No ano de 2016 os resultados da Conta Satélite da ES, apresentavam um universo de mais de 5622 mil organizações de Economia Social que detinham o estatuto de IPSS, sendo as associações sem fim lucrativo a forma jurídica com mais peso efetivo no mercado (7,8%), observando-se um acréscimo de 0,7% face a 2013, seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (4,6%), as Cooperativas (2,8%) e as Mutualidades (1,7%) (Carvalho & Viriato, 2010) (CSES, 2019).

Em 2016, as IPSS reforçaram a sua importância relativa na ES, representando 38,8% da produção, 44,2% do VAB, 51,5% das remunerações, 31,2% dos outros subsídios à produção e 63,1% do emprego remunerado (ETC) da ES, como se pode verificar no Gráfico 7.

Gráfico 7

Importância relativa das IPSS na ES em 2013 e 2016.



Fonte. Conta Satélite da Economia Social (CASES) 2016

De acordo com a Confederação Nacional das Instituições Sociais (CNIS), (CNIS, 2018), existem 5647 IPSS registadas em Portugal.

Tabela 1*Distribuição geográfica IPSS em Portugal em 2017.⁴*

Distrito	IPSS por distrito	%
Aveiro	354	6,3%
Beja	101	1,7%
Braga	462	8,1%
Bragança	124	2,2%
Castelo Branco	165	2,9%
Coimbra	296	5,2%
Évora	176	3,1%
Faro	177	3,1%
Guarda	338	6,0%
Leiria	225	4,0%
Lisboa	1020	18,06%
Portalegre	125	2,2%
Porto	631	11,2%
Santarém	277	5,0%
Setúbal	254	4,5%
Viana do Castelo	153	2,7%
Vila Real	152	2,7%
Viseu	282	5,0%
Açores	279	4,9%
Madeira	56	0,1%
Total	5647	100%

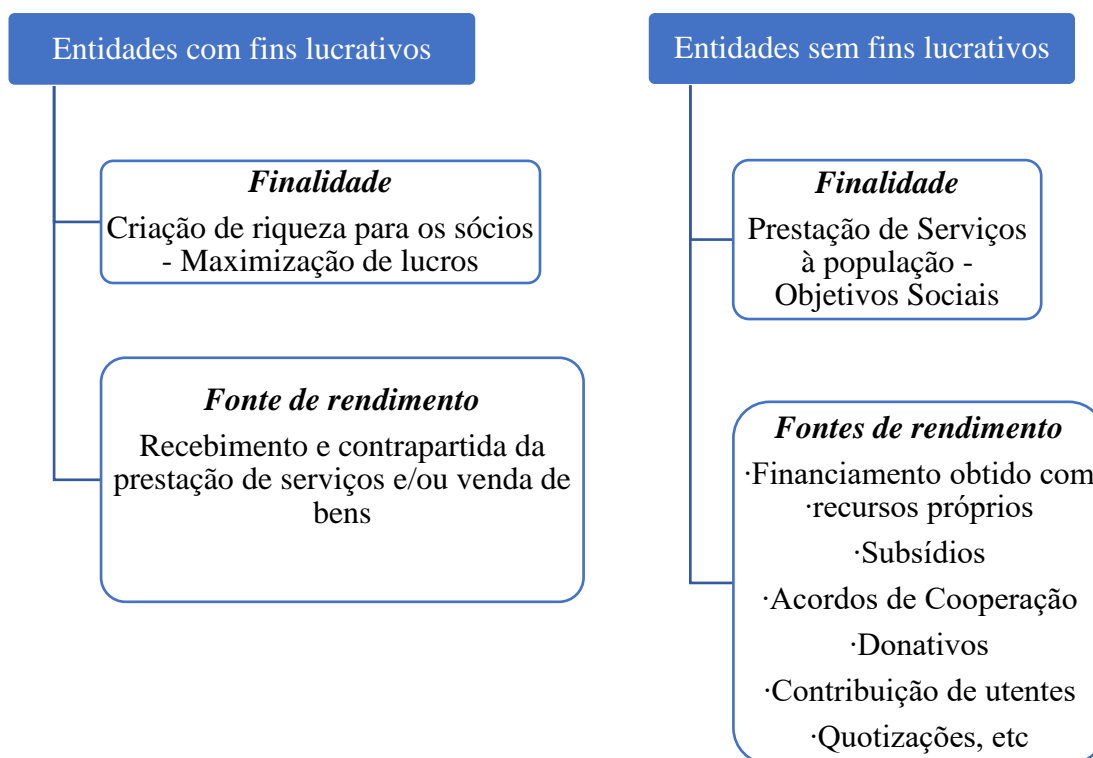
⁴ Fonte: *Importância económica e social das IPSS em Portugal, CNIS, 2017*

Através da Tabela 1 podemos verificar que a concentração da maioria das IPSS está nas principais zonas urbanas, como nos distritos de Lisboa, Porto e Braga. Verifica-se que no distrito de Leiria que se constituiu como nosso objeto de estudo, existem 225 instituições, representando 4,0% do total das IPSS em Portugal, valor que se situa próximo do peso médio dos demais concelhos que não os três grandes acima indicados (Lisboa, Porto e Braga).

Para Moura Ferreira (2011, p.20), tal como elucida a figura 6, “as principais diferenças no nosso entender entre entidades com finalidade lucrativa e entidades sem finalidade lucrativa podem ser resumidas quanto à sua finalidade e às fontes de rendimento, como podemos analisar através do esquema apresentado:”

Figura 6

Principais diferenças entre o setor não lucrativo e o setor lucrativo.



Fonte. Moura Ferreira (2011).

Os destinatários de informação financeira das entidades sem finalidade lucrativa são todas as entidades com interesses sociais e que contribuem com recursos, desejando que estes recursos sejam bem aplicados e geridos. Por um lado, existem doadores e outros financiadores que pretendem ver de que forma os seus donativos e seus financiamentos são aplicados. Os voluntários desejam que o seu trabalho seja reconhecido por todos os utentes em prol da sua dedicação. E por outro lado temos o Estado que, através dos recursos aplicados através dos serviços da segurança social, tem necessidade de controlar se as missões destas entidades estão a ser bem desenvolvidas, e consequentemente, se os recursos estão a ser bem aplicados, controlando essencialmente através das contas anuais e procedendo a fiscalizações.

2.7. O enquadramento das respostas sociais nas IPSS

Atualmente em Portugal, as organizações da Economia Social asseguram a oferta de serviços sociais. Contudo, a ES tem tido inúmeros desafios e importantes devido às

mudanças económicas e sociais que foram decorrendo nas últimas décadas e que vêm alterando a forma de as sociedades se organizarem.

Atendendo ao contexto atual português o papel das instituições de solidariedade social (IPSS) reveste-se de uma importância fundamental. Através do estudo de Sousa (2011) pode-se verificar que a partir de 1995 as IPSS assumiram um papel fulcral não só ao nível da satisfação das necessidades sociais da população, mas também, uma importância direta na economia portuguesa. A atuação das IPSS situa-se ao nível das respostas sociais específicas para um grupo de destinatários como idosos, crianças, pessoas dependentes e famílias carenciadas. Para Sousa (2001) “serviços como creche, jardim-de-infância, centro de atividades de tempos livres, centro de dia para idosos e dependentes, serviço de apoio domiciliário a idosos e dependentes, lar de idosos, ou unidades de cuidados continuados” (p.19) são os tipos de respostas que as IPSS dispõem. Além destas, existem outras igualmente importantes, como atendimento social, disponibilização de roupas, géneros e participação em despesas familiares (e.g. água, luz, gás, renda de casa, etc.), refeitórios sociais, alojamento temporário, transporte de crianças ou idosos, entre outras (Sousa, 2011).

De acordo com o mesmo autor, num contexto de crise económica e social, face às respostas sociais existentes, são emergentes novas necessidades sociais que respondam às solicitações dos indivíduos.

A evolução das necessidades sociais incide, segundo o mesmo autor, nas dificuldades financeiras das famílias (um aumento de 85% em 2010) e no crescente endividamento das mesmas. Igualmente existe uma tendência para um aumento das situações de pobreza e pobreza envergonhada (Sousa, 2011). Na linha de pensamento do autor, as IPSS veem-se obrigadas a responder de forma adicional às solicitações, uma vez que, as respostas convencionais já não são suficientes para as necessidades que chegam às instituições. Muitas têm de aumentar o leque da sua resposta, outras são obrigadas a diversificar a forma de captação de apoio financeiro e a estabelecer protocolos de cooperação com outras entidades para economizarem em recursos humanos e matérias. Sendo que a forma de financiamento das IPSS, provém essencialmente do Estado, cada vez mais é necessário diversificar as formas de financiamento, para poderem dar uma resposta adequada às solicitações emergentes (Sousa, 2011).

As IPSS tiveram a sua origem nas comunidades dos cidadãos tentando dar respostas aos problemas reais dos cidadãos mais desprotegidos e desfavorecidos; onde não chega o

serviço público surge, de forma mais eficaz e eficiente, a disponibilidade do cidadão comum para o cuidado pelos outros próximos, na tentativa de inclusão e de devolução da dignidade de pessoa humana com direitos e deveres.

Ao longo da história secular de Portugal foi emergindo respostas espontâneas por parte da comunidade movidas por referenciais e valores contextualizados no ambiente histórico e cultural que se foram transformando até à atual resposta solidária proporcionada pelas IPSS.

Já as IPSS concretizam-se os objetivos perante a prestação de serviços e iniciativas de promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente, nos seguintes domínios: Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo; Apoio à família; Apoio às pessoas idosas; Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; Apoio à integração social e comunitária; Proteção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa; Educação e formação profissional dos cidadãos; Resolução dos problemas habitacionais das populações; Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Compreende-se então que as instituições têm como principal função a prestação de serviços e cuidados de excelência de forma personalizada, promovendo o bem-estar físico, mental e social dos seus utentes de forma ativa, através de apoio à população ao nível da alimentação, saúde, alojamento, mas também no combate à exclusão social, garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade adequados à satisfação das necessidades e expectativas. Assim, de acordo com a OMS, o bem-estar não está somente relacionado com os bens materiais, como também está naquilo que proporciona a felicidade e a harmonia aos indivíduos e à sociedade.

De acordo com o *Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de Março, artº 4.º* e o Relatório da Carta Social de 2019, surgem as respostas sociais que atuam de acordo com o público-alvo, nomeadamente (Diário da República, 2007) (Carta Social, 2019).

Tabela 2*Respostas Sociais.*

Respostas Sociais	
População Alvo	Resposta Social
Crianças e Jovens	Creche familiar
	Creche
	Pré - escolar
	Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)
	Centro de Acolhimento Temporário (CAT)
	Lar de Infância e Juventude (LIJ)
	Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)
	Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens
Pessoas adultas com deficiência ou Incapacidade	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
	Lar Residencial
	Residência Autônoma Saúde Mental
	Serviço Apoio Domiciliário Pessoas c/Deficiência
	Regime Apoio Ambulatório
	Intervenção Precoce
	Lar de Apoio
	Centro de Atendimento/acompanhamento e animação para pessoas c/ deficiência e Incapacidade
	Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade
Pessoas Idosas	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
	Centro de Dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Dia
	Centro de noite
	Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
Família e Comunidade	Centro de Alojamento Temporário (CAT)
	Comunidade de Inserção
	Casa de Abrigo
	Refeitório/Cantina Social
	Atendimento/Acompanhamento Social
Pessoas Toxicodependentes	Equipa de Intervenção Direta
	Apartamento de reinserção Social
Pessoas do VIH/ SIDA e suas Famílias	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

	Serviço de Apoio Domiciliário
	Residência para Pessoas infetadas com o VIH/SIDA
Pessoas com doenças do foro mental	Fórum Sócio Ocupacional
	Unidade de Vida Autónoma
	Unidade de Vida Apoiada
	Unidade de Vida Protegida
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Unidades de Cuidados Continuados de Convalescência (UC)
	Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR)
	Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM)
	Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

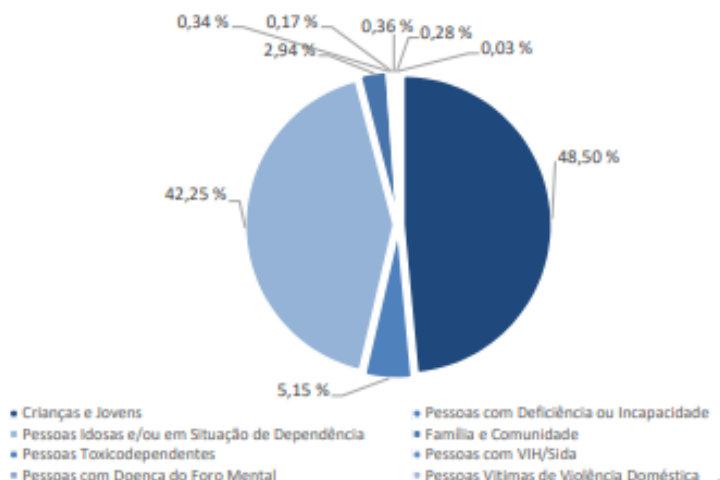
Fonte. Carta Social 2019

Atualmente em Portugal, a oferta de serviços sociais é assegurada principalmente pelas organizações da economia social. A economia social tem tido desafios importantes devido às mudanças económicas e sociais que têm acontecido nas últimas décadas e que vêm alterando a forma de as sociedades se organizarem.

Através do Relatório da Carta Social de “Redes de Serviços e Equipamentos” de 2019, podemos verificar (Gráfico 8) que as respostas sociais dirigidas ao grupo das crianças e jovens atingiam 48,50% do total, sendo superior às que se destinam ao grupo das pessoas idosas e/ou em situação de Dependência (42,25 %) populações-alvo que em conjunto concentram mais de 91% das respostas que compõem a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (Carta Social, 2019).

Gráfico 8

Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo 2019.

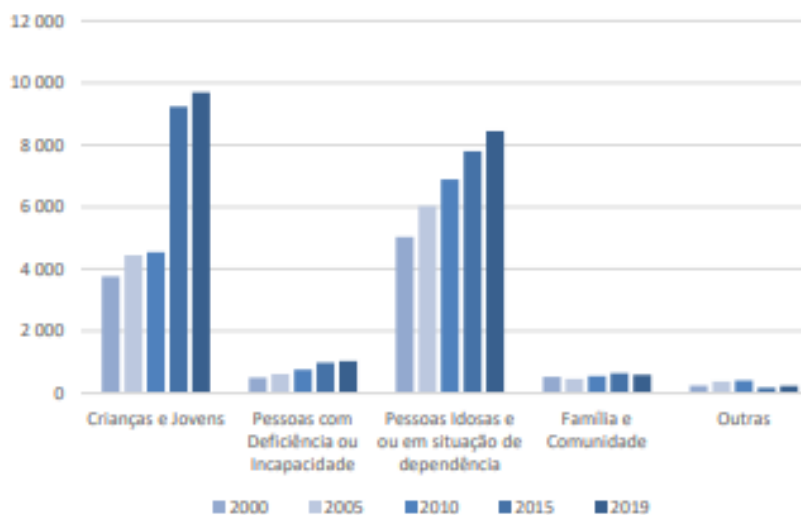


Fonte. GEP-MTSS, Carta Social 2019

Ainda de acordo com dados da Carta Social em 2019, verificou-se um aumento de 99% no número de entidades com respostas sociais, desde 2000, particularmente evidente nas respostas que visam o apoio a crianças e jovens, pessoas com deficiência e a pessoas idosas (Gráfico 9 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, 2000 a 2019) (Carta Social, 2019).

Gráfico 9

Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, 2000 a 2019.



Fonte. GEP-MTSS, Carta Social 2019

As respostas dirigidas a Crianças e Jovens (49 %) e as que se destinam ao apoio a Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência (42 %) representavam, em 2019, 91 % do universo. As respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora em 2019 representassem 5 % do total, constituíam o grupo de respostas que maior crescimento (106 %) apresentou entre 2000 e 2019. (Carta Social, 2019).

Salomon e Anheier (citado em França, 2002) consideram como características fundamentais destas organizações o facto de serem formais, privadas, independentes, não distribuírem lucros e conterem um certo grau de participação voluntária.

No ponto seguinte, serão abordados os principais recursos deste tipo de instituições sociais.

2.8. Principais recursos: Voluntariado e Financiamento

Como condição base, sabe-se que as organizações da Economia Social não são de natureza lucrativas, ou seja, a sua atividade não tem por objetivo a obtenção de lucros, mas a resolução de problemas sociais. Embora sejam obtidas receitas próprias que são obtidas pela prestação dos seus serviços, o seu financiamento provém principalmente do trabalho voluntário na economia social apoio de entidades privadas e do Estado através de subsídios concedidos, na medida em que essas entidades assumem grande importância da sua intervenção.

Em Portugal, o voluntariado tem um enquadramento legislativo próprio: a lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado, *Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro de 1998*. De acordo com o artº n. 2, “voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas” (Diário da República, 1998).

O artigo 3º refere que o “voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” (Diário da República, 1998).

Uma motivação para as pessoas contribuírem com o seu trabalho voluntário e doutras formas para organizações de economia social pode ser o facto de elas constituírem

espaços privilegiados para o desenvolvimento de relações interpessoais de afetividade e de serviço aos outros, ou seja, espaços favoráveis à produção de “bens relacionais”.

Ao envolverem-se, assim, nas atividades destas organizações essas pessoas que as ajudam vão à procura dessas relações interpessoais que consideram importantes para a sua realização pessoal.

Um dos grandes desafios que se coloca à gestão deste tipo de organizações da Economia Social prende-se com o aumento do financiamento e a diversificação das fontes de receita, criando assim espaço para novas ofertas de bens e serviços à sociedade, num contexto de crescimento e afirmação (Nicolau, 2008).

Outra vertente das organizações não lucrativas está relacionada com o trabalho voluntário e não lucrativo. O voluntariado insere-se no sector cooperativo e social, consagrado no art.º 82º. da Constituição da República, também designado por “terceiro sector”. Segundo Salamon (citado por Reis, 2003, p.196), “o terceiro sector beneficia da atividade de trabalhadores voluntários, os quais adicionam as organizações uma produção raramente contabilizada. O Voluntariado constitui, pois, uma dimensão acrescida nas operações do terceiro sector constituindo uma força económica importante”.

A realidade do voluntariado em Portugal, para além do Estado e da Igreja, também se caracteriza pela presença de variadas entidades, tais como os Bombeiros, Escuteiros, associações, IPSS e ONG.

São milhares as pessoas que diariamente se dedicam ao trabalho voluntário, estando sempre disponíveis, pela sua própria iniciativa ou das organizações com as quais se identificam, para defenderem causas comuns, provocando nas comunidades onde atuam transformações sociais significativas na promoção da cidadania.

Enquanto promotor de práticas comunitárias, o voluntariado tem um papel decisivo no reforço da coesão social e na consolidação do regime democrático e da cidadania, aproximando os cidadãos em torno de causas comuns, solidárias e integradoras do indivíduo na vida coletiva, por isso mesmo, o voluntariado tem assumido um espaço próprio enquanto medida de ação política. Mas para o desenho de medidas, para uma definição ajustada de estratégias de intervenção, é essencial o conhecimento do universo de intervenção.

2.8.1. Emprego

O emprego apresenta-se como uma das condições relevantes para a inserção social, sendo que a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho conduz a um acréscimo da procura nos serviços de ação social, IPSS e instituições de cariz religioso e humanitário do concelho, ao aumento da pobreza e exclusão social, à maior incidência de problemas de saúde mental, ao sobre endividamento das famílias, entre outros. Por todos estes motivos, deve constituir uma das principais preocupações de qualquer concelho e em particular do interior do país, uma vez que a falta de oportunidades de emprego leva ao abandono e desertificação dos territórios e a situações de exclusão e de carência social.

Para Quintão (2004) as instituições de solidariedade social juntamente com cooperativas, mutualidades, sindicatos, fundações e outras organizações, são, desde o final da década de 90, consideradas organizações de Terceiro Setor. Estas organizações produzem bens e serviços em prol da comunidade envolvente, não tendo fins lucrativos, e tendo como objetivo atenuar o problema da desigualdade social, da luta contra a pobreza e exclusão social, a congruência de esforços para criar respostas às necessidades sociais, baseando-se no conceito de filantropia e ações caritativas. Na viragem do século XIX em França, no Reino Unido, na Bélgica foi imprescindível o reconhecimento da sua intervenção face às situações de carência e de assistencialismo. Desta forma, se estas organizações eram inicialmente fundadas a título particular e patrocinadas por mecenas, após o surgimento do Estado-Providência ficaram a ser regulamentadas por este, controlando a maior parte da sua atividade de ação social. Assim, as organizações de terceiro setor, se por um lado receberam e continuam a ter o apoio do Estado, por outro viram-se e vêem-se limitadas na sua atividade de expansão solidária e caritativa. As instituições de terceiro setor adotaram, nos anos 70, o conceito de economia social que foi definido por Gide (1900, citado por Quintão, 2004) como o “espaço de atividade económica, ou seja, como sistema de produção material de bens e serviços, intermédio entre o Estado, o Mercado e a economia familiar e doméstica” (p.7), o que explica que sejam consideradas agentes económicos, integrados numa lógica de economia redistributiva e com apoios diversos. Contudo, atualmente com a conjuntura económica, as organizações do terceiro setor não conseguem satisfazer todas as necessidades sociais e torna-se precária a sua autonomia e sustentabilidade. As organizações do terceiro setor revestem-se de importância a nível económico porque produzem bens e serviços na área da proteção social, saúde, educação, inserção

profissional e social e serviços de proximidade, geram emprego e coadjuvam com o Estado na satisfação das necessidades sociais mais prementes.

Na sociedade atual a mulher tem uma intervenção cada vez maior no mercado de trabalho, quer por motivos económicos, que se prendem com o equilíbrio do orçamento familiar, quer pelo desejo de realização pessoal e profissional, que se prende com os novos valores cívicos e individuais, o que transformou por completo a estrutura e organização familiar. Em Portugal o número de mães trabalhadoras é um dos mais elevados da União Europeia, sendo a rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude das mais fracas e com mais baixas taxas de cobertura. As valências dirigidas à Infância e Juventude assumem, assim, um duplo papel. Se por um lado solucionam o problema da guarda e da educação das crianças durante a parte do dia em que estas não podem estar com os seus pais, por outro lado contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso, complementando ou substituindo a família na sua socialização.

Como consequência do aumento da mulher no mercado de trabalho, do envelhecimento acelerado da população, da alteração da estrutura familiar e de uma propensão para uma maior urbanização da população, houve uma alteração nas políticas e estruturas sociais de apoio à população, nomeadamente no que se refere às crianças e aos idosos. Com a redução do papel do Estado, quer na Economia quer na Sociedade, é sobre as organizações da Economia Social que recai o papel de responder às necessidades criadas. A modificação de valores sociais, a globalização e a redefinição do papel do Estado não só deram novo sentido à Economia Social como também se refletiram no âmbito das suas atividades.

Capítulo 3 - Desenvolvimento Comunitário (Noção e Evolução)

O Desenvolvimento Comunitário é um processo tendente a criar as condições de progresso económico e social para desenvolver comunidades ativas e sustentáveis baseadas na justiça social e no respeito mútuo. Este processo integra um conjunto de valores e práticas (justiça, equidade, responsabilização, oportunidade, reciprocidade, participação, capacitação, e ensino ao longo da vida) que desempenham um papel de destaque no combate à pobreza e no apoio às populações mais desfavorecidas, através da congregação dos seus membros em torno de assuntos e problemas comuns, na sua capacitação individual e coletiva e na promoção de uma participação efetiva (Ander-Egg, 1980; Carmo, 2007).

Ainda, Segundo Ander-Egg (1980, citado por Carmo, 2007, p.84), o desenvolvimento Comunitário como

“(...) uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida. “

Abordar o conceito de desenvolvimento comunitário na atualidade como estratégia de intervenção social impõe realizar uma retrospectiva histórica e social do seu surgimento e evolução ao longo dos tempos. Em termos práticos, podemos considerar o desenvolvimento comunitário um método norteado para a identificação das necessidades sentidas por uma determinada comunidade, bem como para a implicação desta em todas as fases do desenho de uma estratégia de solução (como seja, o diagnóstico, recursos existentes, possíveis soluções, execução e avaliação do processo).

A Educação para o Desenvolvimento reforça a importância dos valores e da solidariedade entre os povos e comunidades. *Uma sociedade sem solidariedade constitui um terreno fértil para a emergência de conflitos sociais, onde se gastam enormes quantidades de recursos para solucionar problemas evitáveis (Carmo, 2007, p.77).*

O desenvolvimento das comunidades continua a ser um fato muito trabalhado no âmbito da promoção para o bem-estar social de uma forma geral. A sua ação visa atenuar ou

eliminar as desigualdades sociais para que todos possam usufruir das mesmas oportunidades e assim se construa uma sociedade baseada na equidade e coesão social.

De acordo com (Mohan, 2001), ao longo dos últimos anos uma série de organizações, com diferentes agendas ideológicas e políticas, começaram a envolver as populações locais nas suas estratégias de desenvolvimento.

É bom termos em mente que nenhuma organização conhece melhor os problemas duma comunidade do que a própria comunidade, mesmo que essa organização esteja inserida na comunidade.

Tendo consciência disso é fundamental identificar cinco estratégias do desenvolvimento comunitário (Carmo, 2007):

1. *O princípio das necessidades sentidas*, que defende que todo o projeto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pelas populações e não apenas as necessidades consciencializadas pelos técnicos;
2. *O princípio da participação*, que afirma a necessidade do envolvimento profundo dos membros da comunidade no seu processo de desenvolvimento;
3. *O princípio da cooperação*, que refere como imperativo da eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário;
4. *O princípio da autossustentação*, que defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem ruturas, suscetíveis de manutenção pela população alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;
5. *O princípio da universalidade*, que afirma que um projeto só tem probabilidade de êxito se tiver como alvo de desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objetivo a alteração profunda das condições que estão na base dos problemas da comunidade.

Segundo Maria Silva (1963) as causas que podem explicar o atraso de umas regiões relativamente a outras são múltiplas, destacando-se razões de ordem geográfica, económica, histórica e sociocultural. As razões de ordem geográfica prendem-se com as características da própria região, como o solo, o clima e a localização geográfica.

Relativamente às razões de ordem económica destaca-se frequentemente uma economia de autoconsumo, a exiguidade de capital, a falta de instrução e qualificação profissional da população, a falta de poder de compra interno e a não utilização de técnicas mais produtivas. As razões de ordem histórica e sociocultural têm igualmente grande influência no não desenvolvimento de uma região. Falamos de preconceitos contra a técnica e o progresso, etc. Por último apresentam-se as razões de ordem psicológica que se prendem com a atitude das populações perante o progresso (ceticismo, atavismo, etc.). Em zonas socioeconomicamente mais desfavorecidas as populações vivem isoladas e frequentemente não reconhecem a necessidade de desenvolvimento por não conhecerem outras realidades (seja por falta de meios de comunicação, falta de diálogo entre classes de diferentes estratos sociais, etc.). Efetivamente, como refere Silva (1963) “o desenvolvimento não é um fenómeno meramente quantitativo, uma questão de - «mais ter»; é, igualmente, um fenómeno qualitativo – deve traduzir-se, portanto, por «mais ser» ou «melhor ser». Só um progresso que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela uma transformação suficientemente profunda terá garantia de ser eficaz e de ter continuidade”.

As razões apresentadas podem explicar o atraso económico e social das regiões mais atrasadas, mas principalmente auxiliam na compreensão de que estas regiões para progredirem necessitam de intervenção externa; que estas populações só por si não terão possibilidade de progredir.

De facto, nestas *regiões – problema* o desenvolvimento comunitário pode potenciar uma aceleração do desenvolvimento, porém paulatina. Não esqueçamos que partindo do pressuposto de que o desenvolvimento comunitário assenta a sua ação na participação voluntária e implicada dos intervenientes locais – a própria população – e que obriga a transformações profundas nos indivíduos, devemos compreender que cada um tem o seu ritmo próprio de evolução. O desenvolvimento comunitário parte, então, das necessidades sentidas e identificadas pela população e conta, desde o começo, com a iniciativa, participação, responsabilidade e liberdade de escolha dos indivíduos que dele irão beneficiar; daí que opere efetivamente transformações importantes no modo de viver das comunidades, enquanto as torna mais recetivas à mudança e ao progresso.

Segundo Silva (1964) se o grande objetivo do desenvolvimento comunitário é a aceleração do processo geral de desenvolvimento económico-social de uma região ou país, ele procurará:

- Criar/melhorar condições de trabalho local;
- Incrementar a educação de base generalizada a todos os setores de população e particularmente aos jovens;
- Acelerar a transformação das condições de vida das famílias (nutrição, habitação, tempos livres, etc.).

No entanto, se é fundamental que as populações sejam agentes ativos e interventivos nos processos de mudança desencadeados pelo desenvolvimento comunitário, também o é o papel que o governo central e regional tem no incremento de projetos desta índole.

Como corrobora Silva (1963)

“(...) pode afirmar-se que a solução ideal para a aceleração do processo de desenvolvimento das regiões atrasadas é a que permite combinar as vantagens de uma programação global com os benefícios de uma participação voluntária do povo no progresso, isto é, a conjugação do plano central que define as grandes linhas da política de fomento com o desenvolvimento comunitário (p. 545). “

Urge, então, que ao envolvimento implicado das populações se concilie o apoio técnico e financeiro do governo, de forma que os processos de revitalização destas regiões subdesenvolvidas tenham possibilidades mais alargadas de se efetivar concretamente.

O desenvolvimento comunitário faz-se com ação com vista à melhoria da qualidade de vida de uma comunidade.

Carmo (2007, pp. 63-64) também salienta que a intervenção social na atualidade, para ser eficaz, tem de se adequar aos vários níveis de atuação, isto é, tem de se posicionar numa ótica integrada, ultrapassando a perspetiva meramente socioeconómica (caracterizada por ações de natureza meramente assistencialista, voltadas para a resolução de problemas de subsistência) para assumir um papel sociopolítico e sociocultural (necessidade de participação/a intervenção é preventiva, de cunho socioeducativo e sociopolítico, no sentido de dotar de voz e de capacidade de intervenção aqueles que a não tinham).

É neste contexto que se fundamenta a importância do Desenvolvimento Comunitário. A noção de Desenvolvimento – um dos conceitos-base que integra o DC - apresenta-se, como refere Carmo (2007, p.77) ligada a dois critérios:

- *“(...) o de uma situação que concede o acesso a recursos e serviços que permitem, a uma população, desfrutar um melhor nível de vida;*
- *o de uma situação que permite tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano de um dado conjunto social. (...).”*

Outro dos conceitos-base implicado no DC é a Comunidade. Encontram-se diversos significados para a palavra comunidade - tal como relativamente ao conceito de desenvolvimento - de acordo com o contexto em que se insere:

“(...) Assim, é frequente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também a grupos profissionais (ex: comunidade médica, comunidade científica), a organizações (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidade nacional), regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial)” (idem, p.79).

De acordo com o mesmo autor é em 1950 que se consagra o termo Desenvolvimento Comunitário, no Documento das Nações Unidas intitulado Progresso social através do Desenvolvimento Comunitário. Nesse relatório o desenvolvimento comunitário (DC) é definido como um

“(...) processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa (...)” (in Carmo, p.84).

O Desenvolvimento Comunitário relaciona-se essencialmente com a atuação num determinado território, ou seja uma comunidade e as suas potencialidades e capacidades de desenvolvimento, as quais são o lugar por primazia para a aproximação à população e constituem em primeira instância uma fonte de informação que permite uma melhor tomada de decisões.

Mais recentemente e na mesma perspetiva, Ezequiel Ander-Egg (1980, cit. por Carmo, 2007) caracteriza o DC como

“(...) uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida(...)” (p.84).

Para que cada cidadão se insira numa qualquer sociedade/comunidade é necessário que adquira uma consciência de propriedade sobre esse espaço geográfico. Em segundo lugar, existe um carácter relacional, que constitui a chamada rede social. Uma das principais explicações para o desenvolvimento comunitário é a identificação da necessidade do espaço geográfico interligado à rede social inerente a todas as comunidades e regiões.

O desenvolvimento comunitário parte da identificação de problemas e necessidades por parte das populações que atuam na implementação de tarefas e de procedimentos, tendo em vista a realização dos seus objetivos e conseguindo dessa forma melhorar as suas condições de vida. É um processo evolutivo, integral e complexo. Esta visão de desenvolvimento comunitário tem também como base a existência de uma articulação entre o Estado, o mercado e o sector terciário, e reconhece a importância da solidariedade em cada um destes eixos.

Outro aspeto referido por Holdcroft (1978)

“(...) como sendo um “processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que: a) envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas, b) promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re) solução de problemas comuns à comunidade, e c) estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário (p.10)”

O processo de desenvolvimento comunitário iniciou-se em aldeias e/ou localidades com grande possibilidade de evolução, mas onde se verificava a falta de um fio condutor dessa evolução nos níveis social, económico e cultural. Ao mesmo tempo, criou-se a tomada de consciência de que a partir de ações de desenvolvimento social, todos os outros campos de atuação para o desenvolvimento estariam também a caminhar positivamente.

“O Desenvolvimento Comunitário começa por ser esta opção básica de acentuar a positividade do desenvolvimento – não o reduzindo ao levantamento de carências – e de concebê-lo como processo social, em vez de simples engenharia de planeamento territorial. (...) A estratégia de tipo comunitário encara as pessoas como recursos, como os principais recursos do seu próprio desenvolvimento, e aposta decisivamente na sua capacitação: a majoração dos poderes para agir, isto é, das atitudes, competências e capacidades para intervir socialmente, parece ser-lhe, ao mesmo tempo, o objetivo nuclear e a melhor âncora da dinâmica local de desenvolvimento.”
(Silva, 2006, p.104).

Sob o ponto de vista do senso comum, o conceito de comunidade implica a existência de um vínculo ou de características comuns que unem um grupo de indivíduos, características essas que, por si só, concorrem para a existência de linhas identitárias que diferenciam esse grupo dos outros.

A comunidade também está identificada como uma parte interessada, sendo a mesma envolvida com o intuito de combinar recursos financeiros e humanos essenciais ao desenvolvimento dos projetos da instituição. O envolvimento de pessoas ou entidades da comunidade é fomentado pelo impacto que a instituição tem na comunidade, o qual é reconhecido e potenciado pelos dirigentes das instituições.

Verifica-se que a constituição de parcerias com a junta de freguesia contribui para o desenvolvimento de projetos e atividades da instituição, seja através de apoio económico para obras de construção, seja pela disponibilização e cedência de espaços para a realização de atividades.

Constatamos hoje vários domínios onde poderiam ser implementados projetos de desenvolvimento comunitário, por exemplo, em regiões marcadas pelo despovoamento, com défice quanto à qualificação profissional e instrução em geral, com comunidades rurais empobrecidas, com insuficiente proteção sanitária e onde se faz sentir a falta de equipamentos coletivos (água, luz, esgotos, comunicações, etc.). O despovoamento, por exemplo, acontece porque os indivíduos não encontram localmente empregos e as remunerações são insuficientes para suportar os diversos encargos sociais. Também a emigração é normalmente resultante das condições de trabalho frágeis, associadas a baixas remunerações ou desemprego, ou as deficientes condições de vida. Principalmente, nos casos de comunidades mais conservadoras, deparamo-nos com problemas na receptividade da própria comunidade, o que cria uma enorme barreira à implementação de uma ação comunitária eficiente. Contudo, a (fraca) receptividade tem vindo a alterar-se, graças nomeadamente ao trabalho desenvolvido pelos técnicos de desenvolvimento comunitário, que têm vindo a trabalhar na inserção das pessoas no seu processo de desenvolvimento da comunidade, mesmo em localidades em que a inovação é complexa e difícil. O desenvolvimento comunitário procura criar nas populações um espírito de receptividade e cooperação que são fundamentais para o sucesso de uma ação de desenvolvimento comunitário.

3.1. Perceção da importância das instituições da Economia Social no desenvolvimento comunitário – breve reflexão

As IPSS caracterizam-se por dar resposta a necessidades que as populações identificam e experienciam no seu dia-a-dia, prestando serviços e gerindo equipamentos sociais e contribuindo, localmente, para a solução de problemas de emprego.

Nos tempos atuais, com um mundo em constante mudança e com a crescente desertificação das zonas rurais e do interior, é necessário voltar a fomentar a atividade local, para que conseqüentemente se promova um desenvolvimento social comunitário e se construa um país coeso e equitativo.

As IPSS assumem-se como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos territórios onde estão inseridas, contribuindo de forma sustentada para a correção dos desequilíbrios socioeconómicos.

Tendo por base o seu carácter civil e a estreita ligação às populações que servem, uma das principais especificidades das IPSS centra-se na forma como estas articulam as vertentes social e económica, com o objetivo de fazerem vingar um projeto de desenvolvimento que tendem a ajustar, de modo contínuo, à oferta e à procura de serviços de apoio social. Enquanto micro espaços públicos, as IPSS fomentam as relações sociais e o diálogo entre prestadores e utentes, necessário à emergência de serviços de proximidade por construção conjunta da oferta e da procura. Este processo favorece a geração de confiança e contribui para o desenvolvimento de um sentimento de pertença a uma comunidade. Desta forma, é absolutamente fundamental a abertura das IPSS à comunidade alicerçada numa troca de informação transparente e eficaz. Deve-se ainda salientar que a atividade das IPSS não beneficia apenas os utentes, a economia local e a criação de emprego, mas tem também um impacto significativo ao nível dos benefícios sociais que dizem respeito ao bem-estar de uma população mais alargada, nomeadamente nos familiares e pessoas próximas dos utentes, contribuindo assim para o reforço da coesão social.

A economia social nas suas distintas vertentes proporciona respostas muito importantes ao nível do desenvolvimento local, da criação de emprego e da realização pessoal.

Contudo, o sucesso das organizações não depende apenas dos recursos financeiros que lhe estão associados, mas também do conjunto de recursos humanos a elas afetos.

Capítulo 4 - Caracterização do distrito de Leiria

4.1. As dimensões

4.1.1. Dimensão geográfica e demográfica

O Distrito de Leiria apresenta uma área de 3 506 km² (13.º maior distrito português) e uma população residente de 458 679 habitantes (2021). A sede do distrito é a cidade com o mesmo nome e inclui a sede administrativa da Diocese de Leiria-Fátima. Tem 110 freguesias distribuídas pelos seus 16 municípios.

É sede de um município com 565,09 km² de área e 126 897 habitantes (2011) subdivididos em 18 freguesias, o que faz dele o segundo concelho mais populoso das Beiras. É limitado a norte/nordeste pelo concelho de Pombal, a leste pelo de Ourém, a sul pelos municípios de Batalha e Porto de Mós, a sudoeste pelo de Alcobaça, a oeste pelo concelho da Marinha Grande e a noroeste pelo Oceano Atlântico.

A cidade de Leiria, sede de concelho e capital de distrito, fica a uma distância de 146 quilómetros de Lisboa e de 72 quilómetros de Coimbra, sendo a sua localização um dos elementos principais que concorre para o seu crescimento e desenvolvimento. Leiria é servida por um importante conjunto de infra-estruturas rodoviárias, nomeadamente a A1, a A8, a A17, a A19, o IC2 e as EN 109, 242 e 113. Leiria é o principal centro urbano da unidade estatística Pinhal Litoral e da comunidade urbana de Leiria, assim como um importante centro de comércio, serviços e indústria. O Concelho de Leiria ocupa uma posição privilegiada no quadro do nosso país e particularmente no plano regional. Fica inserido na Região Centro e apresenta-se como área de grande influência socioeconómica e fortemente representativa do total da região. Reúne um conjunto de recursos naturais que consolidam a dinâmica económica ainda hoje evidente. Desde a época dos Descobrimentos Portugueses (Séculos XV / XVI) em que as madeiras do Pinhal de Leiria foram determinantes para a construção naval, passando pelas indústrias vidreiras (Séculos XVIII / XX) até à diversidade industrial contemporânea.

O distrito de Leiria subdivide-se nos seguintes dezasseis municípios: Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrogão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.

Tabela 3

Número de habitantes por Grupo Etário.

Número de habitantes por Grupo Etário													
	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0-14 Anos	19 512	20 826	16 864	20 389	23 757	26 195	27 719	25 380	26 100	21 897	20 558	19 317	16 977
15-24 Anos	9 496	10 932	9 755	10 289	12 447	14 246	15 110	13 695	17 909	17 206	17 480	14 558	13 832
25-64 Anos	20 939	22 740	20 572	22 451	26 280	31 040	34 455	33 850	44 085	52 082	65 195	70 986	69 159
= ou > 65 Anos	3 462	3 361	2 951	3 877	3 831	4 342	5 704	6 025	8 423	11 577	16 614	22 036	28 635

Fonte. Recenseamento Geral da população, INE. (Elaboração própria)

4.1.2. Dimensão económica

A atividade económica da região de Leiria apresenta aspetos que a diferenciam de outras zonas nacionais, reforçando a sua vantagem enquanto destino de investimento. O Município de Leiria contabiliza cerca de 50% das empresas da região, sendo que o setor das indústrias transformadoras se destaca como o principal em número de pessoal ao serviço (2019).

Este é um setor que contribui em muito para o PIB regional, estando cerca de 43% da atividade económica destas empresas sediadas nas 34 atuais áreas de acolhimento empresarial do Município de Leiria, sustentando a sua vantagem competitiva na forte cultura empreendedora da região, que combina inovação à tradição industrial, disponibilidade de mão-de-obra qualificada e uma grande ligação a mercados externos.

Fonte: 2020 Leiria 2030, CML.

Atualmente, a dinâmica económica do distrito é, predominantemente, do tipo urbano-industrial, havendo apenas alguns municípios nos quais as condições necessárias para o

arranque industrial não têm sido reunidas, continuando maioritariamente agrícolas e rurais.

De acordo com um relatório da NERLEI, Associação Empresarial de Leiria, o setor primário produz no distrito, relativamente aos totais nacionais: - 80% de peras - 35% de maçãs - 20% de pêsegos - 15% de vinhos de qualidade - 50% de efetivos suinícolas - 19 500 ha de pinhal em regime contínuo - 8 200 ha de floresta comunitária - 17% de pesca - e uma boa parte do queijo denominado Rabaçal

Relativamente ao setor secundário, Leiria é o distrito líder no fabrico de moldes metálicos, tendo, igualmente, uma grande importância as indústrias extrativa, transformadora e a construção civil. Mesmo assim, a imagem de marca ligada ao vidro, aos plásticos, à madeira, aos têxteis e aos agroindustriais. A indústria encontra-se principalmente nos municípios de Leiria, Alcobaça, Marinha Grande, Pombal e Caldas da Rainha, que garantem 70% das unidades industriais do distrito e 75% do emprego neste setor.

Por sua vez, o setor terciário assume mais de 50% de todo o tecido empresarial do distrito, tendo vindo a população ativa deste sector a crescer progressivamente nos últimos anos. Este crescimento tem ocorrido sensivelmente na mesma proporção de crescimento da malha dos principais centros urbanos, situando-se já acima dos 40%. Mais de 70% das empresas deste setor estão ligadas ao comércio, tendo os serviços uma preponderante cobertura com os principais balcões bancários, e as mais importantes seguradoras, tal como uma boa presença de empresas de transportes, de serviços de saúde privados e públicos e uma notável rede escolar da pré-primária ao superior, com vários polos de universidades privadas e seis escolas superiores do Instituto Politécnico de Leiria, nesta cidade, nas Caldas da Rainha e em Peniche.

A atividade económica da região de Leiria apresenta aspetos que a diferenciam de outras zonas nacionais, reforçando a sua vantagem enquanto destino de investimento. O Município de Leiria contabiliza cerca de 50% das empresas da região, sendo que o setor das indústrias transformadoras se destaca como o principal em número de pessoal ao serviço (2019).

Este é um setor que contribui em muito para o PIB regional, estando cerca de 43% da atividade económica destas empresas sediadas nas 34 atuais áreas de acolhimento empresarial do Município de Leiria, sustentando a sua vantagem competitiva na forte

cultura empreendedora da região, que combina inovação à tradição industrial, disponibilidade de mão-de-obra qualificada e uma grande ligação a mercados externos.

Município de Leiria – economia

4.2. Caracterização populacional dos concelhos do distrito de Leiria

O distrito de Leiria é composto por uma grande diversidade de Organizações pertencentes à Economia Social, de entre as quais a grande maioria pertence ao grupo das IPSS.

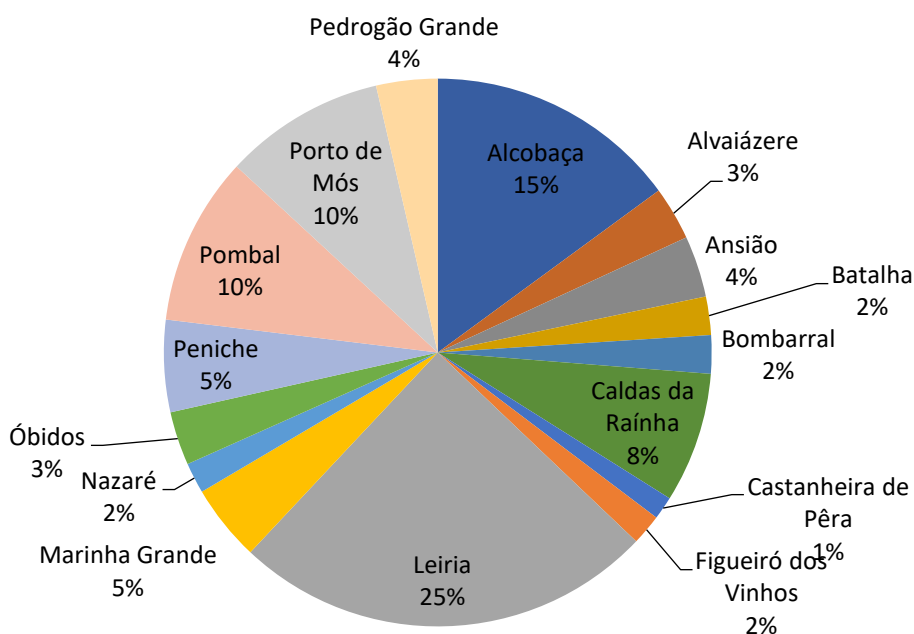
A partir da análise documental da Carta Social de 2020 e conseqüentemente a recolha de informação por parte de todos os Municípios pertencentes ao distrito, concluiu-se que existe uma vasta rede de equipamentos sociais como é visível no Gráfico 10.

No distrito de Leiria existem cerca de 1004 IPSS, dos quais 296 correspondem à infância e 708 são da terceira idade.

Gráfico 10

Percentagem de Concelhos com Equipamentos Sociais das IPSS.⁵

Percentagem de Concelhos com Equipamentos Sociais das IPSS



Fonte. Diagnóstico Social de Leiria (Elaboração própria)

⁵Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2020

Os Concelhos que apresentam maior percentagem de equipamentos sociais apresentam também um maior número de população residente como por exemplo, Leiria, Pombal, Alcobaça, Marinha Grande, Caldas da Rainha e Porto de Mós, como é visível no Gráfico 27.

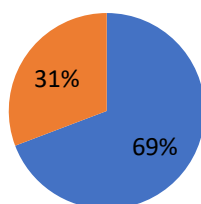
O número de respostas sociais na infância é superior nos concelhos de Alcobaça (52%), Batalha (69%) e Ansião (58%) ao número de respostas sociais na população idosa nestes mesmos concelhos, como referem os gráficos abaixo apresentados:

Gráfico 11

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Batalha.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Batalha

■ Infância ■ Idosos



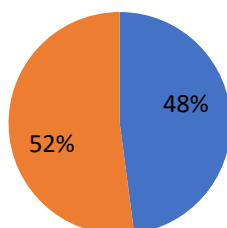
Fonte. Diagnóstico Social do Concelho da Batalha (Elaboração própria)

Gráfico 12

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Alcobaça.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Alcobaça

■ Infância ■ Idosos



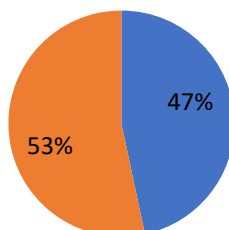
Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça (Elaboração própria)

Gráfico 13

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Óbidos.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Óbidos

■ Infância ■ Idosos



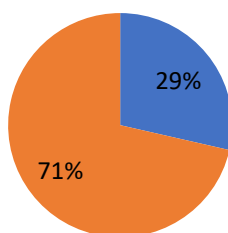
Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Óbidos (Elaboração própria)

Gráfico 14

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Porto de Mós.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Porto de Mós

■ Infância ■ Idosos



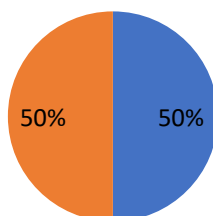
Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Porto de Mós (Elaboração própria)

Gráfico 15

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Castanheira de Pêra.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Castanheira de Pêra

■ Infância ■ Idosos



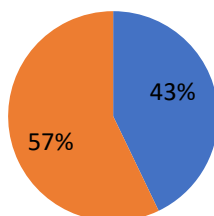
Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Castanheira de Pêra (Elaboração própria)

Gráfico 16

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho do Bombarral.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho do Bombarral

■ Infância ■ Idosos



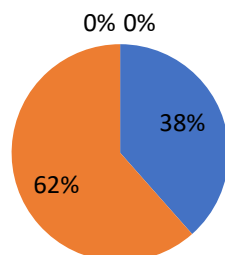
Fonte. Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral (Elaboração própria)

Gráfico 17

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Figueiró dos Vinhos.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Figueiró dos Vinhos

■ Infância ■ Idosos

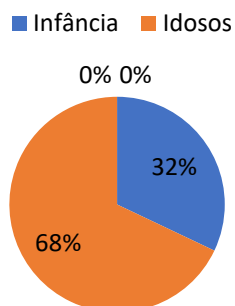


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos (Elaboração própria)

Gráfico 18

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Pombal.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Pombal

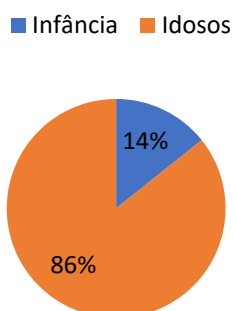


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Pombal (Elaboração própria)

Gráfico 19

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Alvaiázere.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Alvaiázere

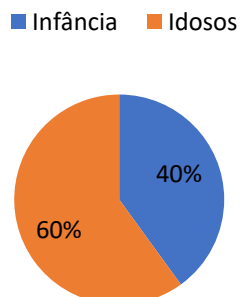


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Alvaiázere (Elaboração própria)

Gráfico 20

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Nazaré.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Nazaré

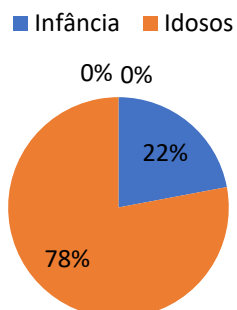


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Alvaiázere (Elaboração própria)

Gráfico 21

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Leiria

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Leiria

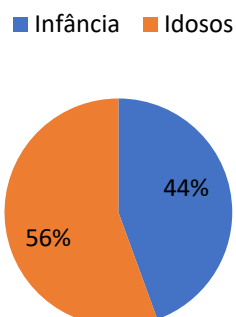


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Leiria (Elaboração própria)

Gráfico 22

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Peniche.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Peniche

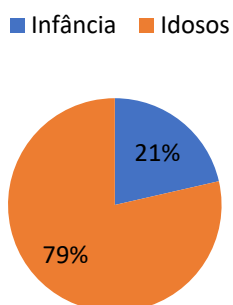


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Peniche (Elaboração própria)

Gráfico 23

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Marinha Grande.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho da Marinha Grande

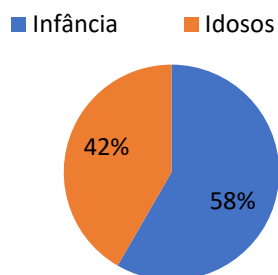


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho da Marinha Grande (Elaboração própria)

Gráfico 24

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Ansião.

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Ansião

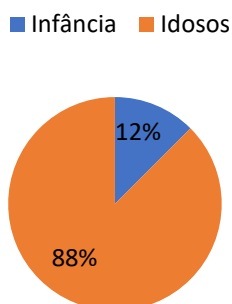


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Ansião (Elaboração própria)

Gráfico 25

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Pedrogão Grande.

Percentagem de Respostas Sociais do Concelho de Pedrogão Grande

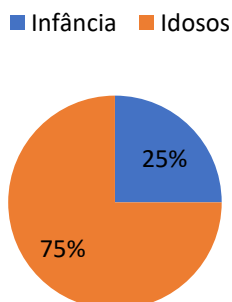


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Pedrogão Grande (Elaboração própria)

Gráfico 26

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Caldas da Rainha

Percentagem de Respostas Sociais no Concelho de Caldas da Rainha



Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Caldas da Rainha (Elaboração própria)

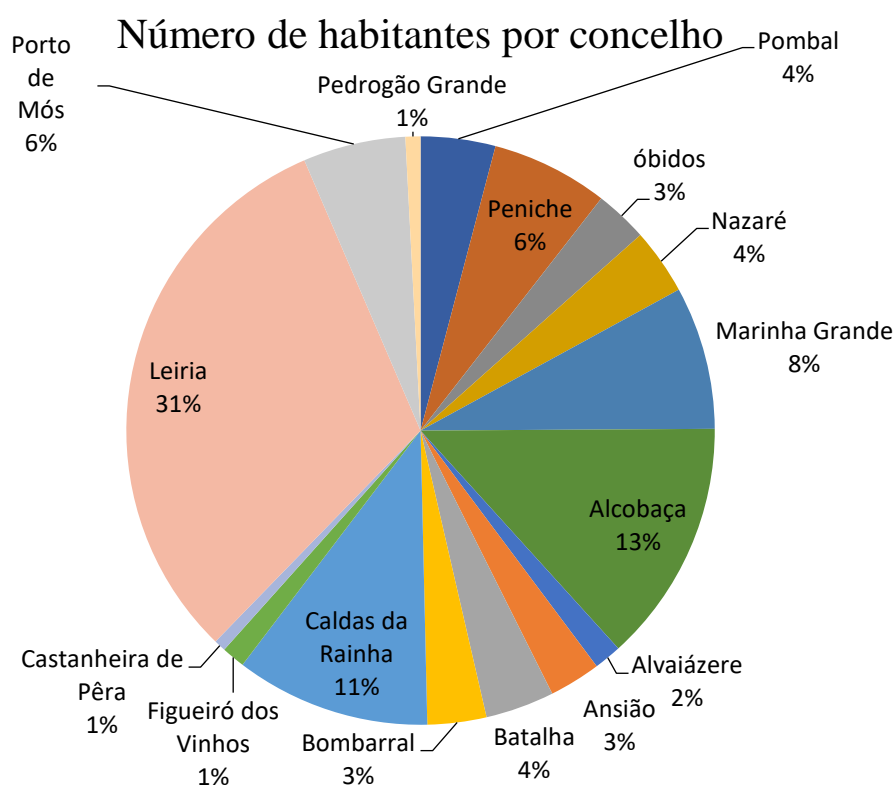
Nos concelhos de Bombarral (57%), Óbidos (53%), Figueiró dos Vinhos (62%), Nazaré (60%), Pedrogão Grande (88%), Pombal (68%), Caldas da Rainha (75%), Leiria (78%), Alvaiázere (86%), Porto de Mós (71%), Marinha Grande (79%) e Peniche (56%) o número de respostas sociais na população idosa é superior ao número de população jovem. Esta situação é verificada na maioria dos concelhos, em que neste período a proporção de população idosa supera o efetivo de população jovem.

O envelhecimento da população nestes concelhos é mais notório, em que o número de população com 65 ou mais anos, representa acima de 22% da população, enquanto a classe mais jovem agrega apenas entre 10 a 14% da população total.

De referir ainda que no concelho de Castanheira de Pêra o número de respostas sociais na população jovem (4%) é igual ao número de respostas sociais para a população jovem idosa (4%).

Gráfico 27

Número de habitantes por concelho.



Fonte. Diagnósticos sociais dos Concelhos (Elaboração própria)

Nos últimos anos tem-se verificado um esforço significativo para a melhoria da oferta de equipamentos de Ação Social devido à conjugação de iniciativas da administração local e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Subsistem carências o que se deve também à crescente integração da mulher no mercado de trabalho e ao envelhecimento da população.

O envelhecimento da população pode ser entendido como um processo individual resultante de alterações, biológicas, psicológicas ou outras provocadas pela idade. De acordo com esta perspetiva o envelhecimento demográfico vai corresponder às alterações que, relativas à estrutura etária da população, se traduzem por um aumento da importância relativa dos idosos. O envelhecimento da população é um traço marcante desta sociedade no final do século.

É a partir dos 65 anos que as taxas de variação atingem valores mais elevados, em particular a partir dos 75, o que vem confirmar a tendência de envelhecimento da população do concelho Leiria.

Considerando os dados disponibilizados pelo INE relativamente ao recenseamento geral da população (Censos 2021), em que está representada a densidade populacional nos concelhos do distrito de Leiria. É possível identificar que os concelhos de Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande, possuem densidades inferiores a 50 habitantes por km². Ansião, Pombal, Porto de Mós, Óbidos e Peniche possuem densidades entre 50 e 100 habitantes por km². Os concelhos de Alcobaça e Bombarral possuem densidades entre 100 e 150 habitantes por km². Os concelhos da Batalha, Nazaré e Caldas da Rainha possuem entre 150 e 200 habitantes por km². Leiria e Marinha Grande possuem densidades superiores a 200 habitantes por km².

Na análise territorial é possível afirmar que as densidades menores se localizam nos concelhos mais do interior, existindo uma correlação direta entre a densidade e a localização geográfica.

A evolução da população residente, como refere o INE (Censos 2021), os concelhos de Leiria, Óbidos e Marinha Grande posicionam-se entre os concelhos que registam valores mais elevados de crescimento populacional. Mais uma vez se verifica que os concelhos com variações positivas se localizam no litoral e as variações negativas mais significativas registam-se nos concelhos do interior como Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere.

Comparando distribuição populacional no território e as variações populacionais, de forma geral os concelhos que apresentam as maiores variações negativas correspondem aos territórios onde residem menos habitantes por km², contrapondo com as variações positivas mais significativas que coincidem com os concelhos mais densamente povoadas.

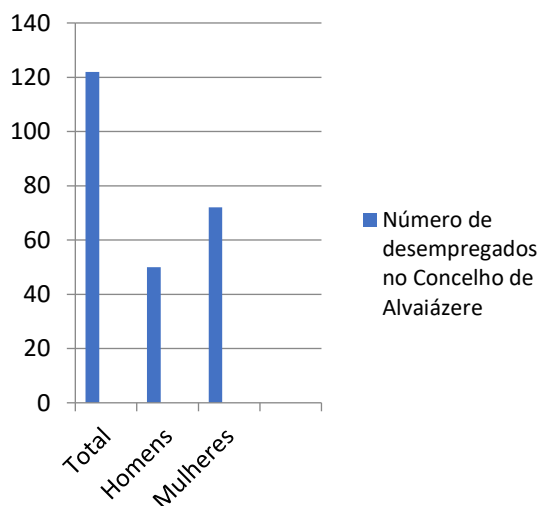
O meio rural, a taxa de desemprego, falta de oportunidades, pouca oferta de emprego devido à diminuição do crescimento populacional e economicamente menos desenvolvido, oferece poucas oportunidades de trabalho e por sua vez uma deterioração das condições de vida da população.

Ainda, segundo Quintão (2011) “(...) O sistema económico revela-se incapaz de criar emprego para a generalidade da população e os sistemas de protecção social revelam-se insuficientes, face às tendências do carácter estrutural do desemprego, à persistência das formas de pobreza tradicionais, e face ao crescimento de novas formas de pobreza e exclusão social(...) (p. 10).”

Relativamente à taxa de desemprego, salienta-se que esta é mais elevada nos referidos concelhos do interior e com maior número de desempregados nas mulheres.⁵

Gráfico 28

Número de desempregados no Concelhos de Alvaiázere.

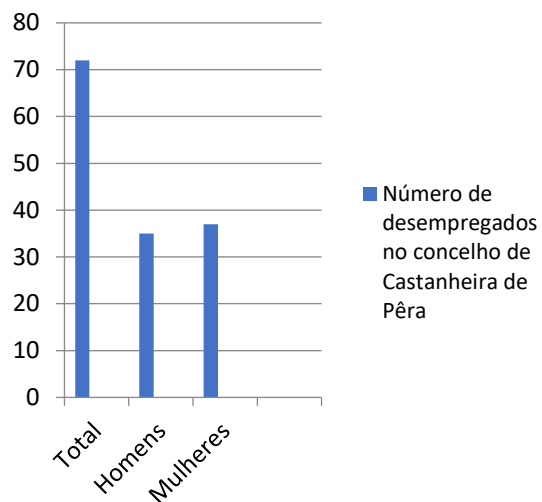


Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Alvaiázere

⁵Disponível em: http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx

Gráfico 29

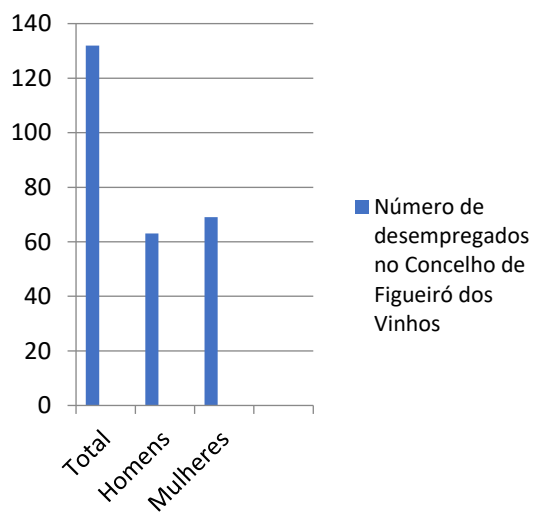
Número de desempregados no Concelhos de Castanheira de Pêra.



Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Castanheira de Pêra

Gráfico 30

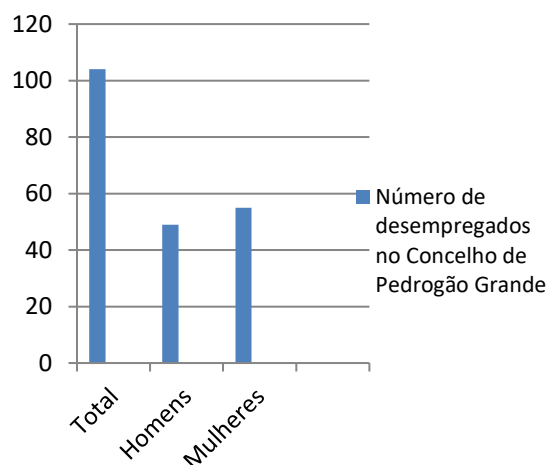
Número de desempregados no Concelho de Figueiró dos Vinhos.



Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos

Gráfico 31

Número de desempregados no Concelhos de Pedrogão Grande.



Fonte. Diagnóstico Social do Concelho de Pedrogão Grande

Os gráficos com os números 28, 29, 30 e 31 representam o número de desempregados nos concelhos do interior, dados relativos aos Censos de 2021.

É nos concelhos de carácter mais rural e onde o fenómeno de envelhecimento da população é mais evidente, que se registam os maiores índices de envelhecimento, nomeadamente, Castanheira de Pêra (506,5%), Pedrogão Grande (447,6%), Alvaiázere (415,8%), Figueiró dos Vinhos (380,7%) e Ansião (321,4%). O envelhecimento da população, verificada na última década, ocorreu de forma generalizada em todos os concelhos do distrito de Leiria, como é possível verificar na imagem seguinte, para evidenciar esta observação podemos apoiar-nos nos resultados dos Censos de 2021.

Tabela 4*Decréscimo e aumento da população.*

Concelhos	Densidade populacional	População residente	Crianças (≤ 15 anos)	Idosos (≥ 65 anos)	Índice de envelhecimento
Alvaiázere	38,9	6238 (-)	8,9%	37,1%	415,8%
Pombal	81,7	51170 (-)	11,6%	29%	249,4%
Peniche	77,55	26429 (-)	13,3%	26,1%	195,5%
Óbidos	84,2	11922 (+)	12,3%	26,7%	217,3%
Nazaré	180,5	14881 (-)	13,9%	26,2%	209,2%
Marinha Grande	208,4	39024 (-)	12,9%	23,3%	180%
Alcobaça	134,7	54965 (-)	11,7%	26%	221,7%
Ansião	66,1	11642 (-)	10,1%	32,4%	321,4%
Batalha	150,4	15557 (-)	14,1%	23%	163,2%
Bombarral	139,6	12746 (-)	12,4%	27,5%	222,5%
Caldas da Rainha	199,1	50910 (-)	12,1%	25,7%	212,3%
Figueiró dos Vinhos	30,4	5281 (-)	9,2%	35,2%	380,7%
Castanheira de Pêra	39,6	2645 (-)	7,6%	38,3%	506,5%
Leiria	227,6	128603 (+)	13,2%	22,3%	168,7%
Pedrogão Grande	26,3	3390 (-)	7,9%	35,5%	447,6%
Porto de Mós	88,6	23202 (-)	12,4%	25%	201,5%

Fonte. INE, Dados estatísticos obtidos nos Censos 2021 (Elaboração própria)

De forma geral verifica-se que os valores mais elevados do índice de envelhecimento se verificam nos concelhos onde a percentagem de idosos é mais elevada, Castanheira de Pêra (38,3), Alvaiázere (37,1), Pedrogão Grande (35,5%), Figueiró dos Vinhos (35,2) e Ansião (32,4%) e menos elevada nos restantes.

Pelo contrário os restantes concelhos, marcadamente mais urbanos e com uma dinâmica populacional mais jovem, apresentam índices de envelhecimento mais reduzidos, como é o caso de Alcobaça com 221,7%, Marinha Grande com 180%, Leiria com 168,7% e Batalha com 163,2%. Os referidos concelhos têm tido uma evolução populacional

positiva, as taxas de crescimento demonstram que são concelhos onde as pessoas se instalam e têm condições de vida satisfatórias.

Os concelhos enquadram-se num conjunto de municípios que apresentam os menores índices de envelhecimento, embora tenha registado na última década um dos maiores aumentos da região, como é possível verificar na Tabela 4, para evidenciar esta observação podemos apoiar-nos nos resultados dos Censos de 2021.

Os concelhos que fazem parte da região de Leiria apresentam, nesta matéria, comportamentos evolutivos diferenciados, associados às especificidades das suas dinâmicas socioeconómicas que, por sua vez, se traduzem em diferentes capacidades de atração e fixação da população e justificam as variações populacionais registadas. Nesse sentido, podemos referir que todos os concelhos estão servidos por uma rede que vão de encontro às necessidades da população.

Como facilmente se percebe, a compilação destes dados foi uma tarefa muito trabalhosa e demorada deste estudo.

Por causa do tempo que esta compilação exigiria para ser exaustiva e porque aqui interessam principalmente as respostas sociais que se dirigem essencialmente as comunidades de âmbito concelhio, foram cobertas as seguintes que são também as que correspondem ao maior número de equipamentos sociais existentes: crianças e Jovens, centro de atividades de tempos livres; creche; estabelecimento de educação pré-escolar e pessoas Idosas, centro de convívio, centro de dia, estabelecimento residencial para pessoas idosas, serviço de apoio domiciliário.

Capítulo 5 - Metodologia de Investigação

No presente capítulo serão descritos os objetivos e questões de estudo, o método adotado, a descrição do instrumento de recolha de dados e os procedimentos implementados para a aplicação do questionário para posterior análise dos resultados no capítulo seguinte.

Toda a investigação necessita de ser enquadrada numa metodologia, que funciona como um instrumento elementar para atingir os objetivos propostos. Para compreensão dos dados recolhidos importa dar conta das questões de partida da investigação, descrevendo o método de estudo utilizado, explicitando as opções relativas ao estudo qualitativo que elaborámos, a partir de um inquérito por questionário, as medidas usadas, a amostra, os procedimentos adotados para a aplicação do questionário e a análise dos dados daí resultantes.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 239), uma dissertação é um estudo teórico e reflexivo em que, através de uma teoria, se procura analisar um tema / problema, implicando a “sistematização, ordenação e interpretação dos dados” ainda seguindo o pensamento das autoras, uma dissertação deve ser “adequado à cultura geral, às preferências pessoais, aos idiomas que conhece e à especialidade que domina.”

Assim, à fase de enquadramento teórico da pesquisa dará lugar a fase dedicada a explicar o modelo de análise utilizado, bem como a metodologia a que se recorreu na recolha e análise de dados (parte empírica do estudo). Apesar de já terem sido referidos na introdução do trabalho, importa voltar a referir, de forma mais aprofundada, o problema e os objetivos do estudo que constituem a linha condutora da pesquisa.

5.1. Objetivos

Conforme apresentámos na introdução deste trabalho, o objetivo geral procura perceber qual o contributo das IPSS no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria. O objetivo geral dilui-se tanto no papel das instituições enquanto promotoras e facilitadoras de processos de maior autonomia de decisão e responsabilidades na comunidade, como na forma como a própria comunidade os interpreta e assimila.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p.32), “o investigador deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador, tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar,

compreender melhor.” Contudo os autores salientam que uma boa pergunta de partida “(...) visará um melhor conhecimento dos fenómenos estudados e não apenas a sua descrição (p.43)”.

Face ao exposto, apresentamos a questão de investigação desta dissertação:

No âmbito da intervenção social, “qual o contributo das IPSS para o desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria nas respostas sociais infância e Sénior?”

Desta questão de investigação decorrem os seguintes objetivos específicos:

- I.** Analisar o trabalho comunitário desenvolvido pelas IPSS no distrito de Leiria;
- II.** Identificar os benefícios obtidos com a implementação das IPSS no distrito de Leiria;
- III.** Compreender a importância das IPSS no domínio da empregabilidade no distrito de Leiria;

Relativamente às hipóteses de trabalho estas são:

- I.** As IPSS desenvolvem trabalho comunitário
- II.** Maior oferta e disponibilidade de Organizações com atividades para crianças e seniores
- III.** A maioria das IPSS localiza-se nas zonas suburbanas o que contribui para a empregabilidade

Perante este contexto, a problemática do estudo em causa assenta na compreensão da importância das IPSS no desenvolvimento comunitário. Para isto, é necessário conhecer e identificar as dimensões que interligam estes dois conceitos, que estão já referenciadas. As hipóteses de estudo apresentadas anteriormente procuram elucidar se os serviços prestados pelas IPSS com respostas sociais infância e sénior são adequadas para responder às necessidades da população e se os mesmos contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, na literatura exposta anteriormente menciona-se que o desenvolvimento comunitário se faz com ação com vista à melhoria da qualidade de vida de uma comunidade. É um processo que procura a melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, ou seja, dos indivíduos ou grupos de uma determinada comunidade. Neste caso verifica-se que só a nível local é que é possível

identificar os problemas/necessidades e as respetivas soluções que conduzem ao seu desenvolvimento.

Para completar este processo foi realizado um inquérito por questionário de forma a perceber melhor a visão que as chefias, dirigentes ou técnicos que se encontram à frente das IPSS têm acerca das suas organizações e daquilo que elas podem contribuir para o desenvolvimento comunitário.

5.2. Tipo de Estudo

A realidade da Economia Social ainda é pouco fundamentada e investigada, principalmente no que se refere às suas potencialidades e contributos que geram desenvolvimento social e comunitário na população.

Considerando toda a informação já apresentada no âmbito das IPSS em Portugal e em particular no distrito de Leiria, assim, para realizar este estudo selecionaram-se IPSS do distrito de Leiria, pelo facto de se conhecer a realidade de alguns Concelhos onde são inúmeras as instituições sociais, contudo existe uma escassez de informação deste âmbito. Foram utilizadas a metodologia quantitativa, uma vez que a recolha de dados evidenciará números conversíveis em informação/conclusão, através de técnicas estatísticas descritivas simples que se permitam analisar de forma a poder responder à questão de partida.

A abordagem quantitativa evidencia-se através das respostas fechadas do questionário aplicado permitindo retirar e quantificar dados estruturados, que após tratamento estatístico simples possibilitou a obtenção de conclusões gerais da pesquisa.

Relativamente à abordagem qualitativa e tendo em conta o objetivo principal, esta viabilizou ter em conta os pontos de vista dos participantes das IPSS em resposta à problemática central e tendo por base o objetivo de estudo, optou-se por realizar uma metodologia quantitativa. Na investigação qualitativa o investigador é o instrumento principal, recolhendo diretamente do ambiente natural os dados necessários à sua análise. Aqui, os dados são subjetivos, porque aborda motivações, comportamentos ou emoções que não podem ser quantificadas numericamente.

A investigação qualitativa tende a ser mais descritiva, havendo mais interesse pelo processo do que pelos resultados do produto “...pôr em evidência hipóteses de pesquisa,

permitindo um conhecimento teórico e concreto do objeto de estudo” (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Segundo Holanda (2006, p. 363), “efetivamente os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam fenómenos (visíveis ou ocultos) que “...por essência não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face a um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos «factos humanos»”.

A investigação é qualitativa por recorrer a métodos que permitem ao investigador descrever e analisar os dados obtidos inseridos no seu contexto. Na investigação qualitativa o investigador é o instrumento principal, recolhendo diretamente do ambiente natural os dados necessários à sua análise. A investigação qualitativa tende a ser mais descritiva, havendo mais interesse pelo processo do que pelos resultados do produto. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de uma forma mais indutiva, em que o significado é de importância vital para as abordagens qualitativas (Bogdan & Biklen, 1994).

Os estudos de campo qualitativos não têm um significado preciso em qualquer das áreas onde sejam utilizados. Para alguns, todos os estudos de campo são necessariamente qualitativos e, mais ainda, como já comentado, identificam-se com a observação participante.

Podemos partir do princípio de que a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise (Dalfovo, Lana, Silveira, 2008, p.1 a 13).

As questões remetem para uma abordagem metodológica qualitativa. Então procedeu-se à descrição e evolução da Economia Social enquanto fenómeno e conceito. Para tal, a literatura de autores reconhecidos na área foi fundamental, bem como estudos relativos a este fenómeno.

No caso das organizações sem fins lucrativos, existem duas razões que as levam a constituir parcerias, que estão associadas a uma relação (Bogdan, 1994) interdependente e à partilha de interesses. Carvalho (2006) refere que a primeira razão é justificada no

sentido de a organização conseguir aumentar a sua capacidade no contexto político a fim de se relacionar melhor com o Estado e outras organizações públicas. A segunda razão diz respeito ao facto de a organização partilhar recursos em conjunto com outras organizações, de forma a minimizar os custos económicos e maximizar os resultados.

Assim, para realizar este estudo seleccionou-se as IPSS do distrito de Leiria, pelo facto de se conhecer a realidade dos concelhos residentes, onde são inúmeras as instituições sociais, contudo existe uma escassez de informação deste âmbito.

5.3. Procedimentos adotados na seleção e aplicação do questionário

Considerando que a presente investigação detém como principal objetivo perceber qual o contributo das IPSS no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria que os dados disponíveis acerca destas entidades são insuficientes e tendo em conta a dimensão da população que nos propomos analisar, optou-se por realizar um estudo com recurso a uma metodologia quantitativa. Este trabalho situa-se numa lógica de caracterização e diagnóstico, sendo que se pretende que os resultados apresentados e a respetiva análise possibilitem efetuar um melhor reconhecimento sobre as potencialidades das IPSS no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria podendo, ainda, contribuir para um maior conhecimento acerca desta temática cuja produção científica em Portugal ainda é reduzida.

Devido à natureza dos factos a observar e o objeto de pesquisa, considerámos que a metodologia mais adequada seria o inquérito por questionários, que de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) consideram “(...) colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto de interesse (p.188).”

Para o desenvolvimento desta investigação, foi então utilizada apenas uma ferramenta: Questionário Online.

O inquérito, constitui-se numa ferramenta organizada e estruturada, que permite recolher informações complementares sobre determinado assunto, do qual já existe conhecimento prévio.

Para completar este processo foi implementado um inquérito por questionário de forma a perceber melhor a visão que as chefias, dirigentes ou técnicos que se encontram à

frente das IPSS têm acerca das suas organizações e daquilo que elas podem contribuir para o desenvolvimento comunitário. Esta técnica, segundo o autor da presente tese, será a que mais se adequa para a recolha destes dados a nível local, pois permite-me uma recolha direta dos dados e uma maior proximidade com a fonte dos mesmos.

Ao serem dirigidos a este público-alvo, os questionários por inquérito permitem por um lado um conhecimento abrangente da realidade, uma interação privilegiada com diversos Stakeholders e um acesso ao histórico relacional da IPSS em questão.

Quintão (2011), refere ainda *“(...) nomeadamente, através de novas práticas de representação e participação dos diferentes stakeholders (trabalhadores, utentes/clientes, parceiros, voluntários, associados, etc.) na gestão das organizações.”*

Foram elaboradas uma série de questões com o objetivo de compreender e dar respostas às questões de partida. Também foi explicado aos participantes que toda a informação prestada era voluntária e confidencial, pelo que as informações serviriam apenas para efeitos da presente investigação e seriam tratados com o máximo rigor.

A construção do inquérito por questionário adveio da reflexão das principais discussões teóricas sobre a economia social, as IPSS, o desenvolvimento comunitário e da consulta de instrumentos semelhantes realizados por diferentes investigadores.

De acordo com os objetivos da presente dissertação, elaborou-se um questionário (ver anexo D) constituído por quatro partes. No primeiro grupo do questionário procura-se obter dados que permitam identificar o cargo ou a função do inquirido, ou seja, consiste numa breve caracterização da pessoa que responde em nome da Instituição. O segundo grupo do questionário denomina-se Caracterização da Instituição e é composto por um conjunto de seis questões que definem em traços gerais da Instituição e suas finalidades. Em primeira instância procurámos perceber qual o concelho em que cada Instituição se insere, para que o estudo possa comparar a existência de IPSS em cada concelho e a atuação levada a cabo no desenvolvimento dos limites dessa localidade ou âmbito local, de acordo com aquilo que foi considerado como local na revisão bibliográfica. Através dessa exposição foi desenvolvida a terceira pergunta que correspondia às áreas de atuação da organização para que através destes dados pudessemos recolher informações sobre o público/área de atuação a que se dedica cada Instituição, desde a Infância, Adolescência e Juventude, Terceira Idade, Apoio à deficiência, Apoio a outros grupos de risco (sem-abrigo, toxicodependentes, ex-reclusos) ou outros. Por outro lado, foi

considerado essencial que neste grupo conseguíssemos entender de que modo se desenvolvia a atividade de cada instituição, em termos das instalações, questionando-as se estas eram próprias ou cedidas por outra entidade à Instituição, se eram arrendadas ou se haveria outra forma de usufruírem das mesmas.

Nas perguntas seguintes as Instituições foram questionadas, acerca da existência de protocolos com outros atores externos, para identificar quais as entidades que têm maior interação com as IPSS.

No terceiro grupo de questionário, as Instituições foram inquiridas acerca do número de utentes, que cada uma delas detinha, pois estando a Economia Social ao serviço das pessoas, é necessário entender-se o alcance de cada instituição e existência de colaboradores em regime de voluntariado.

Pretende-se compreender a estrutura organizativa da instituição, principalmente se a organização está envolvida em parcerias locais, a importância da descentralização das políticas a algumas posturas de responsabilidade social adotadas na instituição e por último, o grupo quatro era direcionado para a Auto percepção da instituição acerca da sua ação na realidade local, abordando questões essenciais ao estudo e procurando conhecer as reais necessidades locais. Começou-se então por questionar às organizações se “A oferta de atividades por parte desta organização é suficiente para as necessidades da comunidade local?”. Do mesmo modo, as instituições foram inquiridas acerca do tipo de atividades mais representativas para a comunidade local: sociais, culturais, educativas e desportivas.

Completando o questionário e sem menos importância para o estudo, no que diz respeito a identificação de medidas a adotar para aumentar a eficiência de resposta às populações locais. Entre essas medidas encontram-se algumas identificadas no questionário, como é o caso as parcerias com outras instituições como forma de melhorar a eficiência das IPSS, sendo também necessário criar maior oferta de serviços, aumento das parcerias/colaboração com as instituições locais, aumento do número de funcionários, aumento do número de voluntários, reorganizar o espaço da organização, procurar apoios externos e outras.

5.4. Procedimentos

Inicialmente, estabeleceu-se contacto via email (anexo B) com todas as Autarquias do distrito de Leiria no sentido de solicitar o Diagnóstico Social e toda a informação disponível relacionada com o tema em estudo.

Seguidamente apresentam-se os procedimentos adotados para a concretização do presente estudo nomeadamente, a aplicação do inquérito por questionário, e ainda o público-alvo selecionado. Após a obtenção do questionário e da sua aprovação pelo orientador, uma vez que não é um questionário validado por qualquer entidade certificada, o inquérito foi realizado on-line através da plataforma Google Forms, e ocorreu entre 5 de abril a 15 de junho de 2023. Em anexo ao e-mail ia o questionário (anexo D) para preenchimento e posteriormente envio automático. Houve muita dificuldade em obter um número razoável de respostas. Este procedimento foi escolhido, dado que era a forma mais rápida, fácil e que envolvia menores custos na abordagem às instituições.

5.5. Técnicas de tratamento de dados

Após a recolha de dados procedeu-se à análise e seleção dos elementos mais relevantes para o estudo. Como os dados recolhidos no decorrer da investigação não respondem por si só às questões do estudo, necessitam de ser tratados, procedeu-se ao cálculo da taxa de resposta que representa 27,8% dos participantes.

O tratamento estatístico dos dados após codificação de todas as variáveis, foi realizado com recurso à folha de cálculo, utilizando-se técnicas estatísticas adequadas. Paralelamente, a informação recolhida através desta forma direta de obtenção de informação foi complementada com a recolha e análise documental de informação estatística secundária disponível, publicamente nas páginas eletrónicas da Carta Social, Conta Satélite e Segurança Social.

A apresentação dos resultados foi realizada através de tabelas e gráficos de acordo com as categorias e as variáveis, onde serão demonstrados os dados mais pertinentes para o estudo.

Capítulo 6 - Apresentação e Análise dos Resultados

Neste capítulo, tendo em conta os objetivos da investigação e a tipologia de estudo que nos propusemos efetuar – estudo de caracterização e diagnóstico – e de forma a obter uma visão global das IPSS do distrito de Leiria, e dos respetivos recursos e práticas ao nível da organização e planeamento, efetuamos primeiramente a apresentação e análise dos resultados obtidos no inquérito por questionário de acordo com as três principais dimensões de análise, a saber: I) caracterização dos participantes; II) caracterização geral das IPSS; III) Perceção das IPSS acerca da sua ação no desenvolvimento comunitário.

Na segunda parte do capítulo, desenvolvemos uma análise e discussão global dos dados, tendo em conta os pressupostos teóricos expressos na primeira parte do documento, para enunciar e compreender as principais características e perceções, relativamente ao foco da nossa investigação: a importância das IPSS no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria.

6.1. Análise dos dados

6.1.1. Caracterização da Amostra

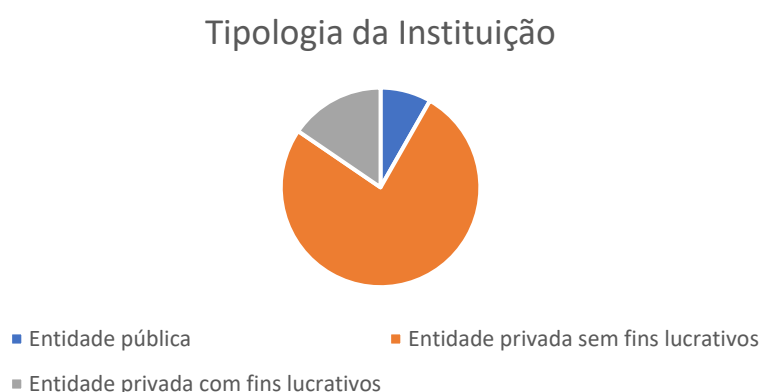
No presente estudo, a amostra corresponde ao número de IPSS do distrito de Leiria. Através do inquérito chegou-se a 350 entidades pública, privadas com fins lucrativos e privadas sem fins lucrativos (IPSS) do distrito de Leiria, tendo obtido um total de 97 repostas, taxa de resposta que representa 27,8% dos participantes.

6.1.2. Caracterização dos participantes

Considerando que as características inerentes ao perfil do gestor de uma qualquer organização podem ter influência direta no sucesso e desempenho da mesma e dada a natureza das organizações em estudo, propusemo-nos efetuar, primeiramente, a caracterização do gestor/dirigente máximo das organizações do distrito de Leiria quanto a variáveis sociodemográficas e relativas à sua formação e situação profissional. Os indicadores contemplados foram o sexo, idade, escolaridade, formação académica e cargo/função desempenhada na instituição.

Gráfico 32

Tipologia da instituição onde laboram os participantes.



Fonte. Elaboração própria

Conforme já foi referido anteriormente, colaboraram no estudo um total de 97 entidades (8 Entidades públicas, 74 Entidades privadas sem fins lucrativos e 15 Entidades privadas com fins lucrativos) do distrito de Leiria, pela via do seu gestor/dirigente máximo, do universo de estudo de 350 instituições, que corresponde a uma taxa de resposta de 28%.

Tabela 5

Tipologia da instituição onde laboram os participantes.

Tipologia da instituição⁹	N	%
Entidade pública	8	8
Entidade privada sem fins lucrativos	74	76
Entidade privada com fins lucrativos	15	16
Total	97	100

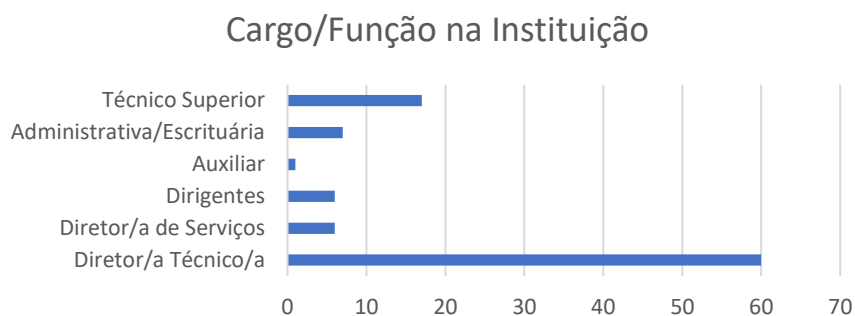
Fonte. Elaboração própria

⁹N = número total de participantes, % = percentagem

Importa referir que, embora o questionário fosse direcionado para o gestor/dirigente máximo da organização, verificou-se que o mesmo foi também respondido por outros colaboradores da organização (8% da amostra). Assim efetuamos, em simultâneo, a caracterização de todos os participantes e a caracterização específica dos gestores/dirigentes respondentes.

Tabela 6

Cargo/Função na Instituição.



Fonte. Elaboração própria

De lembrar que os gestores desempenham um papel fundamental nas organizações. Cabendo-lhes através das suas funções de gestão, atingir os objetivos organizacionais através dos sujeitos que desempenham as designadas funções operacionais, competindo-lhes sobretudo gerir os recursos da organização, definir os objetivos, organizar, motivar, comunicar e avaliar os resultados.

Tabela 7

Cargo/Função na Instituição.

Cargo/Função Desempenhada	N	%
Diretor/a Técnico/a	60	62
Diretor/a de Serviços	6	6
Dirigentes	6	6
Auxiliar	1	1
Administrativa/Escrituária	7	7
Técnico Superior	17	18
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

Através da análise dos dados verificamos que estamos perante uma amostra constituída por 87 mulheres (90%) e 10 homens (10%). A distribuição dos participantes por sexo pode ser visualizada no Gráfico 33.

Gráfico 33

Sexo dos participantes.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 8

Sexo dos participantes.

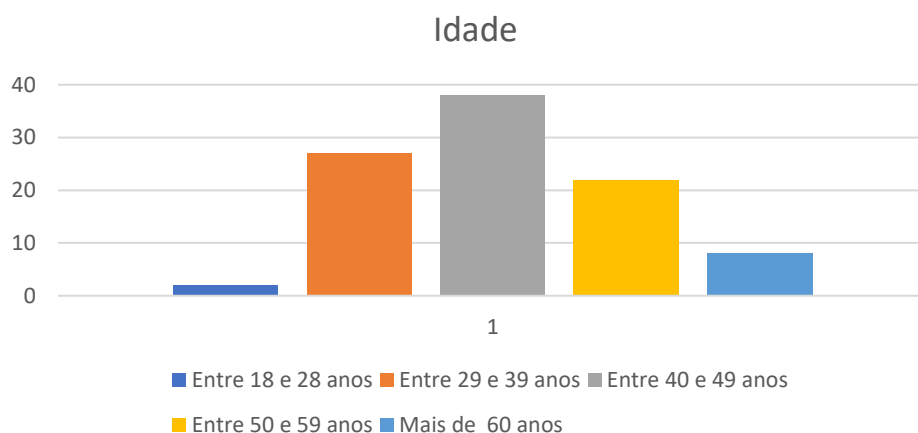
Sexo	N	%
Masculino	10	10
Feminino	87	90
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

A distribuição etária dos inquiridos deste estudo, revela que a maioria se enquadra no escalão etário dos 40 aos 49 anos (N-38) e que a minoria se enquadra no escalão etário dos 18 aos 28 anos (N-2). Como referido anteriormente, observa-se a predominância de inquiridos com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos (39%), seguido do grupo etário que compreende as idades entre os 29 e os 39 anos (28%). O grupo etário com idades compreendidas entre os 50 e 59 anos apresenta 23% da amostra e ainda 8% com idades superiores aos 60 anos. Por fim, o grupo etário com 2% de amostra situa-se entre os 18 e 28 anos de idade como podemos verificar no Gráfico 34.

Gráfico 34

Faixa etária dos participantes.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 9

Faixa etária dos participantes.

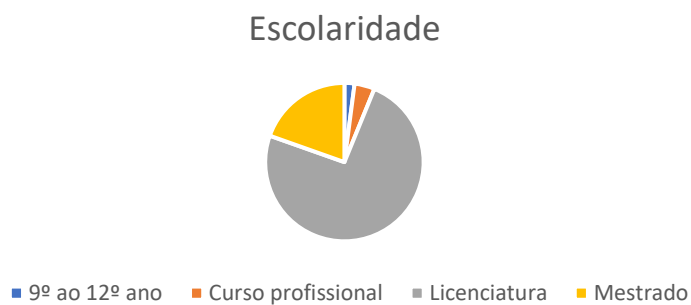
Idade	N	%
Entre 18 e 28 anos	2	2
Entre 29 e 39 anos	27	28
Entre 40 e 49 anos	38	39
Entre 50 e 59 anos	22	23
Mais de 60 anos	8	8
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

Em termos de escolaridade, a maioria dos inquiridos possui habilitações académicas superiores, 74% dos inquiridos têm a licenciatura e 20% o mestrado, Seguindo-se 4% dos inquiridos com curso profissional e 2% têm o ensino secundário ou equivalente.

Gráfico 35

Escolaridade dos participantes



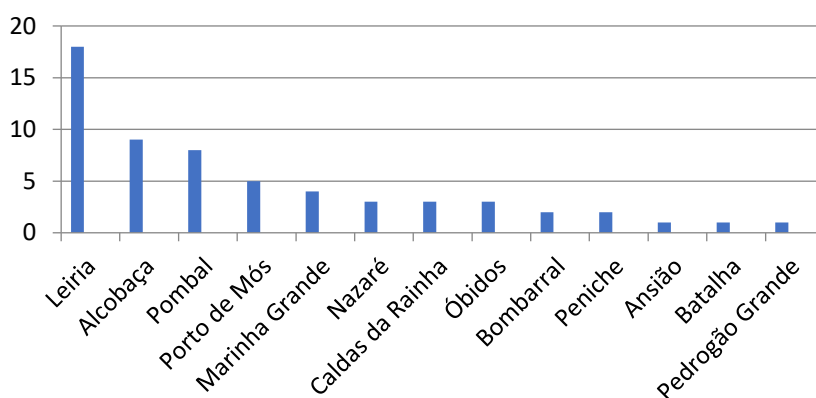
Fonte. Elaboração própria

6.1.3. Caracterização das Organizações no distrito de Leiria

Com o objetivo de conhecer mais especificamente as organizações inquiridas, a segunda dimensão que nos propusemos analisar consiste na caracterização geral das IPSS participantes quanto aos seguintes aspetos: áreas de intervenção, tipologia, dimensão das instituições (localização, atividades, número de utentes) e voluntariado.

Gráfico 36

Distribuição das Instituições por Concelhos.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 10

Número de organizações da área social nos concelhos do distrito de Leiria.

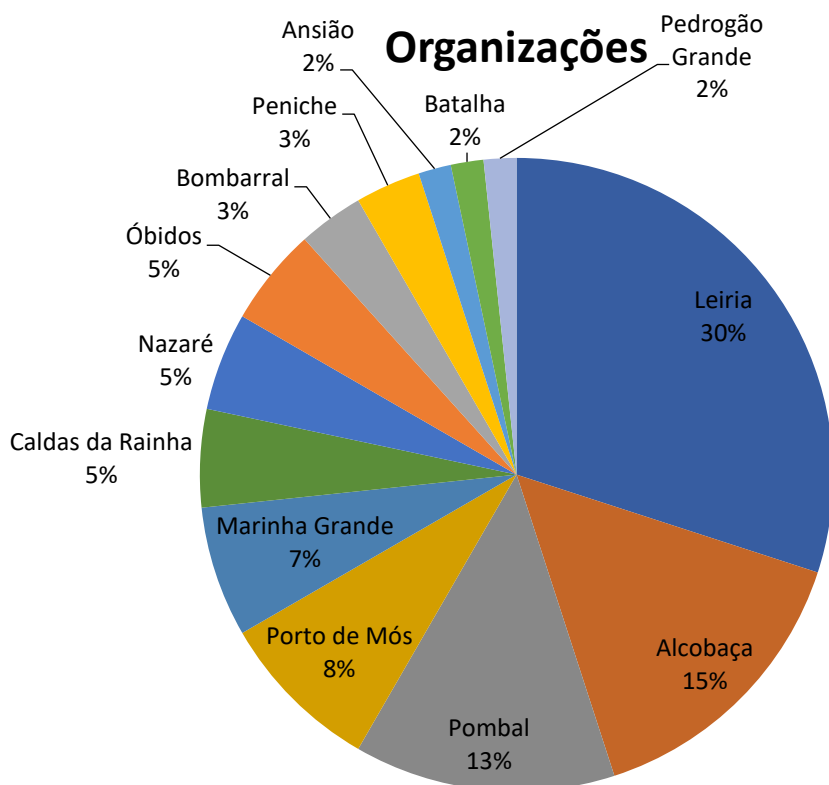
Concelhos do Distrito de Leiria	Número de Organizações
Leiria	18
Pombal	8
Alcobaça	9
Óbidos	3
Batalha	1
Caldas da Rainha	3
Marinha Grande	4
Ansião	1
Nazaré	3
Peniche	2
Bombarral	2
Pedrogão Grande	1
Porto de Mós	5

Fonte. Elaboração própria

Na Tabela 10, podemos verificar que dos 16 concelhos do distrito de Leiria, se encontram 13 concelhos com instituições. Naturalmente, os concelhos de maior densidade populacional são também aqueles que têm mais instituições, como é o caso dos concelhos de Leiria (18), Alcobaça (9) e Pombal (8).

Gráfico 37

Percentagem do número de organizações da área social nos concelhos do distrito de Leiria.



Fonte. Elaboração própria

Em termos de localização das IPSS inquiridas verifica-se a predominância de instituições dos concelhos de Leiria (18), Alcobaça (9) e Pombal (8). Os concelhos da Batalha, Pedrogão Grande e Ansião apresentam um menor número de instituições inquiridas (1) como se pode verificar no Gráfico 37.

6.1.4. Áreas de Intervenção

Para percebermos o âmbito e a área de intervenção das IPSS é necessário conhecer os seus fins estatutários, isto é, os interesses para a qual se constituíram e foram reconhecidas.⁶

De forma a possibilitar uma análise mais detalhada das diversas IPSS, optamos por agrupá-las em 6 categorias.

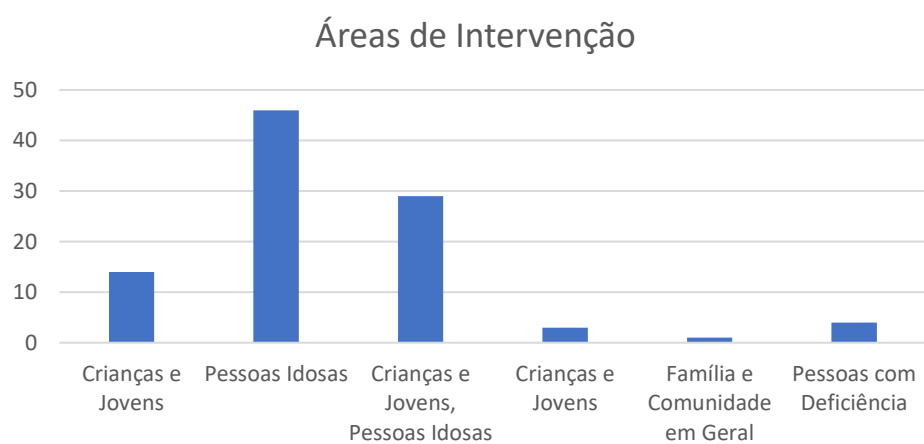
⁶ Decreto-Lei n.º 235/2008 de 03-12-2008, CAPÍTULO I - Natureza, âmbito e atribuições, Artigo 4.º - Fins estatutários

Tendo em conta que esta era uma questão de resposta múltipla, uma vez que cada IPSS poderia assumir mais do que um fim estatutário, a análise da distribuição de frequências e as estatísticas de ordem a ela associada foi desenvolvida a partir da contagem do número de vezes que uma determinada opção foi assinalada. De uma forma esquemática, verifica-se então que a maioria das IPSS se destina nas áreas de apoio às pessoas idosas (47%), ao apoio à infância e jovens (15%), ambas (idosos, crianças e jovens) (30%), apoio à família e comunidade em geral (1%) e apoio às pessoas com deficiência (4%).

A conclusão que podemos retirar depois da identificação das áreas de maior necessidade de intervenção por parte das organizações, sendo que as mais indicadas foram o apoio a idosos (46). Como podemos ver no Gráfico 38 que as IPSS são as instituições mais representativas na prestação de apoio a idosos, identificando esta área de apoio como aquela que assume maior necessidade de intervenção dada à crescente dimensão dos idosos e suas debilidades.

Gráfico 38

Áreas de Intervenção.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 11

Áreas de Intervenção.

Áreas de Intervenção	N	%
Crianças e Jovens	14	15
Pessoas Idosas	46	47
Crianças e Jovens, Pessoas Idosas	29	30
Crianças e Jovens com deficiência	3	3
Família e Comunidade em Geral	1	1
Pessoas com Deficiência	4	4
Total	97	100

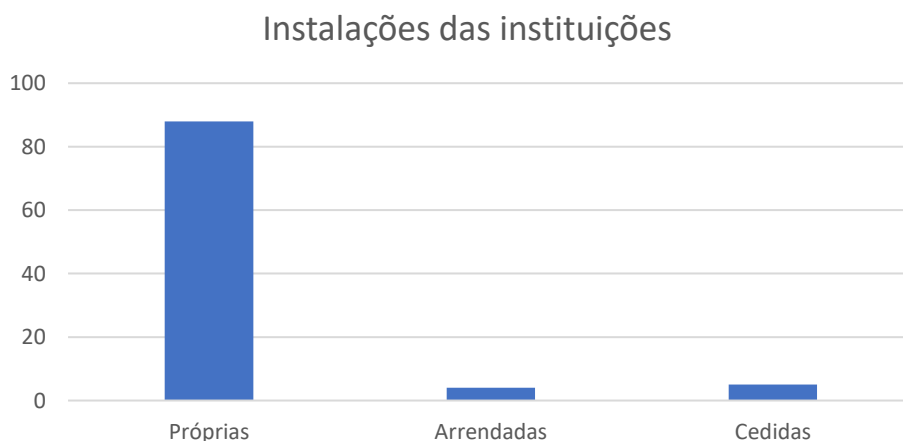
Fonte. Elaboração própria

6.1.5. Instalações

No que respeita às instalações, como é visível no Gráfico 39 há uma clara tendência para estas organizações deterem instalações próprias para o desenvolvimento da sua atividade, sendo que 91% das instalações responderam neste sentido. As IPSS com instalações cedidas e arrendadas representam uma minoria.

Gráfico 39

Instalações das instituições.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 12

Instalações das instituições.

Instalações das instituições	N	%
Próprias	88	91
Arrendadas	4	4
Cedidas	5	5
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

6.1.6. Existência de Protocolos com atores externos

No caso dos protocolos com atores externos, Namorado (2004) vê esta forma de parceria “... com o setor público em prol do desenvolvimento local, ou em prol da inserção social” como uma oportunidade de desenvolvimento das organizações e do local em que se inserem.

Inicialmente as parcerias podem parecer de difícil desenvolvimento, contudo são uma boa iniciativa para resolução de problemas sociais, pois possuem um grande potencial para a sua resolução. De forma a contornar as dificuldades das parcerias, é necessário encontrar instrumentos para dominar os desequilíbrios da sociedade envolvente. Neste sentido as IPSS devem criar parcerias que funcionem de uma forma simples, de modo a facilitar o diálogo, a participação e a decisão, devendo ser flexíveis na busca de soluções que resolvam os problemas ou a criação de novas respostas. Partindo desta base teórica, perguntámos às IPSS se estão envolvidas em parcerias institucionais, e constatámos que 77 instituições responderam positivamente a esta questão.

Gráfico 40

Protocolos com atores externos.

Protocolos com outros atores externos



Fonte. Elaboração própria

Tabela 13

Protocolos com atores externos.

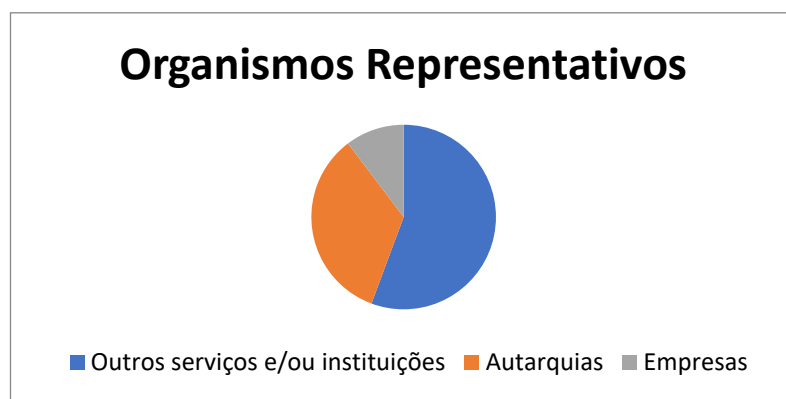
Protocolos com outros atores externos	N	%
Sim	77	79
Não	20	21
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

Neste caso, há grande adesão por parte das IPSS procurando-se uma otimização dos recursos locais existentes, tendo obtido 79% de respostas positivas a esta questão. Podemos constatar no Gráfico 41, que as IPSS valorizam as parcerias estabelecidas com “Autarquias” (34%), com “Serviços e/ou Instituições” (56%) e com “Empresas” (10%).

Gráfico 41

Organismos Representativos.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 14

Organismos Representativos.

Organismos representativos	N	%
Outros serviços e/ou instituições	54	56
Autarquias	33	34
Empresas	10	10
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

6.1.7. Número de voluntários

O voluntariado é outro dos pontos fulcrais para este tipo de organizações.

Em relação aos colaboradores voluntários verifica-se que as organizações inquiridas dispõem deste tipo de recursos humanos. Assim, como se pode constatar no Gráfico 42, a maioria das organizações tem entre 1 a 5 voluntários (76%). O trabalho voluntário é também uma vantagem financeira, porque envolve poucos encargos, este trabalho não remunerado é prestado por pessoas que aliando a sua competência profissional aos valores de serviço à comunidade, entendem que o desenvolvimento só se pode fazer com a participação ativa das pessoas e das organizações que devem ser o sujeito desse desenvolvimento, lá, no local onde elas próprias vivem e atuam, e torno da resolução dos problemas que mais as afligem e promovendo os valores que fazem a sua identidade.

Gráfico 42

Número de voluntários.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 15

Número de voluntários.

Número de voluntários	N	%
1 a 5 voluntários	74	76
6 a 10 voluntários	13	14
Mais de 10 voluntários	10	10
Total	97	100

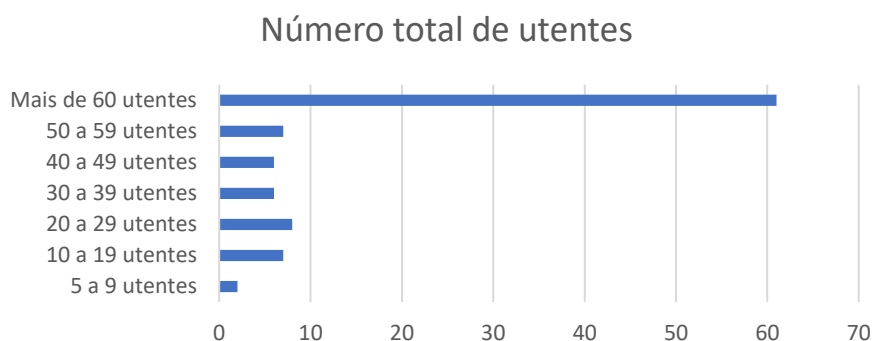
Fonte. Elaboração própria

6.1.8. Número total de utentes da instituição

Relativamente ao número de utentes da organização é possível concluir que os números são muito díspares variando entre o mínimo 5 e o máximo, mais de 60 utentes. Aproximadamente 2% das organizações que responderam ao inquérito, alcançaram menos de 9 utentes e 63% das organizações apresentam um número superior a 60 utentes.

Gráfico 43

Número total de utentes.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 16

Número total de utentes.

Número total de utentes da instituição	N	%
5 a 9 utentes	2	2
10 a 19 utentes	7	7
20 a 29 utentes	8	9
30 a 39 utentes	6	6
40 a 49 utentes	6	6
50 a 59 utentes	7	7
Mais de 60 utentes	61	63
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

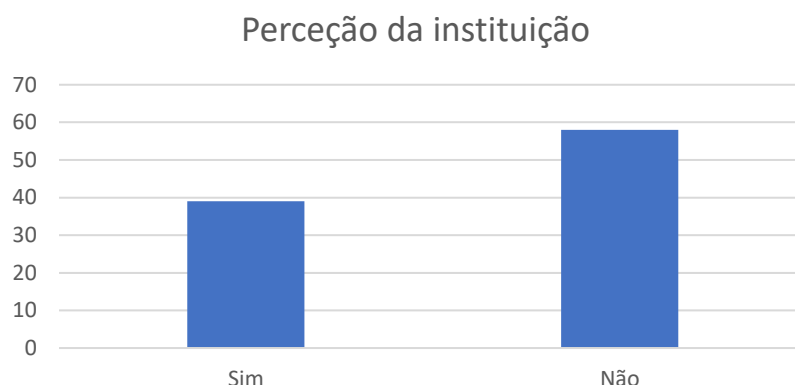
6.1.9. Perceção da instituição acerca da sua ação no desenvolvimento comunitário

A. A oferta de atividades por parte desta instituição é suficiente para as necessidades da comunidade local?

No último grupo do inquérito mais voltado para a realidade local das organizações, obtivemos dados que permitem perceber as necessidades das organizações dentro da comunidade local em que se inserem. A primeira questão relacionava-se com a necessidade de perceber se a organização tinha uma oferta de atividades em quantidade suficiente, sendo que 40% das organizações responderam afirmativamente e 60% das organizações responderam negativamente a esta questão.

Gráfico 44

Percepção da Instituição.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 17

Percepção da Instituição.

Percepção da instituição	N	%
Sim	39	40
Não	58	60
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

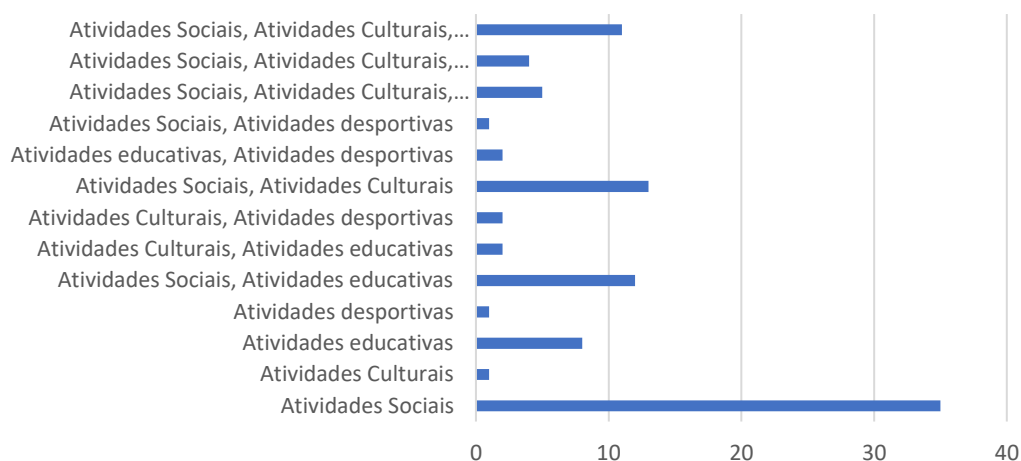
B. Atividades que representam maior potencial para a comunidade local?

As atividades indicadas como sendo as que têm maior potencial nas IPSS foram as atividades sociais indicadas em sintonia pela maioria das organizações com 36% do total das respostas. Seguem-se as atividades educacionais (8%) e com menos percentagem as atividades culturais e desportivas (1%). Segundo Ferreira (2009) em que identificava as atividades sociais ou de solidariedade social pura como aquela em que se deveriam centrar estas organizações, mas propunha também uma abertura cada vez maior a diferentes áreas como a cultura entre outras, o que vai ao encontro dos resultados obtidos e visíveis no Gráfico 45.

Gráfico 45

Atividades com maior potencial para a Comunidade local.

Atividades com maior potencial para a comunidade local



Fonte. Elaboração própria

Tabela 18

Atividades com maior potencial para a Comunidade local.

Atividades com maior potencial para a comunidade local	N	%
Atividades Sociais	35	36
Atividades Culturais	1	1
Atividades educativas	8	8
Atividades desportivas	1	1
Atividades Sociais, Atividades educativas	12	13
Atividades Culturais, Atividades educativas	2	2
Atividades Culturais, Atividades desportivas	2	2
Atividades Sociais, Atividades Culturais	13	14
Atividades educativas, Atividades desportivas	2	2
Atividades Sociais, Atividades desportivas	1	1
Atividades Sociais, Atividades Culturais, Atividades desportivas	5	5
Atividades Sociais, Atividades Culturais, Atividades educativas	4	4
Atividades Sociais, Atividades Culturais, Atividades educativas, Atividades desportivas	11	11
Total	97	100

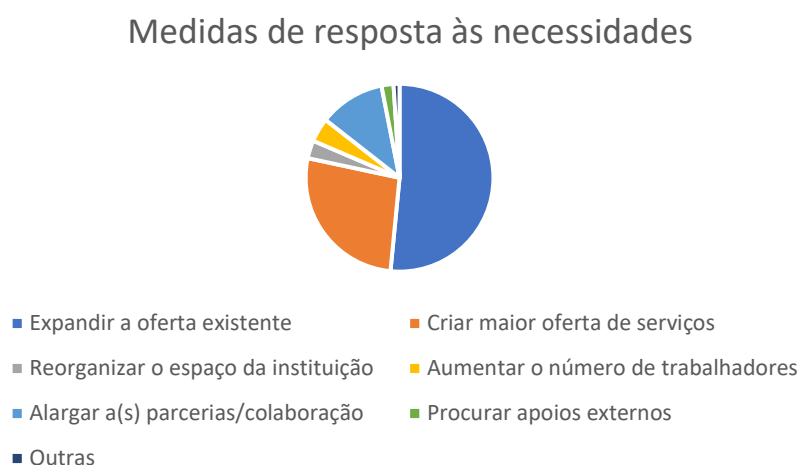
Fonte. Elaboração própria

C. Medidas de melhoria da eficiência na resposta dada pelas organizações

No caso das medidas que permitem a eficiência das respostas dadas por estas IPSS destacaram-se a expansão da oferta existente (52%), a criação de uma maior oferta de serviços (27%), o alargamento de parcerias/colaboração (11%), o aumento do número de trabalhadores (4%), a reorganização do espaço da instituição (3%) e a procura de apoios externos. Para Lacerda (2012), as parcerias com outras instituições surgem como o melhor modo de estimularem a eficiência das IPSS, referindo que é necessário unir forças e usar o melhor de cada instituição, seja ela uma escola, junta de freguesia, câmara municipal, entre outros, criando um “trabalho em rede” que permita cumprir as necessidades locais.

Gráfico 46

Medidas de resposta às necessidades.



Fonte. Elaboração própria

Tabela 19

Medidas de resposta às necessidades.

Principal medida de resposta às necessidades	N	%
Expandir a oferta existente	50	52
Criar maior oferta de serviços	26	27
Reorganizar o espaço da instituição	3	3
Aumentar o número de trabalhadores	4	4
Alargar a(s) parcerias/colaboração	11	11
Procurar apoios externos	2	2
Outras	1	1
Total	97	100

Fonte. Elaboração própria

Capítulo 7 – Discussão de Resultados

Neste capítulo será feita a discussão dos resultados apresentados no capítulo anterior.

Retomando a questão de partida da presente dissertação de mestrado (“Qual o contributo das IPSS para o desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria?”) relacionando-a com os resultados obtidos. Estas conclusões foram obtidas através do questionário e baseiam-se na perceção que as chefias, dirigentes ou técnicos que se encontram à frente das IPSS têm acerca das instituições em que se inserem.

Assim, não são generalizáveis a todas as organizações do país, pois foram apenas obtidas respostas de uma pequena amostra limitada a uma determinada área geográfica e além disso, são baseadas em opiniões pessoais.

Este estudo possibilitou a aproximação da teoria à prática, embora os processos de desenvolvimento comunitário sejam complexos e requeiram tempo para se verificarem. Por vezes, os resultados não são os esperados, e frequentemente são mais morosos que o desejável. A intervenção comunitária tem inúmeras potencialidades e não é estática, antes dinâmica, por derivar da interação constante de vários fatores que impossibilitam que o caminho em construção seja linear e previsível.

Para Quintão (2004), e perante o ponto de vista económico, as IPSS surgem para produzir bens e serviços em diversas áreas do âmbito económico, nomeadamente serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto, inserção social e profissional da população desfavorecida entre outros serviços de proximidade.

Nos últimos tempos, as organizações sociais têm dinamizado novas áreas no mercado em resposta a diversas necessidades sociais manifestadas pela comunidade como podemos verificar na tabela 18, que descreve as atividades com maior potencial para a comunidade, como sendo as atividades sociais, educativas e culturais.

Um dos pontos fundamentais que constatámos foi o facto de as IPSS não funcionarem de forma isolada, mas recorrerem a atores externos com os quais estabelecem protocolos, como é o caso de outros serviços, instituições, autarquias e empresas.

Inicialmente as parcerias podem parecer de difícil desenvolvimento, contudo são uma boa iniciativa para resolução de problemas sociais, pois possuem um grande potencial para sua resolução. Pelo que devem ser encontradas iniciativas e instrumentos para contornar as dificuldades e desequilíbrios da sociedade envolvente. Tudo isto, através

da criação de parcerias simples por forma a facilitar o trabalho colaborativo, enquanto estratégia de intervenção que rentabiliza recursos, promove a união de esforços e aumenta a possibilidade de encontrar soluções mais criativas e inovadoras.

Outro aspeto relevante é o facto de na sua maioria os funcionários serem do sexo feminino, o que vai contrariar as políticas de desemprego em que o grupo mais afetado por este fenómeno são as mulheres. Também Gavino (2014) já tinha chegado a conclusões semelhantes na sua abordagem às IPSS, revelando que as mulheres são o género mais representativo de entre os funcionários existentes nas IPSS.

Observa-se, assim, que as características dos recursos humanos das IPSS do distrito de Leiria vão globalmente ao encontro do mencionado por Lopes (2008, referido por Oliveira, 2012), que refere que as organizações de economia social são, tendencialmente, constituídas por profissionais remunerados qualificados (licenciados que desempenham funções de gestão intermédia e funções técnicas), por trabalhadores remunerados sem licenciatura (desempenham funções associadas ao cuidado e prestação de serviços diários da instituição) e por trabalhadores voluntários. Das instituições em estudo, 76% têm entre 1 a 5 voluntários, embora o trabalho dos voluntários seja reconhecido e exista na maioria das instituições, este, representa cerca de 40% da força do setor social.

Consideramos que esta dimensão da importância e valorização do trabalho executado pelos voluntários, muitos com qualificações e conhecimentos (indicadores não analisados na nossa investigação), sem remuneração, mas cujo trabalho recompensa para efeitos de realização pessoal e de cumprimento de um fim comunitário e social.

Porém há fatores que dificultam o cumprimento dos objetivos das IPSS, constatámos a variedade de respostas sociais existentes nas organizações do distrito de Leiria, tendo conhecimento que lhes traz uma maior complexidade dos desafios decorrentes. Neste sentido, as IPSS em estudo vêm-se confrontadas em adotar medidas de resposta às necessidades como exemplo; expandir a oferta existente e a criação de maior oferta de serviços de maneira a colmatar as dificuldades financeiras decorrentes havendo a necessidade de adotar cada vez mais criatividade na prestação dos seus serviços, englobando critérios de inovação social, para que consigam manter um equilíbrio entre os objetivos económicos e sociais.

Constatámos a variedade de respostas sociais existentes nas IPSS dos referidos concelhos deste estudo, tendo conhecimento que lhes traz uma maior complexidade de medidas de resposta às necessidades no alcance dos desafios decorrentes. Porém as IPSS, veem-se confrontadas com a necessidade de adotar uma gestão responsável devido às dificuldades financeiras decorrentes, havendo a necessidade de adotar cada vez maior criatividade na prestação dos seus serviços, englobando critérios de inovação social., para que consigam manter o equilíbrio entre os objetivos económicos, sociais e os desafios ambientais.

Todos estes desafios são fundamentais para a construção coletiva de soluções viáveis que contribuam para a melhoria de vida da comunidade onde se inserem. Assim sendo, estes factos vêm validar a hipótese I que refere que as IPSS desenvolvem trabalho comunitário e também a hipótese II que demonstra uma maior e disponibilidade das Organizações com atividades para crianças, jovens e idosos.

Sintetizando, constatámos que é sempre possível ir mais longe, apenas é necessário trabalhar em equipa, ajudando o próximo, tendo ideias, discutindo-as e pondo-as em prática, colocando metas a alcançar.

Assim sendo, os técnicos sociais devem promover a educação e a capacidade de desenvolvimento pessoal e coletivo da pessoa. A união de uma comunidade em prol de um ou mais objetivos comuns pode traduzir-se em Desenvolvimento Comunitário.

Como enquadramento teórico considerámos o conceito de Desenvolvimento Comunitário como parte da criação de um projeto que reúne um grupo de pessoas e que entre elas identificam ação e atividades que são consideradas capazes de melhorar uma determinada comunidade, possibilitando a partilha, a união e a criação de algo de interesse comum nessa mesma comunidade.

Outra interrogação deste estudo prendia-se com a necessidade de compreender de que forma se percebe o papel das instituições na comunidade, assim como a sua própria participação nas ações por elas dinamizadas. Este é um ponto cujos resultados ficaram aquém do esperado por não permitirem retirar conclusões objetivas. Os resultados dos inquéritos por questionário demonstram reconhecimento e importância às organizações tanto para si mesmas, como para a comunidade. Verifica-se que é extremamente importante definir estratégias de intervenção e de resposta às necessidades sociais apresentadas pela comunidade. Tal facto vem validar o que foi referido por Quintão

(2004) que o propósito principal das IPSS é produzir bens e serviços em prol da comunidade envolvente. Com efeito, este caminho desenha-se a partir das necessidades sentidas pela comunidade, e também as soluções encontradas devem resultar de uma ação coletiva, de forma a beneficiar a maioria da população.

Naturalmente os espaços rurais, enquanto zonas menos populosas, com ausência ou escassez de serviços e equipamentos essenciais, são frequentemente consideradas regiões-problema, e por isso reclamam novas dinâmicas locais que permitam contrariar essa tendência.

Existe outro aspeto importante referente ao emprego e vai de encontro ao objetivo III e refuta também a hipótese III que demonstra que a maioria das IPSS localiza-se nas zonas suburbanas o que contribui para a empregabilidade, que se prende pelo fato de estas organizações apresentarem iniciativas de carácter solidário, havendo um número crescente de trabalho voluntário, mas também de trabalho remunerado desenvolvido por estas organizações e é preciso através desta conjugação de esforços que a economia social pretende ser um elemento potenciador da economia e diferenciador. Pois é em momentos de crise que apresenta maior desenvolvimento como apresentava Ferreira (2009).

Assim, verifica-se que ainda existe possibilidade de criar novos postos de trabalho, mas este tipo específico de organização também dispõe na sua maioria de voluntários que desenvolvem diversas atividades.

Não obstante estes factos, recolhemos um conjunto de dados que nos permitiu chegar a algumas ilações através da recolha de dados estatísticos que pudessem fundamentar a importância desta investigação nesta área e por fim procurámos aplicar um questionário a um conjunto de IPSS, para obter novos dados estatísticos que nos ajudaram a chegar a conclusões acerca do desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria.

Os resultados deste estudo permitiram perceber e tais factos estão de acordo com o que Sousa (2001) defende, ou seja este autor sustenta que as IPSS têm um papel muito importante, na medida em que complementam algumas falhas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, nomeadamente na área de apoio a crianças e jovens com as várias respostas sociais (creches e estabelecimentos de educação pré-escolar), e na área do apoio a idosos (apoio domiciliário e centro de dia).

Esta relevância das IPSS na região, por outro lado, ocorre também na área do emprego, na medida em que, como entidades empregadoras, permitem a criação de postos de trabalho necessários para as respostas que as IPSS pretendem dar, face às necessidades da população. Nesse âmbito, é de realçar tanto a importância que o voluntariado assume para estas instituições como, as torna num elemento potenciador de emprego.

Assim, é possível verificar que a cidade de Leiria, capital de distrito e concelho com maior agregado populacional nesta área é aquela em que se encontram localizadas um maior número de IPSS representando 30% do total das IPSS respondentes ao inquérito. Na sua maioria, as instituições dão apoio à terceira idade, à infância e juventude, ao apoio à deficiência e aos grupos de risco.

As IPSS não funcionam de forma isolada, recorrendo a outros atores com os quais fazem protocolos com serviços ou instituições, autarquias e empresas. Sendo 90% dos funcionários são do sexo feminino.

Quando questionados acerca das instalações, 91% dos casos confirma a existência de instalações próprias.

São apontadas como atividades com maior potencial para as instituições, as atividades sociais, seguidas das atividades educacionais e culturais. Também quanto às medidas que permitem melhorar a eficiência das respostas dadas por estas IPSS as mais frequentes foram a criação de uma maior oferta de serviços, o aumento das parcerias e a melhoria da oferta existente.

Assim, dado que a questão de partida, os objetivos e as hipóteses na presente dissertação de mestrado não são generalizáveis a todo o país dado que se baseiam na investigação de apenas um distrito do nosso vasto e diversificado país e o que acontece numa determinada localização geográfica não é muitas vezes repetido em outras.

Também com o nível de profundidade atribuído à investigação, pois o estudo efetuado poderia ser aprofundado e até alargado a outras áreas geográficas com a finalidade de comparação de dados, por forma a poder contribuir para o desenvolvimento desta área do saber.

Conclusão

O presente estudo foi desenvolvido com vista a contribuir para um melhor conhecimento das IPSS e para a melhoria do conhecimento científico no domínio da economia social.

No enquadramento teórico desta investigação, refletiu-se em torno do conceito de economia social, na medida em que se procurou efetuar no estudo uma leitura relativamente à realidade portuguesa.

Por outro lado, é ainda necessária uma melhoria nas relações existentes entre as instituições da Economia Social e o Governo, pois isoladamente cada uma das partes não tem uma capacidade plena no plano social.

Um facto fundamental que foi retirado deste estudo é que as IPSS não funcionam de forma isolada. Estas organizações procuram outros atores externos com os quais estabelecem protocolos de cooperação com outros serviços ou instituições, autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), empresas públicas e privadas, entre outros. Assim envolvem-se com os diversos parceiros dentro da localidade com o objetivo de alcançar e desenvolver os interesses da comunidade e assegurar respostas que por si só outros parceiros não conseguiam levar a cabo.

É essencialmente destas relações de proximidade que se alimenta o desenvolvimento comunitário e se consegue alcançar respostas às necessidades da comunidade. As redes de parcerias são uma mais-valia para a criação de espaços comunitários que contribuam para uma vida social ativa e menos isolada. Além disso, são cruciais para a construção de um sentido de pertença e para a promoção de uma comunidade mais ativa, promovendo igualmente, questões inerentes ao bem-estar físico e emocional dos utentes e dos próprios recursos humanos destas organizações.

Outro ponto estruturante do estudo era o Desenvolvimento Comunitário. Este procura envolver todos os indivíduos e agentes locais, de modo a fomentar a melhoria da qualidade de vida da comunidade, nomeadamente através de respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população. Porém se uma comunidade local tiver as respostas sociais adequadas e em quantidade suficiente para servir a comunidade vai permitir assim a fixação da população no território.

Segundo Ander-Egg (1980, cit. por Carmo, 2007, p.84) caracteriza o DC como :

“uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”.

A intervenção comunitária tem inúmeras potencialidades e não é estática, antes dinâmica, por derivar da interação constante de vários fatores que impossibilitam que o caminho em construção seja linear e previsível. Com efeito, este caminho desenha-se a partir das necessidades sentidas pela comunidade, e também as soluções encontradas devem resultar de uma ação coletiva, de forma a beneficiar a maioria da população. Naturalmente os espaços rurais, enquanto zonas menos populosas, com ausência ou escassez de serviços e equipamentos essenciais, são frequentemente consideradas regiões-problema, e por isso reclamam novas dinâmicas locais que permitam contrariar essa tendência.

Nenhuma organização conhece melhor os problemas duma comunidade do que a própria comunidade, mesmo que essa organização esteja inserida na comunidade. O DC faz-se com ação com vista à melhoria da qualidade de vida de uma comunidade.

Em suma, este estudo mostra que o Terceiro Setor exerce influências em termos de desenvolvimento comunitário, uma vez que vai de encontro às necessidades da comunidade exercendo importantes atividades que permitem atenuar alguns problemas sociais. Estes factos estão também de acordo com o Olins (2003) afirma, ou seja, este autor defende que o Terceiro Setor está a crescer depressa e a desenvolver-se com grande notoriedade.

Regressando à questão de partida da presente dissertação de mestrado (“Qual o contributo das IPSS para o desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria?”) e os objetivos gerais pelo qual se pretende desenvolver esta temática:

- Objetivo 1: “Analisar o trabalho comunitário desenvolvido pelas IPSS no distrito de Leiria?”
- Objetivo 2: “Identificar os benefícios obtidos com a implementação das IPSS no distrito de Leiria?” e
- Objetivo 3: “Compreender a importância das IPSS no domínio da empregabilidade no distrito de Leiria?”.

Estando reunidas as condições de resposta à pergunta de partida, a resposta é favorável e positiva. No passado recente a dimensão comunitária e a sua importância enquanto espaço de resposta aos desafios e problemas que se faziam sentir nas comunidades, que “neles habitavam” era uma preocupação constante, pelo que exigia a procura de soluções suportada nos recursos e competências locais.

Neste sentido, o contexto territorial sobre o qual nos debruçamos tem que ter em conta os recursos do território⁷ na procura de uma solução em conjunto, que implicará uma ligação estreita com agentes dos referidos concelhos e das instituições, para a integração e desenvolvimento de setores de atividade numa lógica de inovação.

Existem fatores/ameaças que dificultam o cumprimento dos objetivos das IPSS estudadas, as entidades privadas com serviços semelhantes (ex: ERPI) e ainda fatores externos (localização geográfica, natalidade, envelhecimento, emigração, etc).

As Organizações podem beneficiar de um conjunto de oportunidades, principalmente protocolos de cooperação com a Segurança Social, parcerias com entidades semelhantes e outras. Verificou-se que nas IPSS em estudo as atividades com maior potencial são as atividades sociais, seguidas das atividades educacionais e culturais.

Relativamente às medidas que possibilitam melhorar a eficiência das respostas dadas por estas Organizações as mais frequentes foram o aumento das parcerias e a melhoria da oferta existente.

Não obstante este facto, reconhecemos a existência de algumas limitações no estudo pelo facto de os inquiridos não responderem no tempo previsto pela autora prolongou demasiado o processo da recolha de dados. Em segundo lugar existiu a dificuldade de encontrar uma listagem completa que incluísse todo o tipo de IPSS existentes no distrito de Leiria, assim como, os Diagnósticos Sociais disponíveis no seu site ou sites das Uniões, da Segurança Social e Autarquias não estavam atualizados, não havendo uma listagem que facilitasse o acesso aos contactos das mesmas.

Por último e não menos importante que as anteriores, foi o facto de haver uma baixa taxa de respostas ao inquérito, que gerou um atraso no avanço do estudo e que nos fez voltar a entrar em contacto com as IPSS alvo para que percebessem que a nossa necessidade na recolha dos inquéritos.

⁷ a concorrência; crise económica; concelho com população de baixo rendimento; instabilidade económica; desertificação populacional; população com baixa escolaridade; escassos apoios económicos; isolamento dos idosos; dependência financeira do estado e de terceiros e elevada taxa de desemprego

Em termos de sugestão para futuras investigações, e considerando ainda a escassez de estudos nacionais neste âmbito, seria interessante poder-se desenvolver um novo estudo semelhante a este, mas aplicado a outro tipo de Organizações da Economia Social. Como por exemplo, aplicar a um grupo somente de Misericórdias, Mutualidades, Cooperativas e inquirir também os utentes destas entidades e não apenas os representantes das instituições.

Por último e de um ponto de vista pessoal, o trabalho teve uma pertinência pessoal e, por isso, é chegado o momento de passar o discurso para a primeira pessoa. Esta é a minha tese (finalidade) enquanto resultado da utilização de determinados recursos (meios limitados) em detrimento de outros (lazer, família). Para aqui chegar, muitas foram as escolhas que fiz: há três anos atrás decidi voltar a estudar, 20 anos após ter terminado a minha licenciatura. Posteriormente veio a decisão sobre a Pós-Graduação, o que me trouxe novamente à ESECS, e passado um ano, foi o momento de decidir o tema da tese, o orientador, os conceitos, a bibliografia, a metodologia, a organização e muitas outras coisas.

Bibliografia

- Adriano, H. (2006). Análise Psicológica. In *Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica* (pp. 363-372).
- Almeida, J. & Pinto, J. M. (1990). *Da teoria à investigação empírica problemas metodológicos gerais*. Porto: Afrontamento.
- Ana, P. O. (2022). *Desenvolvimento Comunitário como estratégia de combate ao isolamento do Idoso [Dissertação de Mestrado]*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Ander-Egg, E. (1974). *Diccionario de trabajo social*. Buenos Aires: ILPH.
- Ander-Egg, E. (1980). *Metodologia y Practica del Desarrollo de la Comunidad (10 ed)*. Tarragona: UNIEUROP.
- Artigo, T. d. (2011). Organizações de Economia Social. *O que as distingue e como podem ser sustentáveis nº 52*, pp. 29-53.
- Barea, J. & Monzón, J. L. (1992). *Libro blanco de la economia social en Espanha*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social.
- Barros, C. & Santos, J. (1999). *Cooperativismo e economia social em Portugal: caracterização e análise*. Lisboa: Vulgata.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de Investigação: Um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Gradiva.
- Bogdan, R. &. (1994). Investigação Qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos. In *Coleção Ciências da Educação*. Porto Editora.
- Caeiro, J. M. (2008). O Terceiro Setor. 65.
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos. Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Carmo, H. D. (2007). *Desenvolvimento Comunitário (2 ed. vol. 184)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento Comunitário (2ª edição)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento comunitário 2ª edição*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Coutinho, M. (2003). *Economia social em Portugal: a emergência do terceiro setor na política social*. Centro português de investigação em história e trabalho social.: Lisboa.
- Dalfovo, M. S. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. In *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, Sem II*. (pp. 1-13).
- Defourny, J. (. (1992). Economia social. In *Entre economia capitalista e economia pública*. (p. 12). Madrid: CIRIEC.
- Defourny, J. (2009). Economia social. In *Dicionário Internacional da outra economia* (pp. 156-161). Coimbra: Almedina.
- Delicado, A. (2014). Caracterização do voluntariado social em Portugal. . In *Intervenção social, (25/26)* (pp. 127-140).

- Dias, I. (2014). A gestão de pessoas em OSFL. In *Qualificação e sustentabilidade nas organizações de economia social n.º 47* (pp. 57-69). Porto: EAPN Portugal.
- Eiras, R. (2002). As Misericórdias: o pilar da economia social Portuguesa. In *Dirigir*, 79/80. , 2-5.
- Ferrão, J. (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro; Sociologia - Problemas e práticas, n.º 33*. Obtido em 5 de novembro de 2019, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200003
- Ferreira, S. (2009). *As (re)construções estratégicas da ideia de uma economia social*. Edição Portuguesa.
- Ferreira, s. (2009). Terceiro setor. In *Dicionário Internacional da outra economia* (pp. 322-327). Coimbra: Almedina.
- Filho, G. C. (2002). Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras concetuais. In *Revista Bahia análise e dados, volume 12* (pp. 9-19). junho.
- França, G. C. (2002). Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahaia Análise & Dados.
- Franco, R. C. (2004). Controversia em torno de uma definição para o terceiro setor. In *A definição estrutural- operacional de John Hopkins versus a noção de economia social*. In *Congresso Luso-Afrobrasileiro de ciências Sociais 8, 16 a 18 set*. Coimbra: Actas.
- Gavino, H. (2014). *O papel das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) na economia social: o caso do concelho de Peniche [Dissertação de mestrado]*. Escola Superior de Gestão e Tecnologia.: Instituto Politécnico de Santarém.
- Guerra, I. & Ferreira, F. (2014 dezembro). *Organizações de economia social: coexistência, exemplo ou alternativa*. DINAMIA 'CET.
- Gunther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa vs Pesquisa Quantitativa: esta é a Questão Ética. In *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2) (pp. 201-210).
- Hespanha, P. M. (2000). *Entre o Estado e o Mercado: As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto editora.
- Junqueira, L. (2004). *A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor (25-36)*. Saúde e Sociedade.
- Junqueira, L. (2004). *A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor*. Saúde e Sociedade.
- Junqueira, L. *A Gestão intersetorial das políticas sociais e o Terceiro Setor*. Saúde e Sociedade.
- Lacerda, T. P. (2012). *Associações de base local: um contributo para o desenvolvimento local e comunitário [Dissertação de Mestrado]*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.
- Laville, J.-L. (1992). *Les services de proximité en Europe*. Syros.
- Lechat, N. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, (pp. pp.123-140).

- Leiria, M. d. (Maio 2015). Plano Estratégico de Mobilidade e Transportes. In *Fase I: Estudo de caracterização e diagnóstico*.
- Lopes, J. (2002). *A Economia Portuguesa desde 1960*.
- Lopes, J. (2002). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Gradiva.
- Lopes, L. (2009). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Almedina.
- Lucas, F. & Pereira, H. (2009). *Gestão das IPSS com valências diversificadas: proposta de um modelo de referência de atuação estratégica dos dirigentes*. Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém.
- Melo, A. (2005). *Consolidação, visibilidade e reconhecimento: para uma economia social organizada, eficaz e sustentável*. Obtido de Gabinete de Gestão Equal: www.equal.pt
- Mohan, G. (2001). Participatory development. In *The Arnold companion to development studies*. (pp. 49-54). London: UK, Hodder.
- Monteiro, A. (2004). *Associativismo e novos laços sociais*. Coimbra: Quarteto.
- Monzón, J. L. ((s.d)). La economia social: terceiro setor de un nuevo escenario.
- Moura, F. M. (2011). Enquadramento das Instituições Particulares de Solidariedade Social no atual sistema normativo. In *A importância do relato financeiro: caso "Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor" (Mestre)*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto.
- Namorado, R. (2004). *A economia social - Uma constelação de esperanças. Comunicação de palestra*. Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia.
- Namorado, R. (2014). *Economia social em ação. 1ª ed.* Coimbra: Almedina.
- Nicolau, I. (2008). *O impacto da responsabilidade social das empresas na economia social*.
- Nunes, F., Reto, L., Carneiro, M., & al. (2001). *O terceiro setor em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (INSCOOP). Programa Pessoa-Linha de Ação, Estudos e Investigação.
- Olins, W. (2003). O Futuro da gestão da marca. In W. Olins, *In a Marca* (pp. pp. 246-262). Lisboa: Verbo.
- Oliveira, I. (2012). *Economia social: pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável*. Porto: Instituto Politécnico do Porto.
- Oliveira, I. H. (2012). *Economia social: pilar de um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável [Dissertação de mestrado]*. Instituto Politécnico do Porto, Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração .
- Quintão, C. (2012). *A reemergência do Terceiro Setor. A constituição social da economia*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Quintão, C. (2004). Terceiro setor - elementos para referenciação teórica e conceptual. In *V Congresso Português de Sociologia* . Universidade do Minho, Braga.
- Quintão, C. (2004). *Terceiro Setor-elementos para referenciação teórica e conceptual. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (4ª ed.)*. Gradiva.
- Reis, M. H. (2003). *A economia social face às questões do emprego: A função reguladora do terceiro setor no domínio da política económica e social*. . Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão .
- Revista. (Maio/Junho de 2007). *Sociedade e Trabalho* 32 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Salamon, L. M.. & Anheier, H. K. (1992a). Em busca do setor sem fins lucrativos. I: A questão das definições. In *Voluntas*, 3(2) (pp. 125-151).
- Santos, B. S. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1998)*. Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1993). *O Estado, as relações salariais e o bem estar social na semiperiferia: o caso português*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. *O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S., & Pinto, J. (2007). *Metodologia das ciências sociais. Biblioteca das Ciências do Homem* . Edições Afrontamento.
- Silva, F. (2013). *"O futuro do Estado Social"*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, S. (2011). *Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. Porto: Confederação Nacional das Instituições Sociais.
- Taylor, M. (1996). *Between Public and Private: Accountability in Voluntary Organisations*. Policy and Politics: 24.
- Teixeira, A. (1996). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social - aspetos da evolução do seu regime jurídico*. DGAC - Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Yazbek., M. C. (2002). *Voluntariado e profissionalidade na intervenção social*.

Legislação

Decreto-Lei n.º 64/2007 artº 4.º de 14 de Março. Diário da República nº 52/2007-Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa

Decreto-Lei n.º126-A/2021, de 31 de dezembro. Diário da República nº 253/2021-Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa - Procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º64/2007, de 14 de março.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/126-A/2021/12/31/p/dre>

Decreto-Lei n.º 33/2014 de 4 de Março. Diário da República nº 44/2014-Série I. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março

Decreto-Lei n.º100/84 de 29 de Março. Diário da República nº 234/2007-Série I. Administração Local. (revê a Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro. Diário da República nº 247-Série I no sentido da atualização e reforço das Atribuições das Autarquias Locais e da Competência dos Respetivos Órgãos.

Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro. Diário da República nº 221/2014-Série I. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa

Decreto-Lei nº 235/2008 de 3 de Dezembro. Diário da República nº 234/2008-Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

A Lei nº 76/2015, de 28 de julho. Diário da República nº 145/2015-Série I. Assembleia da República. Lisboa, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

O Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de novembro altera o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo à Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei nºs 9/85, de 9 de janeiro, 89/85, de 1 de abril, 402/85, de 11 de outubro, e 29/86, de 19 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março. Diário da República nº 52/1990-Série I. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 29/86, de 19 de fevereiro. Diário da República nº 41/1986-Série I. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa, altera e n.º 2 do artigo 94.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro. Diário da República nº 46/1983-Série I. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa, revoga o Decreto-Lei n.º 386/83 de 15 de outubro. Diário da República nº 238/1983-Série I. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa

Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de outubro. Diário da República n.º 234/1985-Série I. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa, altera o n.º 2 do artigo 7.º e o artigo 11.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 46/1983-Série I. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa

Decreto-Lei n.º 89/85, de 1 de abril. Diário da República n.º 76/1985-Série I. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa, revoga o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro (aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro Aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho. Diário da República n.º 145/2015-Série I. Assembleia da República. Lisboa

Lei n.º 30/2013, artigo n.º 4 de 8 de Maio. Diário da República n.º 88/2014-Série I. Assembleia da República. Lisboa

Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro. Diário da República n.º 229/1999-Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa

Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro (Estabelece as bases do enquadramento jurídico do voluntariado)

https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

6 INE, Censos 2021, resultados provisórios:

https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Instituto Nacional de Estatística e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Conta Satélite da Economia Social, edição 2019.

Constituição da República Portuguesa, 2005. Sétima Revisão-Legislação (art.ºs 43º, 60º, 61º, 63º, 65º, 76º, 80º, 82º, 85º, 94º, 97º, 136º, 165º, 288º).

Decreto-Lei n.º 58/2013 de 8 de Maio. Diário da República n.º 88/2013-Série I. Presidência da República

Lei n.º 30/2013, de 8 de Maio. Diário da República n.º 88/2013-Série I. Assembleia da República. Lisboa

Código Civil – CC Decreto-Lei n.º 47344. Diário do Governo n.º 274/1966-Série I de 25 de Novembro de 1966 (art.ºs 157 a 201-A). Lisboa

Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto – Código das Associações Mutualistas

Lei nº 66/2017, de 9 de Agosto, primeira alteração à Lei nº 119/2015, de 31 de Agosto – Aprova o Código Cooperativo

Lei nº 101/97, de 13 de Setembro. Diário da República nº 212/1997-Série I. Assembleia da República. Lisboa

Decreto-Lei nº 171/1998, de 25 de Junho. Diário da República nº 144/1998-Série I-A. Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. Lisboa

Lei nº 67/2021 de 25 de Agosto. Diário da República nº 165/2021-Série I. Assembleia da República. Lisboa

Decreto-Lei nº 157/2019, de 22 de Outubro. Diário da República nº 203/2019-Série I. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

Lei nº 115/1999, de 3 de Agosto. Diário da República nº 179/1999-Série I-A.

Lei nº 66/98, de 14 de Outubro. Diário da República nº 237/1998-Série I-A. Assembleia da República. Lisboa

Lei nº 35/1998, de 18 de Julho. Diário da República nº 164/1998-Série I-A.

Decreto-Lei nº 246/1998, de 11 de Agosto. Diário da República nº 184/1998-Série I-A.

Decreto-Lei nº 106/2013, de 30 de Julho. Diário da República nº 145/2013-Série I (p. 4489-4493). Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Lei nº 36/2021 de 14 de Junho. Diário da República nº 113/2021-Série I. Assembleia da República

Decreto-Lei nº 129/1998 de 13 de Maio. Diário da República nº 110/1998-Série I. Ministério da Justiça

CASES Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, www.cases.pt

Guia Prático da Economia Social Projeto Y.ES ISBN: 978-972-9424-56-4

Lei Constitucional nº1/2005 de 12 de Agosto. Diário da República nº 155/2005-Série I-A (artº 63). República Portuguesa

INE (2016), «Conta Satélite da Economia Social» Lisboa

INE (2020), «Estatísticas da Segurança Social», Lisboa

INE (2020), «Inquérito ao Setor da Economia Social 2018» Edição 2020, Estatísticas Oficiais

Conta Satélite da Economia Social, 2016

Conta Satélite da Economia Social – Inquérito ao Trabalho Voluntário, 2018 – Coleção de Estudos de Economia Social nº10. Lisboa, INE

CASES – Voluntariado (Cidadania Ativa e Solidária).

Instituto da Segurança Social, I.P., Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social, 28 de julho de 2014

Portaria n° 139/2007, de 29 de Janeiro. Diário da República n° 20/2007-Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social revoga a Portaria n° 778/1983, de 23 de Julho. Diário da República n° 168/1983-Série I. Ministério dos Assuntos Sociais

Portaria n° 135/2007, de 23 de Julho. Diário da República n° 19/2007-Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Portaria 70/2022, de 26 de Março. Diário da República n° 60/2021-Série I. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Câmara Municipal de Alcobaça (2016). Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça.

Câmara Municipal de Alvaiázere (2013). Diagnóstico Social do Concelho de Alvaiázere.

Câmara Municipal de Ansião (2020). Diagnóstico Social do Concelho de Ansião.

Câmara Municipal de Bombarral (2011). Diagnóstico Social do Concelho de Bombarral.

Câmara Municipal de Batalha (2020). Diagnóstico Social do Concelho de Batalha.

Câmara Municipal de Caldas da Rainha (2022). Diagnóstico Social do Concelho de Caldas da Rainha.

Câmara Municipal de Castanheira de Pêra (2019). Diagnóstico Social do Concelho de Castanheira de Pêra.

Câmara Municipal de Figueiró dos vinhos (2019). Diagnóstico Social do Concelho de Figueiró dos Vinhos.

Câmara Municipal de Leiria (2017). Diagnóstico Social do Concelho de Leiria.

Câmara Municipal de Marinha Grande (2015). Diagnóstico Social do Concelho de Marinha Grande.

Câmara Municipal de Nazaré (2020). Diagnóstico Social do Concelho de Nazaré.

Câmara Municipal de Óbidos (2019). Diagnóstico Social do Concelho de Óbidos.

Câmara Municipal de Pombal (2017). Diagnóstico Social do Concelho de Pombal.

Câmara Municipal de Pedrogão Grande (2005). Diagnóstico Social do Concelho de Pedrogão Grande.

Câmara Municipal de Peniche (2015). Diagnóstico Social do Concelho de Peniche.

Câmara Municipal de Porto de Mós (2017). Diagnóstico Social do Concelho de Porto de Mós.

GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

Anexos

Anexo A

Exmo. (a) Senhor (a)

No âmbito do mestrado em Direção e Gestão de Organizações de Intervenção Social, ministrado pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, no qual vamos elaborar uma dissertação, tendo como objetivo de importância das IPSS'S no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria, quanto à sua natureza jurídica, fins estatutários, atividades desenvolvidas e os recursos humanos com enfoque no desenvolvimento comunitário, construindo assim uma visão mais global em torno das mesmas de forma a investigar a perceção da instituição acerca da sua ação no desenvolvimento comunitário que o distrito tem no campo de intervenção social.

Para tal solicitamos a sua participação, preenchendo um questionário dirigido às IPSS'S do distrito de Leiria.

A sua participação nesta investigação é voluntária e os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas.

A sua participação é muito importante para a nossa investigação.

Agradecemos que preencha o questionário que se encontra em anexo e posteriormente devolva por email.

Cumprimentos

Sónia Lousada

Anexo B

Assunto: Pedido de colaboração - Diagnóstico Social

Exma. Senhora Vereadora, Dr.^a,

O meu nome é Sónia Lousada, aluna no âmbito da tese de mestrado “Direção e Gestão das Organizações de Intervenção Social”, orientada pelo professor Dr. Ricardo Pocinho da ESECS de Leiria.

Venho, por este meio pedir a sua colaboração na disponibilidade de facultar o Diagnóstico Social do Concelho que preside, o qual se solicita o envio em resposta a este email.

Este documento atualizado, é fundamental a fim de permitir fazer o traçado daquela que é a visibilidade das IPSS e sua importância em relação ao Distrito de Leiria.

Gostaria de lhe agradecer pela participação que é absolutamente essencial o contributo do Município para uma melhor compreensão desta realidade.

Melhores cumprimentos

Sónia Lousada

A aluna do Mestrado em Direção e Gestão das Organizações de Intervenção Social da ESECS:

Sónia Margarida Monteiro Lousada email:sonia.lousada@hotmail.com Tlm:963288964

Anexo C

Consentimento Informado

A segurança e a privacidade dos dados pessoais dos participantes do questionário são preocupações que assumem uma importância crucial, estando em harmonia como cumprimento da legislação aplicável nestas matérias.

A aluna Sónia Margarida Monteiro Lousada, no âmbito da sua investigação, incluída na dissertação de mestrado, tem necessidade de recolher e tratar dados pessoais dos seus participantes, fazendo-o nos termos da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados no âmbito da legislação em vigor, Decreto-Lei nº58/2019, de 8 de agosto e Regulamento europeu de proteção de dados (EU) 2016/679. A investigação tem como objetivo a recolha de dados relativos à implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) nos Concelhos do distrito de Leiria. Nesse sentido, serão ainda recolhidos alguns dados pessoais e profissionais, que permitirão caracterizar a amostra de participantes. Em nenhum momento da participação na presente investigação, através da resposta ao questionário, será pedida qualquer informação que permita a identificação de qualquer participante. Adicionalmente, não será recolhida qualquer identificação dos participantes através da plataforma google forms. O titular dos dados tem os direitos inalienáveis de acesso à informação sobre o tratamento e uso dado aos dados que foram solicitados; de solicitar que se os dados sejam retificados, e que apenas dessa forma cumprirão os fins para os quais foram recolhidos; cancelamento total ou parcial dos seus dados pessoais quando considere que não estão a ser usados e tratados de forma apropriada e solicitar a oposição a o uso e tratamento dos dados consentimento, ou sejam obtidos de uma forma ilegal.

Tomei conhecimento de que Sónia Margarida Monteiro Lousada, irá proceder à recolha, tratamento e gestão dos dados pessoais.

Estou, por conseguinte, livre, esclarecido/a e plenamente informado/a de que o tratamento dos dados pessoais inclui todas as operações efetuadas por meios automatizados ou não, sobre os dados facultados, de acordo com o RGPD e demais legislação aplicável, visando exclusivamente os atos e procedimentos administrativos relativos ao pedido apresentado.

Anexo D

Questionário

Link de acesso ao questionário: <https://forms.gle/xPtYeHLwkkuRCHoW>

Inquérito por questionário

Ao responder a este questionário estará a fazer parte de uma investigação realizada por Sónia Lousada, no âmbito do trabalho final de Mestrado em Direção e Gestão das Organizações de Intervenção Social, na Escola Superior Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Qual o objetivo deste questionário?

Com este questionário pretende-se estudar "Qual o contributo das IPSS para o desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria nas respostas sociais infância e Sénior. Pretende-se perceber qual a importância das IPSS no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria. Este questionário não é um teste, logo não tem respostas certas ou erradas. Queremos apenas saber a sua visão pessoal sobre os assuntos abordados ao longo do questionário. Por favor leia cada questão com cuidado, mas responda imediatamente assinalando a opção que melhor corresponde à sua opinião.

Quem vai ver as minhas respostas?

A informação que der é totalmente confidencial. Os resultados serão analisados em conjunto com as respostas dos outros participantes, para que nenhuma das respostas individuais de cada profissional possa ser identificada. Em nenhuma situação os seus dados individuais serão dados a alguém.

Para qualquer esclarecimento adicional, por favor contacte: Sónia Lousada
– sonia.lousada@hotmail.com

Supervisão deste trabalho: Prof. Doutor Ricardo Pocinho

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração

*

1 - Cargo/função na instituição

A sua resposta _____

1.1 - Escolaridade *

- Inferior ao 9º ano
- 9º ano ao 12º ano
- Curso profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

1.2 - Idade *

- 18 - 28 anos
- 29 - 39 anos
- 40 - 49 anos
- 50 - 59 anos
- Mais de 60 anos

1.3 - Sexo *

- Feminino
- Masculino
- Outro

2 - Localização da instituição *

A sua resposta

2.1 - Tipologia da Instituição *

- Entidade pública
- Entidade privada com fins lucrativos
- Entidade privada sem fins lucrativos (IPSS...)

2.2 - Áreas de intervenção *

Pode escolher várias opções

- Crianças e Jovens
- Crianças e jovens com Deficiência
- Crianças e jovens em situação de perigo
- Pessoas Idosas
- Pessoas com doença do foro mental/psiquiátrica
- Apoio a outros grupos de risco (sem abrigo, toxicodependentes, ex-reclusos)
- Pessoas Adultas com Deficiência
- Família e Comunidade em geral

2.3 - As instalações da instituição são: *

- Próprias
- Cedidas
- Arrendadas

2.4 - Têm protocolos com outros atores externos? *

- Sim
- Não

Seguinte

Limpar formulário

(Se respondeu não passe à pergunta 3)

2.5 - Indique qual/quais a(s) entidade(s) com que mantém protocolos? *

Pode escolher várias opções

- Outras instituições
- Empresas
- Autarquias
- Outros serviços locais/regionais dos organismos do Estado
- Associações Locais
- Organismos representativos de utentes/beneficiários

Anterior

Seguinte

Limpar formulário

Se respondeu não passe à pergunta 3.5

3.4 - Se na pergunta anterior respondeu sim, indique o número de voluntários *
Quantos são?

- 1 a 5 voluntários
- 6 a 10 voluntários
- Mais de 10 voluntários

3.5 - Qual o número total de utentes da instituição? *

- 5 a 9 utentes
- 10 a 19 utentes
- 20 a 29 utentes
- 30 a 39 utentes
- 40 a 49 utentes
- 50 a 59 utentes
- Mais de 60 utentes

Perceção da instituição acerca da sua ação no desenvolvimento comunitário *

4 - A oferta de atividades por parte desta instituição é suficiente para as necessidades da comunidade local?

- Sim
- Não

4.1 - Dos seguintes tipos de atividades, qual/quais representa(m) na sua perspectiva aquele com maior potencial para a comunidade local? *

Pode escolher várias opções

- Atividades Sociais
- Atividades Culturais
- Atividades educativas
- Atividades desportivas

4.2 - Na sua opinião para melhorar a eficiência nas respostas à população e suas respectivas necessidades, que medidas poderia a sua organização tomar? *

(Escolha as 3 medidas com maior importância)

- Expandir a oferta existente
- Criar maior oferta de serviços
- Alargar a(s) parcerias/colaboração com as instituições locais
- Aumentar o número de trabalhadores
- Avolumar o número de voluntários
- Reorganizar o espaço da instituição
- Procurar apoios externos
- Outras

Agradecemos a sua colaboração

[Anterior](#) [Enviar](#) [Limpar formulário](#)

O responsável pela investigação encontra-se disponível para qualquer esclarecimento acerca do estudo através do endereço de e-mail: sonia.lousada@hotmail.com